

# Relatório de Atividades – 2008

.....

Conselho de Desenvolvimento  
Econômico e Social





**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**

**Secretaria de Relações Institucionais – SRI**

**Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – SEDES**

# **Relatório de Atividades 2008**

**Presidência da República**

**Vice-Presidência da República**

**Secretaria de Relações Institucionais**

**Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social**

**ANO 2008**

**Secretária do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social**

Esther Bemerguy de Albuquerque

**Secretária Adjunta da Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social**

Ângela Gomes

**Diretoria de Gestão**

**Diretor**

Ronaldo Kufner

**Gerente de Projetos**

Raquel de Albuquerque Ramos

**Gerente de Projetos**

Luiz Carlos Emanuely Osório

**Gerente de Projetos**

Eduardo Almeida

**Auxiliar Técnico**

Karen Vaz Silva

**Diretoria de Tecnologia de Diálogo Social**

**Diretora**

Ana Lúcia de Lima Starling

**Gerente de Projetos**

Maria França e Leite Velloso

**Gerente de Projetos**

Rosa Maria Nader

**Diretoria de Políticas de Desenvolvimento**

**Diretor**

Adroaldo Quintela Santos

**Gerente de Projeto**

Maria Luiza Falcão Silva

**Diretoria Internacional**

**Diretor**

Roberto Seara Machado Pojo Rego

Anexo I – Ala “A”, Sala 202 – (61) 3411-2199 / 3393 • Brasília – DF – CEP 70150-900

[cdes@planalto.gov.br](mailto:cdes@planalto.gov.br) – [www.cdes.gov.br](http://www.cdes.gov.br)

Disponível também em: <<http://www.cdes.gov.br>>

Tiragem: 500 exemplares

Impresso no Brasil

Dados Internacionais de Catalogação na publicação (CID)

**B823m** Brasil. Presidência da República, Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social.

Relatório de gestão 2008 / Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. Brasília: Presidência da República, CEDES, 2009.

100p.

1. Administração Pública. 2. Relatório de Gestão – I. Título.

**CDD – 330.981**

# ÍNDICE

FICHA TÉCNICA DO CDES ..... 5

APRESENTAÇÃO ..... 7

ATIVIDADES DO CDES EM 2008 ..... 11

1. Reuniões do Pleno do CDES ..... 13
2. Comitê Gestor do CDES ..... 27
3. Reuniões de Monitoramento da Crise Econômica Mundial ..... 31
4. GT Reforma Tributária ..... 33
5. GT Bioenergia: Etanol, Bioeletricidade e Biodiesel ..... 35
6. GT Agenda da Infraestrutura para o Desenvolvimento ..... 41
7. Reuniões Sobre Reforma Política ..... 45
8. GT Educação Profissional, Técnica e Tecnológica ..... 47
9. Observatório da Equidade ..... 49
10. Atividades Internacionais ..... 55
11. Outras Atividades ..... 61

ANEXOS ..... 63

- Termo de Referência sobre a Governança do CDES ..... 65
- Parecer sobre a Crise Econômica Internacional ..... 69
- Moção sobre a Crise Econômica Internacional ..... 72
- Moção sobre a Reforma Tributária ..... 74
- Parecer sobre a Reforma Tributária ..... 75
- Parecer sobre Bioenergia ..... 77
- Parecer sobre Habitação de Interesse Social ..... 87
- Parecer sobre a Política Nacional de Aviação Civil ..... 90
- Relação de Participantes ..... 93



## FICHA TÉCNICA DO CDES

*Presidente da República* **Luiz Inácio Lula da Silva**

*Vice-Presidente da República* **José de Alencar Gomes da Silva**

*Ministro de Estado Chefe da  
Secretaria de Relações Institucionais* **José Múcio Monteiro**

### CONSELHEIROS

- |                                   |                                   |                                   |
|-----------------------------------|-----------------------------------|-----------------------------------|
| Abilio Diniz                      | João Felício                      | Paulo Tigre                       |
| Adilson Ventura                   | João Paulo dos Reis Velloso       | Paulo Vellinho                    |
| Alair Martins do Nascimento       | Joênia Batista Carvalho           | Raymundo Magliano                 |
| Amarílio Proença de Macêdo        | Jorge Gerdau Johannpeter          | Ricardo Paes de Barros            |
| Antoninho Trevisan                | Jorge Nazareno Rodrigues          | Ricardo Patah                     |
| Antonio Carbonari Netto           | José Antônio Moroni               | Robson Braga de Andrade           |
| Antônio Carlos dos Reis (Salim)   | José Carlos Bumlai                | Rodrigo Collaço                   |
| Antonio Carlos Valente da Silva   | José Carlos Cosenzo               | Rodrigo Loures                    |
| Antônio Neto                      | José Lopez Feijóo                 | Rogelio Golfarb                   |
| Arildo Mota Lopes                 | José Luis Cutrale                 | Rozani Holler                     |
| Artur Henrique                    | Joseph Couri                      | Sérgio Haddad                     |
| Bruno Ribeiro                     | Juçara Dutra                      | Sérgio Rosa                       |
| Candido Mendes                    | Júlio Aquino                      | Sônia Regina Hess de Souza        |
| Carlos Gilberto Cavalcante Farias | Laerte Teixeira da Costa          | Tânia Bacelar                     |
| Cezar Britto                      | Lincoln Fernandes                 | Vicente Mattos                    |
| Clemente Ganz Lúcio               | Lúcia Stumpf                      | Victor Sialulys                   |
| Daniel Feffer                     | Luiz Carlos Delben Leite          | Virgilio Costa                    |
| Danilo Pereira da Silva           | Luiza Helena Trajano              | Viviane Senna                     |
| Delfim Netto                      | Lutfala Bitar                     | Zaire Resende                     |
| Denise Motta Dau                  | Manoel José dos Santos (De Serra) | Zilda Arns                        |
| Dom Luiz Demetrio Valentini       | Márcio Lopes de Freitas           | Ministro Celso Amorim             |
| Enilson Simões de Moura (Alemão)  | Marcos Jank                       | Ministra Dilma Rousseff           |
| Fabio Barbosa                     | Maurício Botelho                  | Ministro Guido Mantega            |
| Gabriel Ferreira                  | Maurílio Biagi Filho              | Ministro Henrique Meirelles       |
| Germano Rigotto                   | Murillo de Aragão                 | Ministro Jorge Félix, Gen.        |
| Horacio Piva                      | Nair Goulart                      | Ministro Luiz Dulci               |
| Humberto Eustáquio Mota           | Naomar Monteiro de Almeida Filho  | Ministro Roberto Mangabeira Unger |
| Ivan Zurita                       | Nelson José Côrtes da Silveira    | Ministro Miguel João Jorge Filho  |
| Ivo Rosset                        | Oded Grajew                       | Ministro Carlos Lupi              |
| Jackson Schneider                 | Paulo Godoy                       | Ministro Carlos Minc              |
| João Batista Inocentini           | Paulo Simão                       | Ministro Patrus Ananias           |
| João Bosco Borba                  | Paulo Skaf                        | Ministro Paulo Bernardo           |
| João Elísio Ferraz de Campos      | Paulo Speller                     | Ministro José Múcio Monteiro      |





## APRESENTAÇÃO

O ano de 2008 foi muito produtivo para o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República. Mais uma vez tivemos uma excelente resposta dos conselheiros, que se dedicaram ao aprofundamento do debate de temas fundamentais para o desenvolvimento brasileiro, produzindo pareceres e moções de grande relevância, além de mostrarem sensibilidade para identificar com antecedência problemas que se concretizariam mais tarde, caso da crise econômica mundial, propondo ao governo medidas para enfrentar a situação.

No ano que passou o Conselho buscou também se inovar, com a criação do Comitê Gestor, formado por conselheiros representantes dos diversos setores da sociedade civil, com o objetivo de tornar a gestão do Conselho mais democrática e participativa. Tenho convicção de que este instrumento nos ajudará a aprimorar o funcionamento do Conselho.

Cabe ressaltar o trabalho do Observatório da Equidade, que já vinha realizando o acompanhamento da Educação e que passou a trabalhar o Sistema Tributário Nacional, sob a ótica da equidade.

Ressalto por outro lado o protagonismo internacional do Conselho, ajudando a promover o debate mundial sobre biocombustíveis, por meio da Associação Internacional de Conselhos Econômicos e Sociais e Instituições Similares (AICESIS). O tema também foi debatido internamente no Conselho, com a produção de um relatório bastante aprofundado que busca avaliar os seus múltiplos aspectos e desdobramentos.

Temas que já vinham sendo acompanhados pelo CDES foram atualizados diante da realidade do país, o que mostra a vocação do Conselho em identificar questões estruturantes para o desenvolvimento, sem se descolar da conjuntura política e econômica. Infraestrutura, reforma tributária, reforma política foram tratados no âmbito do Conselho, sempre buscando renovar o debate propositivo frente ao cenário nacional e internacional.

O CDES vem aperfeiçoando seu trabalho ao longo dos anos. A cada ano fica mais claro para os conselheiros a importância de sua participação nesta instância de diálogo de alto nível, em que as disputas setoriais saem de cena abrindo espaço para a busca de convergências e construção de consensos.

Lembro com entusiasmo as palavras do Presidente Lula, que, em uma das atividades do Conselho, afirmou que neste fórum não há assunto interdito. Pelo contrário, devemos buscar o entendimento, mesmo diante de temas espinhosos e geradores de divergências. Precisamos deixar abertos os caminhos para a livre expressão de idéias, para o contraditório, sempre tendo em mente o bem coletivo.

Este Relatório das Atividades realizadas em 2008 dá uma amostra da capacidade de dedicação dos conselheiros do CDES e nos anima a continuar trilhando o caminho do diálogo.

**José Múcio Monteiro**

*Ministro-Chefe da Secretaria de Relações Institucionais  
Secretário-Executivo do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República*

## **Atividades do CDES em 2008**

.....

- 1. Reuniões do Pleno do CDES*
- 2. Comitê Gestor do CDES*
- 3. Reuniões de Monitoramento da Crise Econômica Mundial*
- 4. GT Reforma Tributária*
- 5. GT Bioenergia: Etanol, Bioeletricidade e Biodiesel*
- 6. GT Agenda da Infraestrutura para o Desenvolvimento*
- 7. Reuniões Sobre Reforma Política*
- 8. GT Educação Profissional, Técnica e Tecnológica*
- 9. Observatório da Equidade*
- 10. Atividades Internacionais*
- 11. Outras Atividades*



## Atividades do CDES em 2008

Ao longo do ano de 2008, o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República se manteve ativo e relevante cumprindo o seu papel de assessoramento ao Presidente da República. A grande novidade em relação ao funcionamento do Conselho foi a instalação de um Comitê Gestor formado por seis conselheiros, eleitos por seus pares, para se aproximar mais do dia-a-dia do CDES e compartilhar a gestão das suas atividades, de forma a democratizar ainda mais esta experiência de diálogo social. O Comitê Gestor terá sua composição alterada periodicamente, sendo sua escolha sempre feita pelos demais membros do Conselho, a fim de que todos os conselheiros e conselheiras possam compartilhar a experiência de gerir um Conselho das dimensões do CDES. Em 2008, foram eleitos como primeiros membros do Comitê Gestor, os conselheiros: Antoninho Trevisan, Clemente Ganz Lúcio, Germano Rigotto, José Lopez Feijóo, Paulo Godoy e Zilda Arns.

O CDES realizou em 2008 um total de 78 atividades, entre reuniões plenárias, reuniões de grupos de trabalho, colóquios, participação em seminários, atividades internacionais, reuniões da AICESIS (Associação Internacional de Conselhos Econômicos e Sociais e Instituições Similares) e trabalhos do Observatório da Equidade, em uma média de seis atividades por mês. Em todas elas foi possível observar uma grande participação dos conselheiros e conselheiras, um maior envolvimento de outros atores governamentais e um crescente interesse de órgãos estrangeiros pelo trabalho do CDES. Consideramos que este é um resultado bastante exitoso, principalmente se lembrarmos que o Conselho existe há cinco anos, um tempo histórico curto.

Desde que foi instalado, em 2003, o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social busca também interagir com todas as instâncias de governo, particularmente os Ministérios. Ao longo de 2008, em suas diversas atividades realizadas, o Conselho contou com a presença de Ministros de Estado em 37 ocasiões. Além disso, participaram de reuniões promovidas pelo Conselho os presidentes da Câmara e do Senado Federal, além dos presidentes do BNDES, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Petrobras, totalizando 13 atividades.

Em todas as atividades, o CDES procurou se pautar por buscar soluções para questões estruturantes do desenvolvimento brasileiro, além de estar sempre atento à conjuntura nacional e internacional e atender às demandas do próprio Presidente da República. Um exemplo é a aprovação da Moção sobre a crise financeira internacional, idéia que surgiu durante a realização do 2º Encontro Perspectivas de Crescimento da Economia Brasileira e a Crise Internacional, em 14 de outubro. A Moção foi entregue ao Presidente Lula pelo Comitê Gestor e tornou-se tema da última reunião plenária do ano.

Outro bom exemplo do funcionamento do Conselho se deu durante a realização da Oficina de Governança, que deu continuidade ao processo de implantação do Comitê Gestor. Na ocasião, o Presidente Lula estimulou os conselheiros para que o CDES avance em suas decisões, transformando-as em ação política e base para o debate político na sociedade e busque sempre levantar temas que ainda não façam parte da pauta de debate nacional, formulando propostas que tenham como fim o crescimento sustentável que beneficiem o conjunto da população.



Outro marco importante do trabalho do CDES foi o trabalho à frente da AICESIS. O Conselho brasileiro aceitou em 2007 presidir a associação internacional de conselhos. Para isso, sugeriu como tema de trabalho “Desenvolvimento com Equidade e Responsabilidade Ambiental”. O relator da matéria foi o conselheiro Artur Henrique da Silva Santos, que finalizou o documento e o encaminhou ao Conselho de Administração da AICESIS. Com isso, o Brasil considerou encerrado seu período à frente da Associação, mantendo seu firme propósito de continuar atuante enquanto membro da AICESIS.

Ainda em relação às atividades internacionais, o CDES continuou aprofundando suas relações com outros organismos internacionais que incentivam a participação da sociedade civil. Inclusive, uma comitiva do Conselho esteve em Bruxelas, em dezembro, e fechou um acordo para a realização de Mesas-Redondas com participação da sociedade civil, em parceria com o Comitê Econômico e Social Europeu (CESE). Esta última atividade é fruto do acordo de parceria estratégica firmada entre o Brasil e a União Européia, que escolheu o CDES e o CESE como principais responsáveis pelo diálogo entre a sociedade civil brasileira e européia, respectivamente.



## Reuniões do Pleno do CDES

### 1. REUNIÕES DO PLENO DO CDES

O CDES realizou quatro reuniões plenárias em 2008, cujos temas foram:

- 25ª Reunião Ordinária: Reforma Tributária e Perspectivas de Crescimento da Economia Brasileira e a Crise Norte-Americana;
- 26ª Reunião Ordinária: Política de Desenvolvimento Produtivo;
- 27ª Reunião Ordinária Ampliada: Um Novo Brasil em Construção: mais investimento e mais emprego;
- 28ª Reunião Ordinária: Conjuntura econômica internacional.

Em 2008, o CDES aprovou as seguintes matérias:

- Termo de referência sobre a Governança do CDES;
- Moção sobre a Reforma Tributária;
- Moção sobre a Crise Econômica Internacional;
- Parecer sobre a Reforma Tributária;
- Parecer sobre a Bioenergia;
- Parecer sobre Habitação de Interesse Social;
- Parecer sobre a Política Nacional de Aviação Civil.

Durante o ano de 2008 foram realizadas, além das reuniões plenárias, atividades relacionadas aos seguintes grupos:

- 1) **Comitê Gestor.** Surgiu do desafio de dar maior efetividade ao diálogo entre os conselheiros, com maior interação com o Presidente da República e o governo. Também deve aprimorar a governança do CDES no sentido de ampliar o entendimento e apropriação do conjunto dos atores sociais e institucionais e sua possibilidade de contribuir na construção do Brasil mais desenvolvido e mais equitativo. O Comitê Gestor tem um núcleo estável de seis Conselheiros. É responsável por incrementar/intensificar a interlocução com o governo, com objetivos de debater as pautas e recomendações a serem apresentadas nas reuniões plenárias pelo CDES e colher demandas para a atualização da agenda e avaliação sobre a produção do Conselho buscando maior sintonia entre o CDES e as percepções do governo. É responsável pela coordenação do acompanhamento dos resultados do Conselho, de entender e ampliar os seus impactos no âmbito das políticas públicas e da ação dos atores sociais. Este acompanhamento também se dará por meio da interlocução com o governo. O Comitê Gestor deverá colaborar para a estratégia de comunicação do CDES e para o esforço de aprimoramento do Conselho como instrumento da democracia.



**2) Reuniões de Monitoramento da Crise.** Tem como objetivos: a) Monitorar a evolução da crise econômica internacional, seus efeitos sobre a economia brasileira e das medidas do Governo Federal, por meio de reuniões periódicas dos Conselheiros do CDES com dirigentes de órgãos estratégicos do Governo; b) Sugerir medidas para combater os impactos negativos da crise sobre a economia e a sociedade brasileira na perspectiva do crescimento com equidade e distribuição de renda, ancorada na manutenção do emprego, dos investimentos, dos gastos sociais, da valorização do salário mínimo e das transferências de renda.

**3) GT Reforma Tributária.** Elaborar sugestões para aperfeiçoamento e aprofundamento da proposta de Reforma Tributária encaminhada ao Congresso Nacional em 2007, com base nos interesses dos diversos segmentos da sociedade brasileira e tomando como referência central o Relatório do Grupo de Trabalho do CDES de abril 2003.

**4) GT Bioenergia: Etanol, Bioeletricidade e Biodiesel.** Os objetivos são: a) Analisar e propor recomendações para viabilização dos investimentos públicos e privados na cadeia de produção dos biocombustíveis e da bioenergia, como fator de promoção do desenvolvimento com equidade; b) Levantar e analisar problemas e distorções em todas as etapas da produção e impactos em relação ao meio ambiente, relações de trabalho, áreas de plantio (produção para biocombustíveis e produção de alimentos); c) Avaliar a necessidade de regulação governamental no setor, principalmente levando em conta a produção e comercialização de energia resultante da queima do bagaço e da palha da cana; o incentivo à pesquisa em ciência, tecnologia e inovação; o zoneamento agrícola e a definição de normas para certificação de biocombustíveis; d) Analisar e propor medidas para o fortalecimento do papel das cooperativas, do cooperativismo e da agricultura familiar na produção de bioenergia, bem como propostas que garantam o acesso ao crédito pelo produtor familiar.

**Subgrupo Zoneamento Agroecológico.** Deve contemplar o atendimento de todas as premissas de sustentabilidade que garantam ao país acesso aos mercados mundiais e assegurem segurança alimentar e o controle das riquezas nacionais.

**Subgrupo Relações de Trabalho.** As discussões do GT convergiram para dois aspectos: 1) aperfeiçoar e humanizar as atuais relações de trabalho e mitigar os efeitos da mecanização; e 2) adoção de tecnologias alternativas que preservem os níveis de eficiência produtiva, sem causar desemprego massivo e danos ambientais.

**Subgrupo Papel do Estado.** O desenvolvimento sustentável dos biocombustíveis no Brasil, os efeitos de sua produção, bem como todos os segmentos integrantes da cadeia produtiva, precisam do Estado e demandam políticas de regulamentação.

**Subgrupo Fortalecimento do Biodiesel.** Para o GT, o biodiesel só tem sentido em um país como o Brasil se claramente vinculado a uma sustentabilidade ampla, entendida como: economicamente viável, ecologicamente correta e socialmente incluyente, equânime e justa. Por se tratar de um combustível atualmente mais caro do que o diesel mineral, o qual ele substitui, a conta pela sua utilização mandatória é paga pela sociedade, não podendo resultar somente em resultados econômicos para setores já estruturados e atuantes no cenário nacional.

**Subgrupo Diagnóstico do Mercado Interno e Externo.** O debate buscou focar as perspectivas e desafios para consolidação do etanol brasileiro. O entendimento é que no mercado internacional, o maior desafio é a transformação do etanol em uma *commodity* global. Para isso, é necessária a difusão da produção e do consumo em um maior número de países, per-



mitindo maior utilização do etanol no mundo e reduzindo a insegurança em relação ao seu abastecimento.

**Subgrupo Defesa do Etanol.** A sustentabilidade dos biocombustíveis precisa ser sempre analisada em seus três aspectos fundamentais: ambiental, social e econômico. Um produto precisa ser ambientalmente adequado, socialmente justo e economicamente viável para poder ser realmente “sustentável” no longo prazo. As discussões sobre a sustentabilidade e certificação de biocombustíveis têm, na maior parte das vezes, ignorado o aspecto da viabilidade econômica da produção de biocombustíveis em um cenário de mudanças, no qual são exigidos rígidos critérios sócio-ambientais sem um reconhecimento ou contrapartida em termos de remuneração para os biocombustíveis certificados.

**Subgrupo Certificação ou Boas Práticas.** Os processos de certificação socioambiental são uma tendência mundial em muitos setores e servem para melhorar a imagem dos produtos, facilitar a decisão de compra para clientes e consumidores e evitar barreiras ao comércio internacional. O ponto de partida para a discussão de um sistema de certificação deve, obrigatoriamente, abranger os três pilares da sustentabilidade: ambiental, social e econômico. Dessa forma, um produto deve ser ambientalmente adequado, socialmente justo e economicamente viável para ser considerado “sustentável” no longo prazo.

**5) GT Agenda da Infraestrutura para o Desenvolvimento.** O objetivo do GT é aprofundar a proposta do CDES de viabilização dos investimentos públicos e privados para a infraestrutura econômica e social necessários para a retomada do desenvolvimento com equidade. Os principais temas a serem tratados devem ser a Infraestrutura Econômica (energia, transportes e telecomunicações); Infraestrutura Social (desenvolvimento urbano, transporte urbano e saneamento); Infraestrutura Hídrica.

**Subgrupo de Transportes Aeroviários.** Surgiu em função da demanda do Presidente Lula ao Conselho no sentido de refletir sobre o transporte aéreo no Brasil e elaborar sugestões para a criação de voos regulares para países da América do Sul e África. Teve seu escopo ampliado em função de temas surgidos durante o trabalho do Subgrupo.

**Subgrupo Habitação e Desenvolvimento Urbano.** Tem como objetivo debater as principais idéias do governo e da sociedade civil para resolver o problema do déficit habitacional nas classes de poder aquisitivo mais baixo.

**6) Reuniões sobre Reforma Política.** Tiveram como objetivo rever e atualizar a proposta de reforma política, em conjunto com o Ministério da Justiça, a fim de cooperar com projeto a ser encaminhado ao Congresso Nacional.

**7) GT Educação Profissional, Técnica e Tecnológica.** Tem como objetivo acompanhar e propor políticas integradas voltadas à formação profissional, técnica e tecnológica; aprofundar o debate e identificar os desafios da política de qualificação técnica e profissional. O Grupo se integra à Política de Desenvolvimento Produtivo para a construção de um plano estratégico de articulação e identificação dos desafios da política de educação profissional, técnica e tecnológica do governo federal.

**8) Observatório da Equidade.** É a ação de monitoramento de políticas públicas exercidas pelo CDES. O objetivo é aportar capacidade e instrumentos ao Conselho e à sociedade brasileira para acompanhar o enfrentamento do problema das desigualdades no país, e para apoiar a formula-



ção de políticas públicas e ações sociais que promovam maior equidade no acesso aos direitos de cidadania. O Observatório conta com aporte técnico do IBGE, IPEA, DIEESE e SEDES. Atualmente, dois temas são objetos de observação do OE:

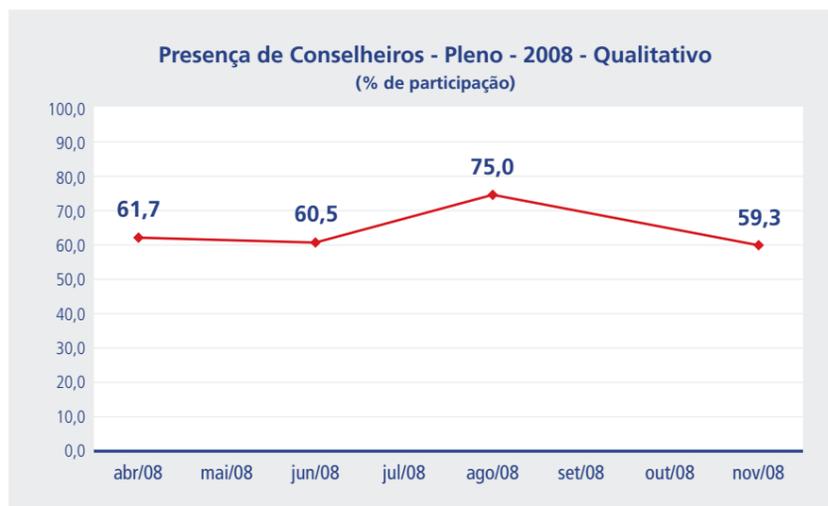
- **Educação:** neste tema o desafio é identificar e acompanhar os fatores relacionados às desigualdades na educação brasileira e construir proposições para que o Estado e a sociedade civil promovam iniciativas para ampliar o nível de escolaridade da população brasileira, melhorando o desempenho do sistema educacional.
- **Sistema Tributário Nacional:** surgiu da necessidade de subsidiar o debate na sociedade brasileira da questão da justiça tributária e do debate do CDES sobre a reforma do sistema tributário nacional.

A seguir algumas estatísticas a respeito das presenças nas reuniões plenárias do CDES:

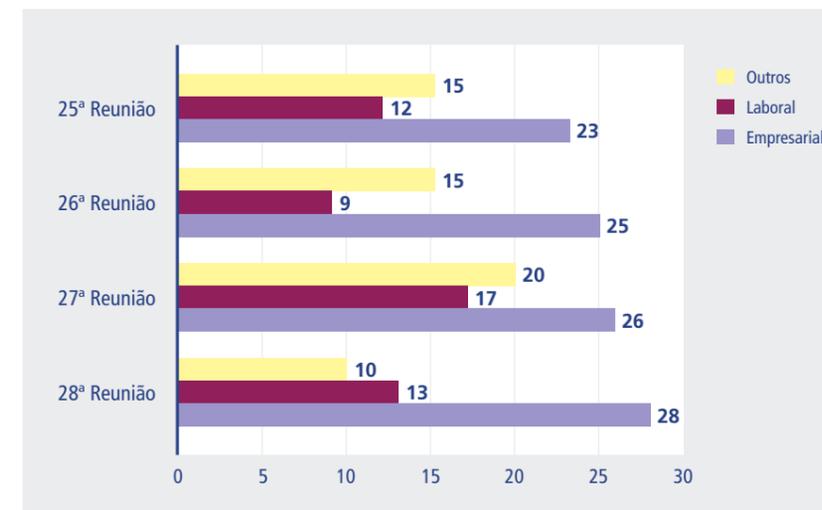
### Presenças dos conselheiros (quantitativo)



### Presenças dos conselheiros (qualitativo)



### Presenças dos conselheiros por setor



### Datas e pautas

Plenos do CDES de 2008	Data	Local	Tema/Pauta
1) 25ª Reunião Ordinária	1º de abril	Palácio do Planalto, Salão Oeste.	Reforma Tributária; Governança do CDES; Perspectivas de Crescimento da Economia Brasileira e a Crise Norte-Americana;
2) 26ª Reunião Ordinária	5 de junho	Palácio do Planalto, Salão Oeste.	Política de Desenvolvimento Produtivo.
3) 27ª Reunião Ordinária	28 de agosto	Palácio do Planalto, Salão Nobre.	Um Novo Brasil em Construção: mais investimentos e mais emprego.
4) 28ª Reunião Ordinária	6 de novembro	Palácio do Planalto, Salão Oeste.	Conjuntura econômica internacional.



### 25ª Reunião Ordinária do Pleno do CDES

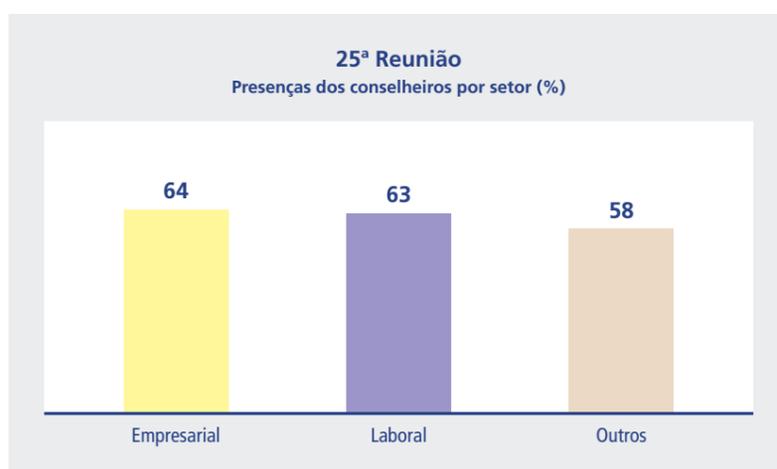
**Local:** Palácio do Planalto, Salão Oeste – Brasília/DF

**Data:** 01/04/2008 de 09h00 às 13h00

**Pauta:** Reforma Tributária; Perspectivas de Crescimento da Economia Brasileira e a Crise Norte-Americana; Governança do CDES.

**Presenças:**

- Presidente Luiz Inácio Lula da Silva;
- Ministros e Secretários-Executivos: Miguel Jorge, José Múcio, Guido Mantega, Celso Amorim, Fernando Haddad e General Jorge Armando Félix;
- 50 Conselheiros;
- 26 Convidados.



Entre os temas da pauta destacam-se: uma nova governança para o CDES, a reforma tributária e a crise norte americana e as perspectivas para o Brasil. O Ministro Fernando Haddad (Educação) fez um informe sobre os novos mecanismos de distribuição de recursos ao Sistema S de ensino.

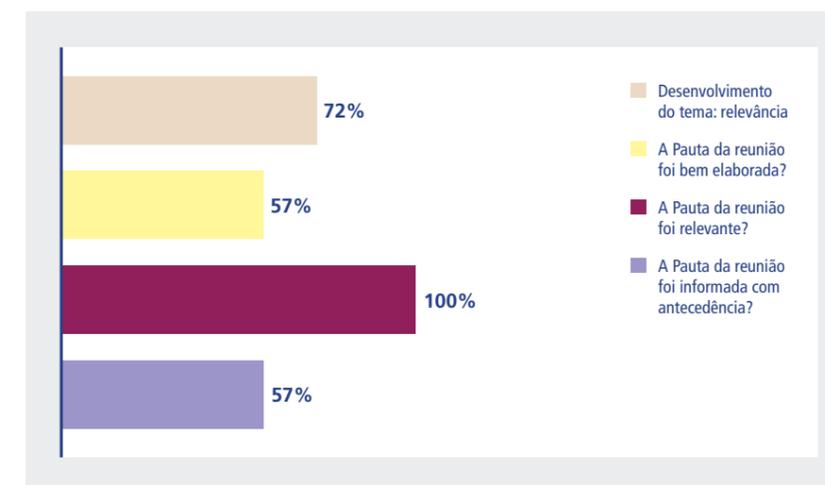


Na reunião houve engajamento dos conselheiros na reflexão e avaliação do Conselho. Foi aprovada a criação de um Comitê Gestor rotativo para fortalecer a governança do CDES.

O conselheiro Germano Rigotto relatou o andamento do projeto de lei da Reforma Tributária no Congresso. Houve uma constatação geral de que a tramitação poderia estar mais adiantada e que é preciso forte empenho para que o projeto seja aprovado o mais rapidamente possível.

Sobre a crise norte-americana e as perspectivas da economia brasileira diante dela, o Ministro Guido Mantega enfatizou a solidez da economia brasileira, destacando o crescimento do emprego e da renda. O Ministro Celso Amorim trouxe para o debate, nesse momento de turbulências na economia americana, o posicionamento brasileiro. O tema contou ainda com as contribuições dos conselheiros do CDES produzidas em um Colóquio realizado em 13 de março de 2008 e apresentadas pelos conselheiros Antoninho Trevisan e João Paulo dos Reis Velloso. O parecer do CDES apontou que a crise norte-americana não é apenas dos Estados Unidos, mas já atingiu a Ásia e a Europa, afirmando que qualquer estratégia que o Brasil adote se daria sob o signo da incerteza. A recomendação foi evitar que as reduções do superávit comercial se transformem em vulnerabilidade externa e também que as políticas monetária e fiscal sejam usadas de forma complementar sob pena de se interromper a trajetória de crescimento.

### Questionário de avaliação 25º Pleno do CDES (respostas positivas)



A pesquisa realizada no 25ª Pleno do CDES mostrou que os conselheiros consideraram importante a instituição do comitê gestor. Também foi ressaltado que, em alguns momentos, os conselheiros usam a palavra para fazer reivindicações setoriais que, embora legítimas, não são adequadas ao momento do Pleno. A idéia é que o Conselho tenha uma agenda pública sintonizada com os interesses da sociedade civil.



### 26ª Reunião Ordinária do Pleno do CDES

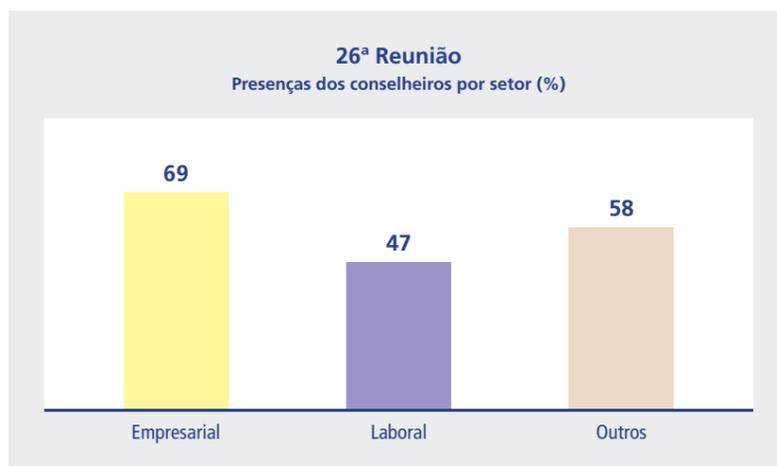
**Local:** Palácio do Planalto, Salão Oeste – Brasília/DF

**Data:** 05/06/2008, de 09h00 às 13h00

**Pauta:** Política de Desenvolvimento Produtivo – Ministro Miguel Jorge; presidente do BNDES, Luciano Coutinho; e presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli.

**Presenças:**

- Presidente Luiz Inácio Lula da Silva;
- Ministros e Secretários-Executivos: José Múcio; Miguel Jorge; Paulo Bernardo; General João Roberto de Oliveira e Márcio Favilla;
- 49 Conselheiros;
- 23 Convidados.



Durante a reunião, os conselheiros aprovaram a formação do Comitê Gestor de Governança, composto pelos conselheiros Antoninho Trevisan; Clemente Ganz Lúcio; Germano Rigotto; José Lopez Feijóo; Paulo Godoy e Zilda Arns. Ficou definido um mandato inicial de seis meses, ao fim dos quais serão escolhidos outros participantes. O Comitê Gestor tem a missão de auxiliar o trabalho



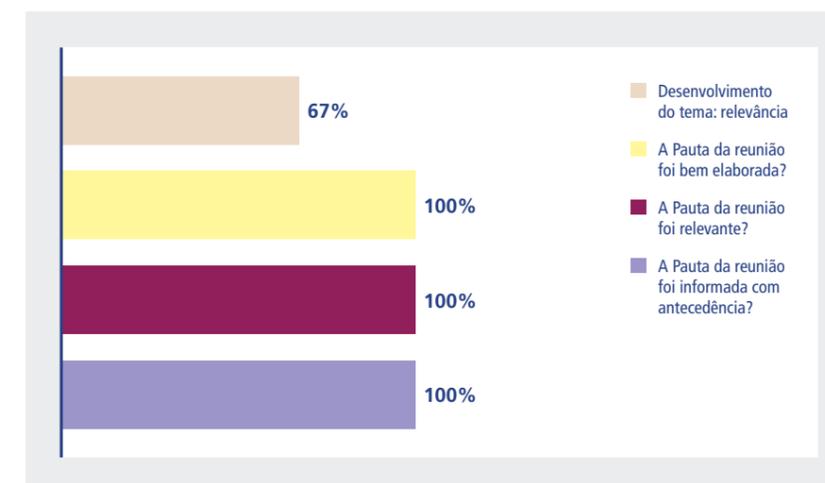
técnico da equipe da Secretaria do Conselho e potencializar as decisões do CDES através de maior interação com o Congresso, o Judiciário, o Executivo e as organizações sociais.

O Ministro Miguel Jorge (Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC) falou sobre a política de desenvolvimento, elaborada com a participação de vários ministérios e do setor privado. De acordo com o Ministro, uma das maiores preocupações do Governo, ao elaborar a política, foi elaborar metas e objetivos claros para que se possa fazer a cobrança dos resultados e elaborar uma política ampla. O objetivo do MDIC é aumentar os investimentos em relação ao PIB e elevar as exportações, com ênfase nas modernizações tecnológicas.

Luciano Coutinho defendeu que se repense as regras na exploração do petróleo diante da grandeza da reserva petrolífera brasileira já identificada. Ele sugeriu a criação de um Fundo Intergeneracional de Riquezas como forma de poupança para gerações futuras.

José Sérgio Gabrielli fez um balanço da produção de petróleo no País e afirmou que o Brasil tem um grande potencial de reservas. Advertiu que é preciso se precaver para que o desenvolvimento de novos poços não prejudique outros setores produtivos, como aconteceu com outros grandes produtores mundiais dessa área.

### Questionário de avaliação 26º Pleno do CDES (respostas positivas)



Sobre a 26ª Reunião Plenária do CDES, a pesquisa realizada com os conselheiros mostrou que houve uma percepção da adequação da pauta, enfocando a política de desenvolvimento produtivo. Em relação à dinâmica da reunião, os conselheiros manifestaram-se a favor de um maior rigor em relação ao número de assessores presentes à reunião. Dado o tempo prolongado das reuniões sugeriu-se ainda um intervalo de 15 minutos entre as atividades realizadas no Pleno.



### Reunião Preparatória para a 27ª Reunião Ordinária do Pleno do CDES

**Local:** Salão Oeste, Palácio do Planalto, Brasília/DF

**Data:** 27/08/2008 de 15:30h às 19:00h

**Pauta:** Apresentação e debate sobre os resultados dos trabalhos realizados pelos grupos de trabalho do CDES.

**Presenças:**

- 29 Conselheiros

Antecedendo a 27ª Reunião do Pleno do CDES, foi realizado um encontro para examinar os resultados dos trabalhos dos grupos e gerar posicionamento coletivo sobre os temas que vêm sendo tratados pelo Conselho. A Reunião se apoiou em uma dinâmica participativa para levar ao debate as questões que vem sendo tratadas pelos Grupos de Trabalho do CDES; colher contribuições e construir a perspectiva do conjunto do Conselho. Contando com o apoio dos respectivos coordenadores dos GTs, foram discutidos os seguintes temas:

- \* **Bioenergia** (coordenação do Conselheiro Artur Henrique) – foram debatidas as proposições sobre o Zoneamento Agroecológico e as Relações de Trabalho (Trabalho Decente) na produção de biocombustíveis;
- \* **Política Tributária** (coordenação Conselheiro Germano Rigotto) – foram debatidas a estratégia de acompanhamento da tramitação do Projeto de Emenda Constitucional e o apoio à sua aprovação, conforme o Parecer do CDES;
- \* **Infraestrutura** (coordenação do Conselheiro Murillo de Aragão em substituição ao Conselheiro Paulo Godoy, coordenador do GT Agenda da Infraestrutura para o Desenvolvimento) – foi debatido o Parecer sobre a Política Nacional de Aviação Civil e o Parecer sobre Habitação de Interesse Social, além das prioridades para a agenda de trabalho do GT;
- \* **Observatório da Equidade** (coordenação do Conselheiro Clemente Ganz Lúcio) – foram debatidos os elementos para um Parecer do CDES sobre o Sistema Tributário Nacional e os elementos para a criação de um GT permanente sobre Educação.



### 27ª Reunião Ordinária do Pleno do CDES

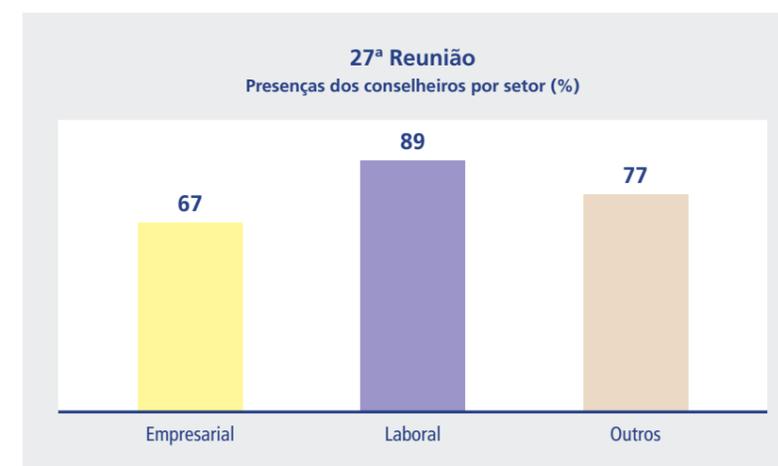
**Local:** Palácio do Planalto, Salão Nobre – Brasília/DF

**Data:** 20/09/2007 de 09h00 às 13h00

**Pauta:** Um Novo Brasil em Construção: mais investimentos e mais emprego.

**Presenças:**

- Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o vice-presidente da República, José Alencar;
- Ministros e Secretários-Executivos: Dilma Rousseff, Guido Mantega, Jorge Armando Félix, José Múcio Monteiro, Luiz Dulci, Márcio Favilla Lucca de Paula, José Múcio Monteiro, Miguel João Jorge Filho, Patrus Ananias, Paulo Bernardo, Samuel Pinheiro Guimarães;
- Senador Garibaldi Alves, presidente do Senado Federal, deputado Arlindo Chinaglia, presidente da Câmara dos Deputados;
- 63 Conselheiros;
- 300 Convidados.





A 27ª Reunião do Pleno do CDES foi ampliada e contou com a participação de, além dos conselheiros e Ministros de Estado, 300 convidados. O Presidente Lula afirmou, na ocasião, que o governo iria debater com a sociedade a utilização dos recursos gerados com o petróleo extraído da camada pré-sal pela Petrobras. Para o Presidente estes recursos devem ser utilizados para melhorar a educação e contribuir com a equidade.

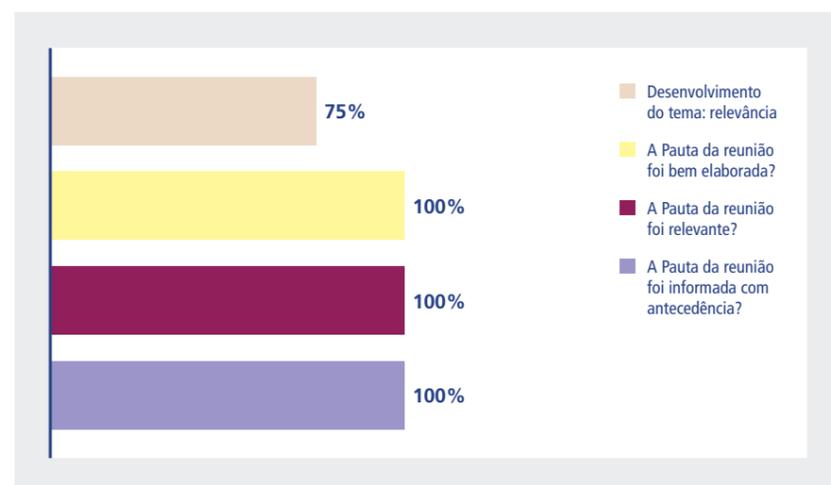
O presidente do BNDES, Luciano Coutinho, afirmou que, apesar do estouro da crise financeira americana por causa das hipotecas, o Brasil vive um ciclo de investimentos amplo e robusto, com um aumento de 30% no número de projetos de investimento no banco desde agosto de 2007. Ele apresentou ainda alguns números: a taxa de investimento no Brasil cresce duas vezes acima da expansão do PIB e os aportes no período de 2008 a 2011 devem chegar a R\$ 1 trilhão.

José Sérgio Gabrielli, presidente da Petrobras, apresentou um balanço dos últimos investimentos da empresa. Sem contar o pré-sal, o plano de investimentos atingirá US\$ 112,4 bilhões até o ano de 2012.

Marcelo Neri, pesquisador da Fundação Getúlio Vargas, apresentou um estudo que revela um aumento da classe média brasileira e a redução do número de pessoas pertencentes às classes D e E.

Também foi apresentada e aprovada uma Moção dos Conselheiros sobre a Reforma Tributária, pedindo a aprovação da PEC da Reforma Tributária em tramitação no Congresso.

#### Questionário de avaliação 27º Pleno do CDES (respostas positivas)



Na pesquisa realizada após a 27ª Reunião Ampliada do CDES foi possível constatar que os conselheiros consideraram a ampliação da reunião para outros convidados uma boa estratégia, pois ajuda a disseminar informações relevantes. Os conselheiros também pediram que este tipo de reunião, ampliada para convidados, se repita. Os temas abordados também foram considerados importantes. No entanto, alguns conselheiros sentiram falta de um espaço para se manifestarem durante a reunião.



#### 28ª Reunião Ordinária do Pleno do CDES

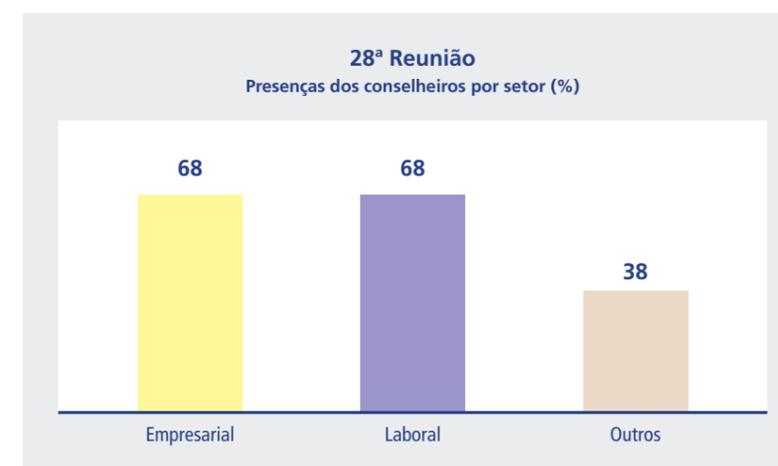
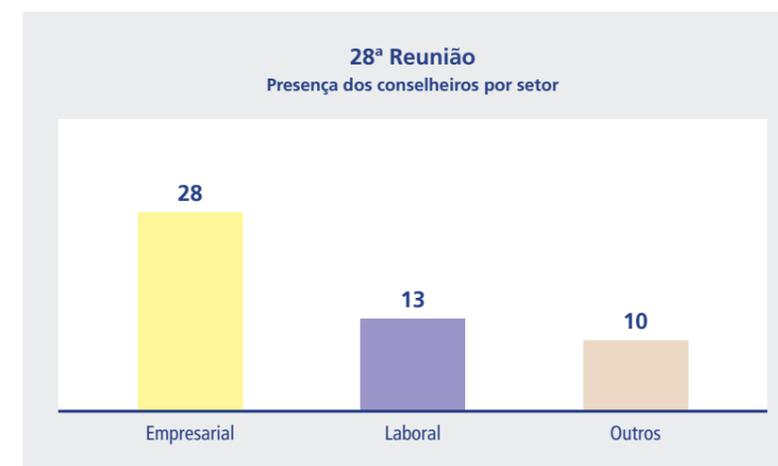
**Local:** Palácio do Planalto, Salão Oeste – Brasília/DF

**Data:** 06/11/2008 de 09h30 às 13h00

**Pauta:** Conjuntura Econômica Internacional

##### Presenças:

- Presidente Luiz Inácio Lula da Silva;
- Ministros: José Múcio, Dilma Rousseff, Guido Mantega e Henrique Meirelles; Patrus Ananias, Paulo Bernardo, Jorge Armando Félix, Miguel João Jorge Filho.
- 51 Conselheiros;
- 36 Convidados.



Na última reunião plenária de 2008, foram debatidas as medidas para enfrentar a crise e a necessidade de se restabelecer o crédito para o setor produtivo. O tema da reunião foi definido pelo Presidente Lula, depois que o Comitê Gestor do CDES entregou a ele uma Moção pedindo atenção do governo para ações frente a crise econômica mundial. Entre as ações, destacam-se: a estabilização do câmbio; o restabelecimento do crédito; a suspensão do processo de aumento das taxas de juros e a manutenção de investimentos públicos.



Durante a reunião, o Presidente Lula foi otimista e afirmou que o Brasil estava sólido para enfrentar a crise. O Presidente defendeu a volta do crédito e a redução do tempo entre a liberação de linhas e a chegada do recurso ao destino.

O conselheiro Paulo Godoy disse que as ações de estabilização do câmbio estavam sendo fundamentais para a manutenção dos negócios. O conselheiro Fábio Barbosa, por sua vez, elogiou medidas anunciadas pelo Banco Central, como a liberação dos compulsórios bancários, que ajudaram o mercado a se equilibrar. O conselheiro José Carlos Bumlai ressaltou que setores do agronegócio, que apresentaram forte expansão nos últimos anos, precisariam de uma rápida injeção de crédito para manter os investimentos. O conselheiro Joseph Couri pediu atenção dos bancos públicos para auxiliar as pequenas empresas. Já o conselheiro Artur Henrique classificou a crise como sendo uma crise do modelo neoliberal e defendeu a centralidade da questão do emprego no debate. O conselheiro Abilio Diniz afirmou que os países mais bem situados se fortalecerão mais rapidamente após as dificuldades. O convidado especial do CDES, Armando Monteiro, lembrou das dificuldades da indústria, mas reconheceu o esforço do governo para prover liquidez.

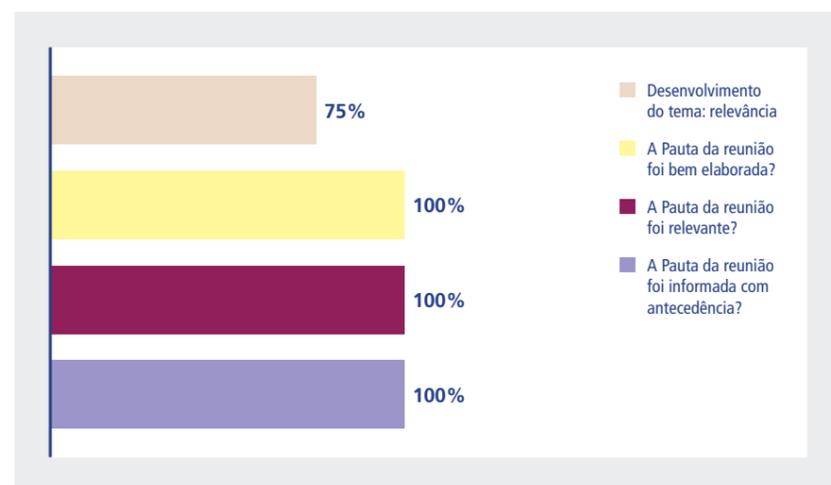
O Ministro da Fazenda, Guido Mantega, anunciou, durante a reunião, a liberação de R\$ 19 bilhões para o setor produtivo, sendo que do total, R\$ 10 bilhões serão do BNDES destinados a grandes empresas; R\$ 5 bilhões do Banco do Brasil para pequenas e médias empresas; e R\$ R\$ 4 bilhões também do BB para os bancos das montadoras. O Ministro confirmou, ainda, o aumento de dias no prazo para que empresários paguem os impostos federais.

A Ministra Dilma Rousseff, da Casa Civil, anunciou a ampliação dos recursos previstos no PAC. Ela lembrou ainda que em crises passadas o Brasil precisou recorrer ao FMI, o que não vai ocorrer agora.

O presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, afirmou que o BC promoveu uma injeção de R\$ 47 bilhões para o sistema financeiro e está atuando para garantir oferta de dinheiro, especialmente para bancos pequenos e médios.

Durante a reunião foi apresentada a Moção do CDES sobre a Crise Financeira Internacional.

#### Questionário de avaliação 28º Pleno do CDES (respostas positivas)



A avaliação da 28ª Reunião do Pleno do CDES mostrou que os conselheiros destacaram a contribuição da reunião para a consciência da gravidade da crise. Confirmaram as dificuldades operacionais de crédito para capitais de giro e ACC, a continuidade dos juros altos, apesar do câmbio elevado. Além disso, os conselheiros pediram que a manifestação de conselheiros durante a reunião se mantivesse dentro do tema.



## Comitê Gestor do CDES

### 2. COMITÊ GESTOR DO CDES

Na Oficina sobre a Governança do CDES, realizada em 21 de maio de 2008, com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, os conselheiros aprovaram a formação do comitê gestor, composto pelos conselheiros: Antoninho Trevisan; Clemente Ganz Lúcio; Germano Rigotto; José Lopez Feijóo; Paulo Godoy e Zilda Arns. O presidente Lula apoiou a iniciativa de avaliação e aperfeiçoamento da governança do Conselho e ressaltou que o CDES pode agir com maior ousadia em relação às suas proposições junto a atores institucionais e sociais. Em anexo ao Relatório de Atividades encontra-se o Termo de Referência sobre a Governança do CDES.

#### Oficina sobre a Governança do CDES

**Data:** 21/05/2008

**Local:** Brasília Alvorada Park Hotel – Brasília/DF

O evento foi antecedido por um café da manhã que contou com a presença do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Durante o evento, os conselheiros puderam refletir sobre o Conselho e elegeram um Comitê de Governança, formado por seis conselheiros, representando a diversidade do Conselho, que terá como missão auxiliar e acompanhar o trabalho técnico da equipe da Secretaria do Conselho na condução dos trabalhos do CDES.

#### 1ª Reunião do Comitê Gestor do CDES

**Data:** 17/06/2008

**Local:** Palácio do Planalto – Brasília/DF

**Conselheiros:** Antoninho Trevisan, Clemente Ganz Lúcio, Germano Rigotto, José Lopez Feijóo, Paulo Godoy e Zilda Arns.

Debate e proposição sobre os principais aspectos a serem aprimorados na governança do CDES, segundo os participantes da Oficina: 1) diálogo com instâncias de poder e outras organizações sociais em torno das propostas e recomendações do CDES; 2) relação com o Presidente da República, ministros e membros do CDES; 3) comunicação: disseminação do Conselho, das suas pautas, propostas e recomendações; 4) funcionamento dos Plenos e Grupos de Trabalho.

#### Reunião CDES e CESE (Comitê Econômico e Social Europeu)

**Data:** 17/06/2008

**Local:** Palácio do Planalto, Brasília/DF

**Presenças:**

- pelo CDES, Zilda Arns, José Lopez Feijóo, Clemente Ganz Lúcio e Antoninho Trevisan; pelo CESE, Jan Olsson, Paulo Barros Vale, Giuseppe Iuliano, Beatriz Porres, e Sônia Pereira.



Representantes dos dois conselhos reuniram-se com o objetivo de elaborar um documento sobre as relações estratégicas Brasil/União Européia e debater os conteúdos e principais objetivos da Mesa-Redonda CDES-CESE da sociedade civil. O resultado da reunião foi submetido à Reunião de Cúpula EU-Brasil, em dezembro de 2008.

### Reunião Almoço com ministros José Múcio e Tarso Genro

**Data:** 07/07/2008

**Horário:** 12:00h às 14:00h

**Local:** Brasília/DF

**Conselheiros:** Clemente Ganz Lúcio, Germano Rigotto e Paulo Godoy;

**Pauta:** Reforma política e formação de grupo de trabalho sobre o tema para 2008.

### Reunião do Comitê Gestor do CDES com o Ministro Franklin Martins e Tereza Cruvinel, presidente da EBC

**Data:** 13/08/2008

**Local:** no Palácio do Planalto, pela manhã, e no Edifício Radiobrás (EBC) pela tarde

**Conselheiros:** Antoninho Trevisan, Clemente Ganz Lúcio, Germano Rigotto, José Lopez Feijóo e Zilda Arns.

A comunicação foi considerada uma das questões estratégicas para o CDES, com objetivo de ampliar o alcance dos resultados gerados junto à sociedade, ao governo e a outras esferas de poder, para que não fiquem restritos ao Conselho, mas possam impactar o debate nacional.

A reunião do Comitê Gestor do CDES com o Ministro da Secretaria de Comunicação da Presidência de República Franklin Martins e com Tereza Cruvinel, presidente da empresa Brasileira de Comunicação (EBC) buscou melhorar a compreensão sobre o papel, perspectivas e possibilidades do CDES, e sobre perspectivas e possibilidades da comunicação estratégica do governo, visando abrir linhas de sinergia, articulação e apoio comum.

### 2ª Reunião do Comitê Gestor do CDES

**Data:** 13/08/2008

**Local:** Palácio do Planalto – Brasília/DF

**Conselheiros:** Antoninho Trevisan, Clemente Ganz Lúcio, Germano Rigotto, José Lopez Feijóo e Zilda Arns.

Debatida a 27ª Reunião do Pleno do CDES que, a partir da demanda do Presidente, será ampliada envolvendo outros empresários e outras lideranças sociais e políticas, além da imprensa. Em pauta os investimentos que sustentam o crescimento econômico e a distribuição de renda.

Foram apresentadas as ferramentas do Portal do CDES para apoio aos trabalhos do Comitê Gestor e articulação com a SEDES.



### Audiência com o Presidente da República

**Data:** 24/10/2008

**Horário:** 09:30h às 10:00h

**Local:** Gabinete da Presidência da República, Palácio do Planalto - Brasília/DF

**Pauta:** Moção sobre a crise econômica internacional

**Conselheiros:** Antoninho Trevisan, Clemente Ganz Lúcio, Germano Rigotto, José Lopez Feijóo e Paulo Godoy.

Os conselheiros do Comitê Gestor entregaram uma moção ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva com sugestões para enfrentar os efeitos da crise econômica internacional. O CDES defende um "entendimento nacional" entre as esferas de governo, parlamento, empresários, trabalhadores e organizações sociais com o objetivo de proteger o desenvolvimento econômico com mais igualdade, geração de emprego e distribuição de renda.

As recomendações do CDES à Presidência da República são as seguintes: ação intensiva do Banco Central para estabilizar o câmbio; restabelecimento do crédito para atividades produtivas; suspensão do processo de aumento das taxas de juros; e manutenção de investimentos públicos para preservar programas sociais e planos de infraestrutura e desenvolvimento (o PAC, por exemplo).

Na reunião, os conselheiros chamaram a atenção para o câmbio flutuante. Segundo eles, é preciso evitar que o excesso de flutuação cause incerteza, principalmente entre os exportadores. Eles também abordaram o mercado interno e a necessidade de manter o sistema produtivo operando.



## Reuniões de Monitoramento da Crise

### 3. REUNIÕES DE MONITORAMENTO DA CRISE ECONÔMICA MUNDIAL

As reuniões de Monitoramento da Crise Econômica Mundial foram instituídas pelo CDES diante da preocupação dos conselheiros ao perceberem a crise econômica norte-americana e os primeiros sinais de que iria afetar outras economias no mundo. A primeira reunião em que o tema foi tratado contou com a participação de Paulo Nogueira Batista Jr, representante do Brasil e outros países latino-americanos no FMI. A reunião produziu um parecer encaminhado ao Presidente da República. Após esta reunião novo encontro com a participação do professor Luiz Gonzaga Belluzzo já trazia evidências mais claras da magnitude da crise e de seus possíveis efeitos no Brasil. Nesta reunião foi redigida uma Moção com sugestões de ações a serem empreendidas pelo governo. Por fim, o Comitê Gestor se reuniu com o Presidente Lula para entregar a Moção. O assunto foi, ainda, tema da última reunião plenária de 2008. Os documentos produzidos nas reuniões de monitoramento estão anexos ao Relatório de Atividades.

#### 1º Encontro (Colóquio) Perspectivas de Crescimento da Economia Brasileira e a Crise Internacional

**Data:** 13/03/2008

**Local:** BNDES, Rio de Janeiro/RJ

**Presenças:**

- 8 conselheiros, 9 representantes de conselheiros e 10 convidados.

Com o objetivo de ampliar a compreensão do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) sobre a crise econômica internacional e seus possíveis desdobramentos sobre a economia brasileira, o CDES realizou, no dia 13 de março de 2008, na sede do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES), no Rio de Janeiro, um colóquio intitulado "Perspectivas de Crescimento da Economia Brasileira e a Crise Internacional". O colóquio contou com a presença de dois palestrantes: um da academia, o Professor Paulo Nogueira Batista Jr., hoje Diretor-Executivo no FMI, representando um grupo de nove países (Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Haiti, Panamá, República Dominicana, Suriname e Trinidad e Tobago) e outro do governo, Nelson Barbosa Filho, Secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda. O Conselheiro Antoninho Marmo Trevisan, representou o CDES como comentarista. Este encontro resultou em um Parecer que foi apresentado ao Presidente Lula na 25ª Reunião Ordinária do Pleno, em 25 de março.



## 2º Encontro Perspectivas de Crescimento da Economia Brasileira e a Crise Internacional

**Data:** 14/10/2008

**Local:** Gabinete Regional da Presidência da República – São Paulo/SP

**Presenças:**

- 14 conselheiros, 1 representante de conselheiro e 5 convidados.

Encontro entre os conselheiros e o economista Luiz Gonzaga Beluzzo sobre os efeitos da crise, resultou em uma Moção com recomendações ao Governo sobre os efeitos da crise internacional. Essa Moção foi aprovada no 28º Pleno e entregue ao Presidente da República pelo Comitê Gestor.



## GT Reforma Tributária

### 4. GT REFORMA TRIBUTÁRIA

O GT Reforma Tributária foi criado no âmbito do CDES pela primeira vez em 2003. Após encerrar seu ciclo com a elaboração de um relatório de recomendações, o Conselho, diante da nova conjuntura do país avaliou ser oportuno reativar o Grupo em 2007. O GT retomou suas atividades, sob a coordenação do conselheiro Germano Rigotto, com o objetivo de elaborar sugestões para aperfeiçoamento e aprofundamento da proposta de Reforma Tributária a ser encaminhada ao Congresso Nacional em 2007, com base nos interesses dos diversos segmentos da sociedade brasileira e tomando como referência central o Relatório do Grupo de Trabalho do CDES de abril 2003. O trabalho do GT teve continuidade em 2008, realizando duas reuniões e elaborando um Relatório sobre a PEC em tramitação. Os conselheiros do GT vêm participando de reuniões com a equipe técnica do Observatório da Equidade e com a sociedade para a construção de indicadores de equidade do Sistema Tributário Nacional. Os documentos aprovados estão anexados a este Relatório de Atividades.

#### Reunião para entrega do Parecer sobre Reforma Tributária do CDES

**Data:** 06/03/2008

**Local:** Congresso Nacional

**Presenças:**

- Ministro José Múcio (SR/PR) e 5 conselheiros.

O ministro da Secretaria de Relações Institucionais, José Múcio Monteiro, e representantes do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) entregaram aos presidentes do Senado e da Câmara, senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) e deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP), o parecer elaborado pelo Grupo de Trabalho – GT Reforma Tributária.

#### VII Reunião

**Data:** 20/02/2008 de 15:00h às 18:00h

**Local:** Sala de Reuniões do Confaz, Setor de Autarquias Sul, Brasília/DF

**Pauta:** Apresentação sobre Projeto de Emenda Constitucional a ser encaminhado ao Congresso Nacional

**Presenças:**

- 17 conselheiros e 6 convidados.

Conselheiros do Grupo de Trabalho (GT) debateram o projeto de Reforma Tributária com o Secretário de Política Econômica, Bernard Appy. Ao final, cresceu o apoio dos membros do GT à proposta. Em 2007 o tema foi discutido em encontros realizados em Brasília e em São Paulo, quando foram feitas críticas e sugestões.



### Seminário Reforma Tributária

**Data:** 15/05/2008

**Local:** Centro de Eventos da CNTC – Brasília/DF

**Presenças:**

- 267 convidados.

O CDES realizou o Seminário “Reforma Tributária”, como forma de aprofundar os debates realizados pelo seu Grupo de Trabalho sobre Reforma Tributária. O objetivo do Seminário foi dar continuidade às discussões sobre a Proposta de Emenda Constitucional encaminhada pelo governo ao Congresso Nacional e ao parecer elaborado pelo CDES sobre a PEC. Participaram do encontro, entre outros, o presidente do Senado, Garibaldi Alves; o deputado Antônio Palocci; o deputado Sandro Mabel; o Secretário da Receita Federal, Jorge Rachid; e o Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Bernard Appy. Em paralelo ao Seminário ocorreu a Oficina do Observatório da Equidade sobre o Sistema Tributário Nacional.

### VIII Reunião

**Data:** 24/09/2008 – 10:00h às 13:00h

**Local:** Gabinete Regional da Presidência da República, São Paulo/SP

**Pauta:** Acompanhamento da Tramitação e Negociação no Congresso

**Presenças:**

- 12 conselheiros, 2 representantes de conselheiros e 5 convidados.

O objetivo da reunião foi discutir com o Secretário Bernard Appy a tramitação da PEC sobre a Reforma Tributária no Congresso Nacional: estágio do relatório, negociações em curso e perspectiva de calendário, e buscar formas de inserção dos Conselheiros do CDES na estratégia de tornar a aprovação da PEC factível dentro do menor espaço de tempo possível. A reunião contou com expressiva participação de Conselheiros. A abertura foi feita pelo Conselheiro Germano Rigotto, coordenador do grupo de trabalho, que mostrou preocupação com a lentidão do processo e salientou a necessidade de costura pelos líderes de partidos na Câmara do relatório a ser apresentado pelo Deputado Sandro Mabel à plenária.



## GT Bioenergia: Etanol, Bioeletricidade e Biodiesel

### 5. GT BIOENERGIA: ETANOL, BIOELETRICIDADE E BIODIESEL

O GT Bioenergia: Etanol, Bioeletricidade e Biodiesel foi constituído em meados de 2007, sob a coordenação do Conselheiro Artur Henrique da Silva Santos, motivado pela importância estratégica da bioenergia e dos biocombustíveis para o desenvolvimento com equidade e a consolidação do Brasil como líder mundial na produção de energia e combustíveis renováveis. Os biocombustíveis, que eram tratados com grande entusiasmo pela comunidade internacional, foram tendo sua importância relativizada enquanto solução para os problemas de energia e transporte, na medida em que experiências específicas chamaram atenção para aspectos de segurança ambiental e alimentar. Questões como desmatamento de florestas e a concorrência com a produção de alimentos na disputa por áreas agricultáveis levou alguns críticos a sugerirem que a produção de biocombustíveis estaria pressionando os preços mundiais de alimentos, gerando mais fome e menos desenvolvimento.

Em 2008, inúmeros aspectos de relevância para o exame da questão foram identificados e o Grupo foi, em consequência, dividido em sete subgrupos, cada um sob a responsabilidade de um ou mais conselheiros, escolhidos pelos seus pares, para realizar o trabalho de coordenação e relatoria.

O Parecer sobre Bioenergia encontra-se em anexo ao final do Relatório de Atividades.

### III Reunião

**Data:** 08/04/2008

**Horário:** 10:00h às 13:00h

**Local:** Confederação Nacional do Comércio, Brasília/DF

**Pauta:** Relato da Mesa-Redonda Internacional: Desenvolvimento com Equidade e Responsabilidade Ambiental;  
Ampliação do Foco do Grupo de Trabalho para a “Energia e Desenvolvimento”;  
Definição de Temas e Diretrizes para Elaboração do Parecer do GT a ser encaminhado ao Presidente da República.

**Presenças:**

- 6 conselheiros, 8 representantes de conselheiros e 15 convidados.

Durante a reunião foi feito um relato da Mesa-Redonda Internacional: Desenvolvimento com Equidade e Responsabilidade Ambiental. Foi discutida a ampliação do foco do Grupo de Trabalho para “Energia e Desenvolvimento”. Foram definidos os temas e diretrizes para elaboração do parecer do GT a ser encaminhado ao Presidente da República. O Parecer deve ter como pressupostos: visão estratégica de oportunidade; desenvolvimento sustentável; matriz energética limpa; inclusão social; e acesso a mercados. Foram criados os seguintes subgrupos de trabalho: Diagnóstico do Mercado; Zoneamento Agroecológico; Certificação ou Boas Práticas; Papel do Estado (Regulação e Políticas Públicas); Relações de Trabalho (Trabalho Decente); Defesa do Etanol ambientalmente e socialmente sustentável.



#### IV Reunião

**Data:** 20/05/2008

**Horário:** 09:00h às 17:00h

**Local:** Auditório do Banco do Brasil – São Paulo/SP

**Pauta:** Colóquio

**Presenças:**

- 9 conselheiros e 43 convidados.

O objetivo do Colóquio foi atualizar informações estratégicas do setor com órgãos de governo e com a FAO e a OIT. A 4ª Reunião do GT teve como objetivo dar continuidade à discussão dos temas prioritários aprovados pelo GT na reunião de 08/04/2008, e definir os componentes e coordenadores dos subgrupos de trabalho: a) Diagnóstico do Mercado de Biocombustíveis e Bioenergia; b) Zoneamento Agroecológico; c) Certificação e/ou Boas Práticas; d) Papel do Estado (Regulação e Políticas Públicas); e) Relações de Trabalho (Trabalho Decente e Trabalho Verde); f) Defesa do Etanol Ambientalmente e Socialmente Sustentável; g) Medidas para Fortalecimento e Consolidação do Programa Nacional de Biodiesel.

Os temas das palestras foram: 1) Situação Fundiária do Brasil ante a política de expansão dos Biocombustíveis – Rolf Hackbart, Presidente do Incra; 2) Estado das Artes da Negociação do Contrato Coletivo de Trabalho – Antônio Roberto Lambertucci, Secretário-Executivo da Secretaria Geral da Presidência da República; 3) A Questão dos Biocombustíveis e da Bioenergia na Política Externa Brasileira – Ministro André Correa do Lago, Diretor do Departamento de Energia, Ministério das Relações Exteriores; 4) A Competição pelo Uso da Água – José Machado, Presidente da Agência Nacional de Águas; 5) Trabalho Decente e Trabalho Verde na Produção de Biocombustíveis, Representante do OIT Brasil; 6) Segurança Alimentar x Segurança Energética, Representante da FAO – Brasil; 7) Objetivos e Estratégia da Empresa Brasileira de Biocombustíveis, representante da Petrobras.

#### V Reunião

**Data:** 03/07/2008

**Horário:** 09:00h às 13:00h

**Local:** Gabinete Regional da Presidência da República – São Paulo/SP

**Tema:** Subgrupos de Trabalho do GT

**Pauta:** Organização, Priorização e Definição de Metodologia de Funcionamento

**Presenças:**

- 15 conselheiros, 9 representantes de conselheiros e 21 convidados.

Os conselheiros definiram dois subgrupos para debater temas considerados prioritários: o subgrupo do Zoneamento Agroecológico, com o conselheiro Nelson Côrtes como relator; o subgrupo Relações de Trabalho, com os conselheiros Marcos Jank e Danilo Pereira da Silva como relatores. O grupo entrou na fase de fazer proposições, depois de ouvir diversos especialistas em bioenergia. Foi decidido elaborar um parecer sobre bioenergia que será apreciado na plenária do CDES e depois encaminhado ao Presidente da República.

#### 1ª Reunião do Subgrupo Zoneamento Agroecológico

**Data:** 03/07/2008

**Horário:** 09:00h às 13:00h

**Local:** Gabinete Regional da Presidência da República, São Paulo/SP

**Pauta:** Definição de metodologia e cronograma de trabalho

**Nota:** evento realizado durante a V Reunião do GT Bioenergia: Etanol, Bioeletricidade e Biodiesel, ocorrida no mesmo local.

Foram discutidas as possibilidades de abrangência do trabalho do grupo e a necessidade de entender melhor as premissas que embasam o Zoneamento Agroecológico da Cana-de-Açúcar no Brasil como condição necessária para um melhor posicionamento sobre a questão. O subgrupo voltaria a se reunir no dia 08/07/2008, em Brasília, para apreciação da apresentação da EMBRAPA sobre as Bases do Zoneamento Agroecológico da Cana-de-Açúcar no Brasil.

#### 1ª Reunião do Subgrupo Relações de Trabalho

**Data:** 03/07/2008

**Horário:** 09:00h às 13:00h

**Local:** Gabinete Regional da Presidência da República – São Paulo/SP

**Pauta:** Definição de metodologia e cronograma de trabalho

**Nota:** evento realizado durante a V Reunião do GT Bioenergia: Etanol, Bioeletricidade e Biodiesel, ocorrida no mesmo local.

Após um levantamento de expectativas sobre as possibilidades de abrangência do trabalho do grupo, o tempo de formulação e os pontos necessários a serem abordados, acordou-se que as propostas deverão tratar dos seguintes temas:

- I. Remuneração; II. Contrato de Trabalho; III. Saúde e segurança; IV. Jornada de Trabalho; V. Migração; VI. Recolocação da mão-de-obra; VII. Elevação da educação formal; VIII. Qualificação e requalificação; IX. Moradia; X. Inclusão por deficiência e inclusão social.

#### 2ª Reunião do Subgrupo Zoneamento Agroecológico

**Data:** 08/07/2008

**Horário:** 09:30h às 12:30h

**Local:** Palácio do Planalto, Brasília/DF

**Pauta:** Apresentação e apreciação do trabalho de Bases Zoneamento Agroecológico da Cana-de-Açúcar no Brasil, em fase de realização pelo MAPA/MMA/EMBRAPA.

O trabalho foi apresentado pelo técnico Dr. Eduardo Delgado Assad, da Embrapa Bioenergia, e complementado pelo Dr. Frederico Ozanan Machado Durães, da Embrapa Agroenergia. Representando o MAPA, coordenador geral do trabalho de Zoneamento Agroecológico da Cana-de-Açúcar, compareceu o Dr. José Nilton de Souza Vieira, que também prestou inúmeros esclarecimentos. O coordenador/relator do subgrupo, encarregou-se de elaborar um parecer inicial para receber colaborações de outros membros do grupo.

#### 2ª Reunião do Subgrupo Relações de Trabalho

**Data:** 16/07/2008 – 09:00h às 12:00h

**Local:** Gabinete Regional da Presidência da República – São Paulo/SP

**Coordenadores/Relatores:** Marcos Sawaya Jank e Danilo Pereira da Silva

**Pauta:** Discussão do Parecer Inicial do Subgrupo Relações de Trabalho.

Foram examinados os consensos e divergências quanto às recomendações a serem encaminhadas ao Presidente da República em relação ao tema Relações de Trabalho. Dada



a complexidade dos tópicos nem tudo foi objeto de consenso e o parecer não foi conclusivo. Resumo das discussões foi elaborado pelos relatores e os principais pontos abordados foram relacionados, com destaque para consensos e divergências, para exame em nova reunião.

### 3ª Reunião do Subgrupo Relações de Trabalho

**Data:** 25/07/2008

**Horário:** 09:30h às 13:00h

**Local:** Gabinete Regional da Presidência da República – São Paulo/SP

**Coordenadores/Relatores:** Marcos Sawaya Jank e Danilo Pereira da Silva

**Pauta:** elaboração de texto final do subgrupo Relações de Trabalho para subsidiar o parecer consolidado do GT.

O subgrupo reuniu-se, mais uma vez, para buscar discutir melhor os tópicos discriminados na memória da reunião anterior. Houve alguns avanços e se consolidaram algumas discordâncias que, conforme decisão acordada pelo subgrupo, seriam explicitados no parecer final do GT. Decidiu-se pela realização da reunião seguinte em conjunto com o subgrupo encarregado de elaborar parecer preliminar sobre a questão do Zoneamento Agroecológico, para consolidação dos dois pareceres com maior participação do GT.

### 4ª Reunião do Subgrupo Relações de Trabalho

**Data:** 28/07/2008

**Horário:** 09:30h às 13:00h

**Local:** Gabinete Regional da Presidência da República – São Paulo/SP

**Pauta:** Parecer Bioenergia SG Relações de Trabalho e Zoneamento Agroecológico

**Nota:** evento realizado durante a VI Reunião do GT Bioenergia: Etanol, Bioeletricidade e Biodiesel, ocorrida no mesmo local.

### 3ª Reunião do Subgrupo Zoneamento Agroecológico

**Data:** 28/07/2008

**Horário:** 09:00h às 12:00h

**Local:** Gabinete Regional da Presidência da República – São Paulo/SP

**Pauta:** apreciação do Parecer Bioenergia SG Relações de Trabalho e Zoneamento Agroecológico

**Nota:** evento realizado durante a VI Reunião do GT Bioenergia: Etanol, Bioeletricidade e Biodiesel, ocorrida no mesmo local.

## VI Reunião

**Data:** 28/07/2008

**Horário:** 14:00h às 18:00h

**Local:** Gabinete Regional da Presidência da República – São Paulo/SP

**Pauta:** Consolidação dos Pareceres: Relações de Trabalho e Zoneamento Agroecológico

**Presenças:**

- 14 conselheiros e 9 convidados.

Sob a coordenação do Conselheiro Artur Henrique da Silva Santos e com a presença do Ministro José Múcio Monteiro da SRI, o GT se reuniu e os conselheiros e conselheiras presentes puderam avaliar as propostas encaminhadas pelos dois subgrupos, com os consensos obtidos e outros pontos



relevantes apontados no âmbito dos mesmos. O objetivo principal da reunião foi a consolidação dos pareceres dos dois subgrupos, na forma de um primeiro documento-síntese do GT a ser apreciado na 27ª Reunião Ordinária do Pleno do CDES, e posterior encaminhamento ao Presidente da República. O grupo avançou bastante na consolidação do relatório, mas como o documento-síntese não foi ainda aprovado, foi marcada uma reunião extraordinária, para o dia 19 de agosto, com o objetivo de dar uma redação final ao parecer.

## VII Reunião

**Data:** 19/08/2008

**Horário:** 09:00h às 13:00h

**Local:** Gabinete Regional da Presidência da República – São Paulo/SP

**Tema:** Zoneamento Agroecológico e Relações de Trabalho

**Pauta:** Deliberação sobre os pontos pendentes do relatório referente aos subgrupos

**Presenças:**

- 10 conselheiros e 8 convidados.

Deliberação sobre os pontos pendentes do relatório referente às conclusões dos trabalhos dos subgrupos Zoneamento Agroecológico da Cana-de-Açúcar e Relações de Trabalho (Trabalho Decente).

### 1ª Reunião do Subgrupo Papel do Estado

**Data:** 05/08/2008

**Horário:** 14:00h às 17:00h

**Local:** Sala de reuniões da SENAD, Brasília/DF

**Tema:** Regulação e Políticas Públicas

**Coordenador/Relator:** Conselheiro Bruno Ribeiro

**Pauta:** Definir metodologia e cronograma de trabalho para o subgrupo; dar início à discussão sobre a questão do Papel do Estado – Regulação e Políticas Públicas no âmbito do GT.

Resolveu-se que as propostas deveriam ser encaminhadas pelos participantes da discussão ao coordenador/relator e que a metodologia proposta deveria ser semelhante a já utilizada no âmbito do GT quando abordou os temas Zoneamento e Relações de Trabalho: realização de um colóquio inicial com especialistas sobre os temas dos novos subgrupos, como forma de motivar o debate e a adesão de Conselheiros e Conselheiras ao mesmo.

### 1ª Reunião do Subgrupo Diagnóstico do Mercado Interno e Externo

**Data:** 07/10/2008

**Horário:** 10:30h às 13:00h

**Local:** BNDES, Rio de Janeiro/RJ

**Relator:** Conselheiro José Carlos Bumlai

**Pauta:** Apresentação de Estudo do BNDES e discussão das premissas para o relatório do Subgrupo.

Foi apresentado e discutido o texto inédito de técnicos do BNDES "O perfil do apoio do BNDES ao Setor Sucoalcooleiro" a ser publicado na revista de outubro/2008, que contém amplo diagnóstico sobre os projetos de investimentos na carteira desse Banco. Em seguida foram definidas as premissas e diretrizes do estudo de mercado do etanol.



## VIII Reunião

**Data:** 15/10/2008

**Horário:** 09:00h às 17:00h

**Local:** Gabinete Regional da Presidência da República – São Paulo/SP

**Tema:** Parecer sobre biocombustíveis

**Presenças:**

- 12 conselheiros, 2 representantes de conselheiros e 9 convidados.

O conselheiro Artur Henrique se referiu à proposta de ampliar o escopo do GT para abordar a matriz energética e suas vinculações com o processo de desenvolvimento em escala nacional e internacional, conforme havia sido proposto por alguns conselheiros. A proposta foi aprovada por unanimidade e o GT será denominado “Matriz Energética para o Desenvolvimento com Equidade e Responsabilidade Ambiental”, alinhando-se com as discussões lideradas pelo CDES no âmbito da Associação Internacional de Conselhos Econômicos e Sociais e Instituições Similares – AICESIS. Antes de ampliar o escopo o GT vai se concentrar na conclusão do parecer final sobre o tema Bioenergia: Etanol, Bioeletricidade e Biodiesel e na participação ativa na Conferência Internacional sobre Biocombustíveis a ser realizada no período de 17 a 21/11/2008 em São Paulo. A reunião seguiu com apresentações e debates de temas dos subgrupos pelos respectivos relatores: 1) Estudos de Mercado Nacional e Internacional – conselheiro José Carlos Bumlai; 2) Certificação e/ou Boas Práticas – conselheiro Antoninho Trevisan; 3) Políticas Públicas (Papel do Estado) – conselheiro Bruno Ribeiro; 4) Defesa do Etanol Economicamente Viável e Ambientalmente e Socialmente Sustentável – Conselheiro Marcos Jank; 5) Medidas para Fortalecimento e Consolidação do Programa Nacional de Biodiesel – conselheiro Nelson Côrtes. Foi definida a 9ª reunião para discutir e aprovar o relatório final do GT que será divulgado e debatido na sessão especial da Conferência Internacional de Biocombustíveis e encaminhado ao Conselho Gestor do CDES, para que seja apreciado na Plenária de 27/11/2008.

## IX Reunião

**Data:** 29/10/2008

**Horário:** 14:00h às 17:00h

**Local:** Gabinete da Presidência da Petrobras, Brasília/DF

**Coordenador:** conselheiro Artur Henrique da Silva Santos

**Pauta:** elaboração de parecer sobre biocombustíveis

**Presenças:**

- 9 conselheiros e 3 convidados.

Esta reunião teve por objetivo definir o conteúdo e a forma do Relatório Final do GT. O Coordenador do Grupo, conselheiro Artur Henrique, sugeriu que o parecer tivesse duas partes: a primeira contendo um breve relato da trajetória e composição do Grupo, uma contextualização do tema e a decisão unânime de continuar os trabalhos ampliando o foco para a Matriz Energética Brasileira voltada para o Desenvolvimento com Equidade e Responsabilidade Sócio-Ambiental. A segunda parte conteria propostas e sugestões do GT para a Bioenergia e seria construída a partir dos relatórios parciais. A proposição metodológica foi colocada em discussão e aprovada. O Relatório Final será a base para posicionamento do GT na Conferência Internacional de Biocombustíveis. Ficou definido, alternativamente, que o parecer será submetido à apreciação de todos os membros do CDES até o dia 12/11/2008. Se aprovado, será encaminhado ao Presidente da República, podendo, também, ser objeto de divulgação na Conferência Internacional.

## GT Agenda da Infraestrutura para o Desenvolvimento

### 6. GT AGENDA DA INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO

O marco zero para início das atividades do Grupo de Trabalho Agenda da Infraestrutura para o Desenvolvimento foi um termo de referência aprovado na 20ª reunião plenária do CDES em 05/12/2006. O conselheiro Paulo Godoy foi escolhido pelos seus pares para assumir a coordenação do Grupo de Trabalho, e vinte e cinco conselheiros do CDES participaram efetivamente das atividades. Foram realizadas seis reuniões durante o ano de 2007 e duas em 2008, além de um segundo colóquio sobre o Plano Nacional de Habitação. Foram também formados dois subgrupos: Transporte Aeroviário e Habitação e Desenvolvimento Urbano. O subgrupo Transporte Aeroviário surgiu por demanda do Presidente Lula ao Conselho na Oficina de Governança do CDES, realizada em 21/05/2008, no sentido de refletir sobre o transporte aéreo no Brasil e elaborar sugestões para criação de voos regulares para países da América do Sul e África. O subgrupo Transportes Aeroviários realizou duas reuniões. Ainda no escopo de trabalho do GT, o problema do déficit habitacional foi sendo abordado de forma que se considerou apropriado ampliar o debate criar um grupo de trabalho sobre o tema e realizar um segundo Colóquio, desta vez em parceria com a Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados, em agosto de 2008. Os Pareceres aprovados sobre o tema estão anexos ao Relatório de Atividades.

### VII Reunião

**Data:** 24/04/2008

**Horário:** 09:30h às 12:30h

**Local:** Palácio do Planalto, Brasília/DF

**Pauta:** 1) Situação Atual do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC); 2) Agenda Portos; 3) 10 Anos de Regulação: Aprendizagem e Perspectivas;

**Presenças:**

- 12 conselheiros, 6 representantes de conselheiros e 10 convidados.

A reunião contou com a participação de Miriam Belchior, Subchefe de Articulação e Monitoramento da Casa Civil da Presidência da República; do Ministro Pedro Brito, sobre Agenda Portuária; e representantes do TCU, sobre “10 anos de regulação: Aprendizagem e Perspectivas”. Tanto a Subchefe de Articulação e Monitoramento da Casa Civil da Presidência da República, Miriam Belchior, quanto o Ministro Pedro Brito da Secretaria de Portos da Presidência da República e o Secretário de Fiscalização de Desestatização do Tribunal de Contas da União, Marcelo Barros Gomes, manifestaram disposição para continuar o diálogo interinstitucional e colaborar para construir uma agenda que contribua para o desenvolvimento, tal como formulado pelo CDES.



## VIII Reunião

**Data:** 07/07/2008

**Horário:** 15:00h às 17:00h

**Local:** Ministério da Defesa, Brasília/DF

**Tema:** Política Nacional de Aviação Civil – PNAC

**Pauta:** Apresentação e Debate da PNAC com o Ministro da Defesa Nelson Jobim

**Presenças:**

- 10 conselheiros, 7 representantes de conselheiros e 7 convidados.

O ministro da Defesa, Nelson Jobim e o brigadeiro Jorge Godinho Nery apresentaram o Projeto da Política Nacional de Aviação Civil (PNAC) e ouviram as sugestões dos conselheiros. Informaram que o PNAC traz um conjunto de diretrizes e estratégias que nortearão a aviação civil brasileira. O plano começou a ser elaborado no ano passado e está sendo discutido por autoridades e por representantes da indústria e da sociedade civil, e foi solicitado que o CDES encaminhe outras idéias para aperfeiçoar o sistema. O ministro afirmou que a participação da iniciativa privada na infraestrutura e nos serviços do setor aéreo será incentivada. O conselheiro Paulo Godoy, coordenador do GT, afirmou que a nova política deve garantir velocidade aos investimentos e ter regras conhecidas.

## Colóquio Plano Nacional de Habitação

**Data:** 12/08/2008

**Horário:** 14:00h às 17:30h

**Local:** Câmara dos Deputados – Brasília/DF

**Presenças:**

- 8 conselheiros, um representante de conselheiro e público em geral (aberto).

O evento foi promovido pelo GT Agenda da Infraestrutura para o Desenvolvimento – Subgrupo Habitação e Desenvolvimento Urbano, em parceria com a Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados. As apresentações foram feitas pela secretária Nacional de Habitação do Ministério das Cidades, Inês Magalhães; pelo presidente da CBIC e conselheiro do CDES, Paulo Safady Simão; pelo presidente da Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF) e também conselheiro do CDES, Gabriel Jorge Ferreira, e pela superintendente nacional de Habitação da Caixa Econômica Federal, Bernadete Coury. Participaram ainda do evento, o Ministro das Cidades, Márcio Fortes e a deputada Ângela Amin, presidente da Comissão de Desenvolvimento Urbano.



## IX Reunião

**Data:** 04/09/2008

**Horário:** 10:00h às 13:00h

**Local:** Gabinete Regional da Presidência da República, São Paulo/SP

**Tema:** Política de Aviação Civil

**Pauta:** reunião com a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC

**Presenças:**

- 5 conselheiros e 4 convidados.

A abertura e coordenação da reunião foram feitas pelo conselheiro Paulo Godoy. O Conselheiro fez um relato das reuniões e os pedidos feitos pelo Presidente da República em relação à aviação civil. Segundo o conselheiro Paulo Godoy é preciso fazer uma cirurgia no setor aéreo brasileiro. O GT Agenda da Infraestrutura através do Subgrupo de Transportes Aéreos faz uma tentativa de ajudar a construir um plano de longo prazo e atender demandas pontuais. Um dos pontos já identificados é a falta de atendimento de rotas para África, preocupação manifestada pelo Presidente Lula, e América do Sul pelas empresas atuais. Isso produziu um reflexo interno, concluindo-se que há falta de atendimento de rotas domésticas também. Também se identificou a necessidade de atualização dos ILS. Outra preocupação é a Copa de 2014. Há muitos gargalos a serem resolvidos nesse setor. Uma das questões centrais é dar uma lógica de contratos de concessão aos terminais aeroportuários.

### 1ª Reunião do Subgrupo Transporte Aeroviário

**Data:** 03/06/2008

**Horário:** 15:00h às 17:00h

**Local:** Ministério da Defesa, Brasília/DF

**Pauta:** Demandas do Presidente ao CDES.

A reunião teve início com a manifestação do Conselheiro Humberto Mota sobre a demanda do Presidente Lula ao CDES, no sentido de refletir sobre o transporte aéreo no Brasil e elaborar sugestões para criação de voos regulares para países da América do Sul e África. Tal demanda ensejou a criação de um subgrupo no âmbito do GT Agenda da Infraestrutura para o Desenvolvimento constituído pelos conselheiros presentes ao evento e pelo coordenador do GT, conselheiro Paulo Godoy. Em seguida, o Brigadeiro Jorge Godinho fez uma exposição ampla sobre a aviação civil, sua complexidade e a multiplicidade de atores e interesses envolvidos. Chegou-se à conclusão que o ponto de partida, seria a melhoria do transporte aéreo na América do Sul.

### 2ª Reunião do Subgrupo Transporte Aeroviário

**Data:** 16/06/2008

**Horário:** 15:00h às 16:00h

**Local:** Ministério da Defesa, Brasília/DF

**Tema:** Política Nacional de Aviação Civil.

O ministro Nelson Jobim explicou inicialmente que o grande problema para as concessões é o fato dos aeroportos serem de propriedade da União e não da Infraero, que não possui patrimônio. Estão sendo realizados estudos para melhoria da governança corporativa e revisão da estrutura gerencial da Infraero, coordenados pelo BNDES. Estes estudos são essenciais para a abertura do capital dessa empresa pública. Também o BNDES está realizando estudos para reestruturação da ANAC. O ministro colocou-se à disposição para debater todas as alternativas e coloca todos os órgãos responsáveis do Ministério da Defesa para assessorar o CDES no atendimento à demanda do Presidente Lula.



## Colóquio Aviação Civil

**Data:** 11/11/2008

**Horário:** 09:00h às 13:00h

**Local:** Gabinete Regional da Presidência da República – São Paulo/SP

**Tema:** Aviação Civil

**Presenças:**

- 6 conselheiros, 5 representantes de conselheiros e 15 convidados.

Promovido pelo GT Agenda da Infraestrutura para o Desenvolvimento. Contou com apresentações de Ivan Ramalho, Secretário-Executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Anderson Correia, Superintendente de Infraestrutura da ANAC; e Dario Galvão, Vice-presidente da Abdib. A reunião teve como objetivo aprofundar o debate sobre os principais problemas da aviação civil brasileira, com foco na oferta de voos para a África e América Latina e a Copa de 2014.



## Reuniões sobre Reforma Política

### 7. REUNIÕES SOBRE REFORMA POLÍTICA

Nos anos de 2006 e 2007, o CDES debateu e gerou proposições em torno do tema da reforma política e na 22ª Reunião do Pleno do CDES, realizada em 17 de julho de 2007, foi apresentado e aprovado um Parecer sobre Reforma Política. Dada a relevância do tema e a solicitação do Presidente da República, o Conselho retomou o debate sobre a Reforma Política em 2008. Foram realizadas três reuniões, com a participação do Ministério da Justiça.

#### 1ª Reunião

**Data:** 08/07/2008

**Horário:** 10:00h às 12:00h

**Local:** Ministério da Justiça, Brasília/DF

**Pauta:** Reunião preparatória com os ministros José Múcio (SRI) e Tarso Genro (Justiça).

**Presenças:**

- 2 conselheiros e 2 convidados.

#### 2ª Reunião

**Data:** 10/07/2008

**Horário:** 10:00h às 12:00h

**Local:** Ministério da Justiça, Brasília/DF

**Pauta:** Reunião com a presença dos Ministros José Múcio (Secretaria de Relações Institucionais) e Tarso Genro (Justiça) e intelectuais: Cândido Mendes, Dalmo Dallari, Marco Aurélio, Argelina Figueiredo, Fernando Limongi, Fernando Schuler, David Fleischer e Sepúlveda Pertence.

**Presenças:**

- 2 conselheiros e 7 convidados.

Durante a reunião, o Ministro Tarso Genro pediu que os convidados concentrassem seus comentários em temas como: lista fechada, fidelidade partidária, financiamento público de campanha. O Ministro José Múcio afirmou que a reforma política é importante para aperfeiçoar o sistema político, fortalecendo a democracia, de forma que o Executivo seja bem avaliado perante a opinião pública. Alguns pontos levantados pelos convidados foram a necessidade de uma rigorosa prestação de contas dos candidatos; aperfeiçoamento do sistema de representação e participação social; trabalhar mais os institutos da democracia direta; avaliação do voto em lista e distrital. Também foi muito ressaltada a complexidade do tema, em que uma alteração pontual afetará toda a ordem estabelecida. A Reforma Política deve ser feita junto com a Reforma do Estado. Outra preocupação manifestada durante a reunião é a ligação dos parlamentares e partidos a grupos de interesses específicos (exemplos: bancada evangélica; bancada rural; bancada da radiodifusão etc).



### 3ª Reunião

**Data:** 17/07/2008

**Horário:** 09:30h às 13:00h

**Local:** Gabinete Regional da Presidência da República, São Paulo/SP

**Presenças:**

- 18 conselheiros e 4 convidados.

Os membros do Conselho Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) debateram propostas para a reforma política com o ministro da Secretaria de Relações Institucionais, José Múcio Monteiro, e o secretário de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça, Pedro Abramovay. A pedido do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, os ministros Múcio e Tarso Genro (Justiça) vão estruturar um projeto de reforma para ser enviado ao Congresso. As propostas serão discutidas com o CDES, com representantes da sociedade civil e com os partidos políticos.



## GT Educação Profissional, Técnica e Tecnológica

### 8. GT EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, TÉCNICA E TECNOLÓGICA

O CDES, no conjunto de suas preocupações e análises sobre o desenvolvimento nacional, tem identificado a escassez de qualificação profissional em diversos setores como uma das grandes dificuldades a ser superada. Pela importância do assunto, foi criado um grupo de trabalho para acompanhar e propor políticas integradas voltadas à formação profissional, técnica e tecnológica. O GT Educação Profissional, Técnica e Tecnológica foi instalado em 09 de outubro de 2008, com objetivos de aprofundar o debate e identificar os desafios da política de qualificação técnica e profissional do governo. O GT está se integrando à Política de Desenvolvimento Produtivo para a construção de um plano estratégico de articulação e identificação dos desafios da política de educação profissional, técnica e tecnológica do governo federal.

#### Reunião Preparatória

**Data:** 09/10/2008

**Horário:** 18:00h às 19:00h

**Local:** BNDES, Rio de Janeiro/RJ

**Presenças:**

- 7 conselheiros, 3 representantes de conselheiros e 20 convidados.

Durante a reunião foi apresentada a proposta de pauta do GT e o primeiro encaminhamento: a) Identificar os problemas, transformá-los em desafio em forma de propostas para as políticas públicas e encaminhar ao PR; b) Discutir o diagnóstico na perspectiva do desenvolvimento e identificar os desafios para atender a demanda de forma consistente. Para iniciar os trabalhos do GT, propõe organizar uma oficina de trabalho para definir agenda e iniciar os debates levantando o diagnóstico, os desafios e propostas para encaminhamento das questões, convidando os atores que vêm analisando o tema/trabalhando na área.

#### I Reunião

**Data:** 28/11/2008

**Local:** Edifício CNC, Brasília/DF

**Horário:** 09:30h às 12:30h

**Tema:** Política de Desenvolvimento Produtivo

**Pauta:** Mapeamento e estruturação da oferta e demanda de trabalhadores

**Presenças:**

- 3 conselheiros e 12 convidados.

A reunião teve como objetivo comunicar a instalação do GT Educação Profissional, Técnica e Tecnológica no âmbito do CDES como estratégia de aprofundar o debate sobre a formação profissional e tecnológica, tendo em vista a desarticulação desta política a nível nacional. Visou



também conhecer a governança e a estrutura da Política de Desenvolvimento Produtivo – PDP do Governo Federal e sugerir articulação entre a estrutura do PDP e o GT Educação Profissional, Técnica e Tecnológica/CDES.

## II Reunião

**Data:** 17/12/2008

**Horário:** 14:00h às 16:00h

**Local:** Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo (por videoconferência)

**Tema:** Política de Desenvolvimento Produtivo

**Pauta:** Construção de Plano Estratégico

### Presenças:

- 2 conselheiros, 5 representantes de conselheiros e 9 convidados.

A reunião realizada por videoconferência em Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo, teve como tema a Política de Desenvolvimento Produtivo. Os objetivos da reunião foram: integrar o trabalho do GT à proposta de organização da política de qualificação profissional no âmbito da Política de Desenvolvimento Produtivo, da Política de Desenvolvimento da Educação e do Programa Nacional de Qualificação Profissional; incentivar a integração entre as organizações que abordam o tema para construir coletivamente um plano estratégico de articulação e identificação dos desafios das políticas públicas e privadas de formação profissional, técnica e tecnológica. Como encaminhamentos ficou decidido: continuar o processo de articulação interinstitucional que o CDES iniciou para avançar no objetivo de favorecer a integração de políticas de desenvolvimento produtivo, de educação e qualificação profissional; ampliar a participação convidando outras instâncias que trabalham com o tema; organizar a 1ª oficina para sistematizar informações e indicadores para a formulação de diagnóstico, experiências e metodologias de prospecção de demanda e oferta, identificar estratégias e iniciativas a serem desenvolvidas; e organizar 2ª oficina para organizar os desafios e ações prioritárias para enfrentá-los.



# Observatório da Equidade

## 9. OBSERVATÓRIO DA EQUIDADE

### 12ª Reunião Ampliada do Comitê Técnico do Observatório da Equidade

**Data:** 11/03/2008

**Horário:** 10h às 17h30

**Local:** Palácio do Planalto, Brasília/DF

**Pauta:** 1) Definição do plano de trabalho 2008; 2) Definição do perfil/produtos dos consultores a serem contratados; 3) Definição das responsabilidades entre as instituições parceiras; 4) Discussão de uma proposta de Painel de Indicadores, base para ampliação do foco das futuras observações.

### II Encontro dos Conselhos Nacionais – Observatório da Equidade

**Data:** 05/05/2008 a 06/05/2008

**Local:** Centro de Eventos e Treinamentos da CNTC, Brasília/DF

### Presenças:

- 23 participantes

O II Encontro deu continuidade ao diálogo “Desenvolvimento e Promoção da Equidade: compartilhando conhecimentos”, iniciado em novembro de 2007, em parceria com a Secretaria Geral da Presidência da República. A articulação entre os Conselhos Nacionais tem objetivos de promover a troca de experiências e conhecimentos; construir maior convergência para formulação de políticas públicas e contribuir para o fortalecimento de iniciativas da participação social.

Para o Observatório da Equidade do CDES o esforço deverá ser avançar no debate sobre o acompanhamento das políticas públicas, pelos Conselhos Nacionais e pelo conjunto da sociedade, sob a ótica do desenvolvimento com equidade. A Secretaria Geral apresentou a propostas de formação de conselheiros para a participação social nas políticas públicas.

### Oficina: Indicadores de Qualidade do Sistema Tributário Nacional

**Data:** 15/05/2008

**Horário:** 09h às 18h

**Local:** Centro de Eventos da CNTC, Brasília/DF

**Tema:** Justiça Fiscal: Reforma Tributária e Distribuição da Riqueza

### Presenças:

- 41 participantes.

A Oficina, que ocorreu paralelamente ao Seminário de Reforma Tributária, debateu os indicadores de qualidade do sistema tributário nacional. A Oficina contou com dois painéis. O primeiro



deles teve como tema “Justiça Fiscal: Reforma Tributária e Distribuição da Riqueza” e o palestrante foi o presidente do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), Márcio Pochmann. O tema do segundo painel foi “Indicadores de Qualidade do Sistema Tributário Nacional”. A coordenação ficou a cargo do Comitê Técnico do Observatório da Equidade.

### 1ª Reunião da Equipe Técnica sobre Sistema Tributário Nacional – STN

**Data:** 04/08/2008

**Horário:** 14h às 17h30

**Local:** Palácio do Planalto, Brasília/DF

**Pauta:** dar início ao trabalho analítico para a construção e formatação do esquema explicativo do Sistema Tributário Nacional, após a Oficina do Sistema Tributário Nacional, realizada em maio de 2008, onde se iniciou o debate sobre indicadores do STN.

### 5ª Reunião do Conselho Diretor e Comitê Técnico do Observatório da Equidade

**Data:** 07/08/2008

**Horário:** 14h às 17h30

**Local:** Palácio do Planalto, Brasília/DF

**Pauta:** 1) Planejar o fortalecimento da integração do Observatório da Equidade às temáticas em discussão nos grupos de trabalho do CDES; 2) Informar as atividades realizadas / em realização e resultados obtidos; 3) Programar próximas atividades relacionadas às observações sobre educação e sistema tributário nacional em andamento.

Da reunião, foi elaborado um Plano de Trabalho, com os seguintes objetivos: 1) Elaboração do 3º Relatório “As Desigualdades na Escolarização no Brasil”. Foi sugerido que será inserido no quadro explicativo o segmento da Educação do Campo para acompanhamento a partir da versão 2008 do Relatório. Também foi acatada a sugestão de incorporar o segmento da Educação Superior. A análise deste segmento deverá ser aprofundada a partir das informações geradas pela divulgação do “Suplemento PNAD – educação profissional”, o que vai demandar a realização de oficinas para o redesenho do quadro de indicadores; Como a elaboração do 3º Relatório depende da divulgação da PNAD/IBGE (outubro/08) e de dados do INEP/MEC (dezembro/08), o Relatório e o Parecer de Observação serão apresentados na primeira reunião plenária de 2009; 2) Elaboração do Relatório de Observação do Sistema Tributário Nacional, que tem sua origem nos âmbitos problemáticos anunciados na Agenda Nacional de Desenvolvimento e nas proposições do parecer do Grupo de Trabalho Reforma Tributária. Para construir um esquema explicativo que resume um diagnóstico da situação do sistema tributário nacional, o Observatório realizou uma oficina em maio de 2008. Em setembro de 2008, será realizada a Segunda Oficina da Rede de Observação do Sistema Tributário Nacional com o objetivo de aperfeiçoar a proposta de indicadores para acompanhar o Sistema Tributário Nacional. Os meses de outubro e novembro serão dedicados à elaboração do Relatório e do Parecer de Observação do Sistema Tributário Nacional que serão apresentados na última plenária de 2008.



### 13ª Reunião do Comitê Técnico do Observatório da Equidade

**Data:** 07/08/2008

**Horário:** 09h às 12h

**Local:** Palácio do Planalto, Brasília/DF

**Pauta:** planejamento das atividades do Observatório da Equidade e preparação da reunião com o Conselho Diretor.

### 2ª Reunião da Equipe Técnica do Sistema Tributário Nacional

**Data:** 08/08/2008

**Horário:** 10h às 13h

**Local:** Palácio do Planalto, Brasília/DF

**Pauta:** continuação do trabalho analítico para a construção e formatação do esquema explicativo do Sistema Tributário Nacional, após a Oficina do Sistema Tributário Nacional realizada em maio/08, onde se iniciou o debate sobre indicadores do STN.

### Colóquio: Indicadores do Sistema Tributário Nacional

**Data:** 14/08/2008

**Horário:** 14h às 17h30

**Local:** Gabinete Regional da Presidência da República, São Paulo/SP

**Presenças:**

- 27 participantes

Promovido pelo Observatório da Equidade e pelo GT Reforma Tributária, com o objetivo de analisar e aperfeiçoar a proposta de leitura dos indicadores do sistema tributário nacional. Desta reunião, resultou o Parecer da Proposta de Emenda Constitucional sobre a Reforma Tributária, afirmando a importância da aprovação da matéria.

### 3ª Reunião da Equipe Técnica do Sistema Tributário Nacional

**Data:** 22/08/2008

**Horário:** 10h às 13h

**Local:** Palácio do Planalto, Brasília/DF

**Pauta:** análise e inserção no quadro explicativo das sugestões propostas pelos Conselheiros e representantes no Colóquio Indicadores do Sistema Tributário Nacional – STN realizado em 14/08/2008.

### 4ª Reunião da Equipe Técnica do Sistema Tributário Nacional

**Data:** 26/08/2008

**Horário:** 10h às 13h

**Local:** Sala da SENAD – Anexo II – Palácio do Planalto, Brasília/DF

**Pauta:** Discussão sobre a relação de dados necessários à construção dos indicadores do esquema explicativo do Sistema Tributário Nacional.



### 5ª Reunião da Equipe Técnica do Sistema Tributário Nacional

**Data:** 08/09/2008

**Horário:** 14h às 18h

**Local:** Sede do IPEA, Brasília/DF

**Pauta:** Discutir os dados levantados sobre o Sistema Tributário Nacional e indicadores do e identificar os indicadores prioritários para a elaboração do Esquema Explicativo do STN.

### 14ª Reunião Ampliada do Comitê Técnico do Observatório da Equidade

**Data:** 11 e 12/09/2008

**Local:** Centro de Capacitação e Desenvolvimento da Presidência da República, Brasília/DF

A reunião teve como objetivo iniciar o processo de desenvolvimento de metodologia para analisar os indicadores de escolarização pelo ângulo da equidade; apresentação do sistema de metodados desenvolvido pelo IBGE; preparação do plano tabular para o próximo relatório da escolarização; plano de trabalho para o debate da educação profissional, considerando as novas informações geradas (ex: suplemento da PNAD); e elaboração do plano de trabalho para iniciar a observação da educação do campo.

### 6ª Reunião da Equipe Técnica do Sistema Tributário Nacional

**Data:** 15/09/2008

**Horário:** 14h às 18h

**Local:** Sede do IPEA, Brasília/DF

**Pauta:** Finalização do levantamento dos dados e indicadores para sistematização do esquema explicativo do STN para apresentação do mesmo na II Oficina do STN.

### II Oficina Indicadores do Sistema Tributário Nacional

**Data:** 18/09/2008

**Horário:** 09h30 às 17h30

**Local:** Hotel Nacional, Brasília/DF

**Presenças:**

- 54 participantes

O evento teve como objetivo aperfeiçoar a proposta de indicadores para acompanhar o diagnóstico do Sistema Tributário Nacional. O macro-problema foi assim formulado: "o sistema tributário nacional é injusto", resultando de seis problemas inter-relacionados: o sistema tributário é regressivo e a carga é mal distribuída, carga tributária é alta em relação ao retorno social, a estrutura tributária não incentiva as atividades produtivas, a gestão tributária é pouco transparente e onerosa, inadequação do pacto federativo em relação as suas competências tributárias, responsabilidades e territorialidades e não há cidadania tributária.



### 15ª Reunião do Comitê Técnico do Observatório da Equidade com IPEA e DIEESE

**Data:** 26/09/2008

**Horário:** 10h às 17h30

**Local:** Escritório Nacional do DIEESE, São Paulo/SP

Continuidade do processo de desenvolvimento de metodologia para analisar os indicadores de escolarização pelo ângulo da equidade e do plano de trabalho para a construção do marco conceitual e dos modelos de análise.

### Palestra Síntese de Indicadores Sociais: Análise das condições de vida da população

**Data:** 09/10/2008

**Horário:** 14h30 às 17h30

**Local:** Auditório do BNDES, Rio de Janeiro/RJ

**Presenças:**

- 103 participantes

Palestra de Ana Lúcia Sabóia – Chefe da Divisão de Indicadores Sociais do IBGE, que apresentou dados (1997, 2002, 2007), seguidos de comentários sobre: aspectos demográficos; educação; saneamento; organização das famílias (casamento, separações judiciais e divórcio); crianças, adolescentes e jovens; idosos; cor ou raça; mulheres.

### 16ª Reunião Ampliada do Comitê Técnico do Observatório da Equidade

**Data:** 10/10/2008

**Horário:** 09h30 às 17h30

**Local:** Instituto Brasileiro de Administração Municipal, Rio de Janeiro/RJ

Continuidade do processo de desenvolvimento de metodologia para analisar os indicadores de escolarização pelo ângulo da equidade e plano de trabalho para a construção do marco conceitual e dos modelos de análise.

### 17ª Reunião do Comitê Técnico do Observatório da Equidade

**Data:** 23/10/2008

**Horário:** 11h às 17h

**Local:** Centro de Capacitação e Desenvolvimento da Presidência da República, Brasília/DF

A reunião teve como objetivo produzir subsídios ao Presidente da República para a reunião com Governadores da Região Norte e Nordeste. Fizeram apresentações: Embrapa, IPEA, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Sebrae.



### 7ª Reunião da Equipe Técnica do Sistema Tributário Nacional

**Data:** 01/12/2008

**Horário:** 15h às 16h

**Local:** Secretaria da Receita Federal – Brasília/DF

**Pauta:** Apresentação do trabalho desenvolvido pelo Observatório da Equidade sobre o Sistema Tributário Nacional e o processo de construção do conjunto de indicadores de qualidade, realizado por uma equipe interinstitucional, envolvendo especialistas do IPEA, IBGE, DIEESE, ESAF, INESC e UNAFISCO.

### 8ª Reunião da Equipe Técnica do Sistema Tributário Nacional

**Data:** 05/12/2008

**Horário:** 14h às 18h

**Local:** Sala do CONSEA – Palácio do Planalto - Brasília/DF

**Pauta:** 1) Informe sobre reunião com a Secretária da Receita Federal, Lina Vieira e encaminhamentos (reunião entre equipe do STN e da Receita Federal); 2) Apresentação dos relatórios dos problemas 3 e 6 do esquema explicativo do Sistema Tributário Nacional (destaques de pontos a serem incorporados); 3) Ajustes na matriz do esquema explicativo: dados numéricos e redação dos indicadores; 4) Planejamento da Oficina com especialistas durante o Seminário Internacional sobre Desenvolvimento (março de 2009).

### 9ª Reunião da Equipe Técnica do Sistema Tributário Nacional

**Data:** 12/12/2008 de 14:00h às 18:00h

**Local:** Sala do CONSEA – Palácio do Planalto - Brasília/DF

**Pauta:** 1) Apresentação da Secretaria da Receita Federal do Relatório de Gastos Tributários – Raimundo Eloy Carvalho (Coordenador da Subsecretaria de Assuntos Tributários e Normatização); 2) Apresentação do relatório do problema 3 do esquema explicativo do Sistema Tributário Nacional (destaques de pontos a serem incorporados).



## Atividades Internacionais

### 10. ATIVIDADES INTERNACIONAIS

#### Mesa-Redonda Internacional “Energia para o Desenvolvimento com Equidade e Responsabilidade Ambiental”

**Data:** 26/02/2008 a 28/02/2008

**Local:** BNDES, Rio de Janeiro/RJ

**Pauta:** 1) Promover debate sobre a “Energia para o Desenvolvimento com Equidade e Responsabilidade Ambiental”, entre especialistas brasileiros e internacionais, levantando as principais questões e posicionamentos sobre o tema; 2) Subsidiar, com conteúdos e reflexões, os trabalhos da Associação Internacional de Conselhos Econômicos e Sociais e Instituições Similares (AICESIS) sobre o tema; 3) Contribuir com os trabalhos do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), no seu esforço de análise e proposição sobre o papel da energia para o desenvolvimento.

**Presenças:**

- 15 conselheiros e 30 convidados.

Fizeram palestras durante o evento: Luiz Pinguelli Rosa, Victor Panchenko, membro da delegação da Rússia; Marcos Jank, presidente da Única.

Durante o encontro para debater o tema da energia, a Comissão Relatora da AICESIS se reuniu e foram entregues contribuições ao relatório em produção.

Participaram do evento representantes dos seguintes Conselhos Econômicos e Sociais: Brasil – Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES); Itália – Conselho Nacional de Economia e do Trabalho (CNEL); China – Conselho Econômico e Social (CES); África – União dos Conselhos Econômicos e Sociais da África (UCESA); Argélia – Conselho Nacional Econômico e Social (CNES); União Europeia Comitê Econômico e Social Europeu (CESE).

#### V Encontro “Sociedade Civil – União Européia e América Latina”

**Data:** 16/04 a 18/04/2008

**Local:** Lima, Peru

**Conselheiros:** Jorge Nazareno Rodrigues, José Lopez Feijóo, Joseph Couri, Lincoln Fernandes e José Múcio Monteiro.

O objetivo do encontro, além de encorajar o desenvolvimento de organizações da sociedade civil e de participação democrática na América Latina e Caribe, é fornecer posições das sociedades civis desses países ou blocos para as reuniões de Chefes de Estado que, tradicionalmente, acontecem posteriormente. O CDES participa desde 2005 desta reunião das sociedades civis que antecedem as cúpulas de Chefes de Estado da União Européia, América Latina e Caribe.

Do encontro, resultou uma Declaração Final, assinada pelos países participantes.



### Reunião Conjunta do Conselho Nacional de Trabalho e Promoção do Emprego (CNTPE) peruano e o CDES

**Data:** 16/04/2008

**Local:** Lima, Peru

**Pauta:** encontro com delegados da sociedade civil da América Latina e da União Européia, presentes no V Encontro "Sociedade Civil – União Européia e América Latina";

**Conselheiros:** Jorge Nazareno Rodrigues, José Lopez Feijóo, Joseph Couri, Lincoln Fernandes e José Múcio Monteiro.

A Reunião Conjunta foi parte da pauta da 27ª Sessão Extraordinária do CNTPE com o objetivo de trocar experiências e opiniões e discutir os desafios das instituições de diálogo em relação ao desenvolvimento dos países e à consolidação da democracia. Além dos membros do CNTPE e do CDES, a reunião contou com a participação de membros do Comitê Econômico e Social Europeu (CESE) e de representantes da sociedade civil de outros países, como o Chile e o México. O Ministro do Trabalho e Promoção do Emprego da República do Peru Mario Pasco Cosmópolis, presidente do CNTPE, destacou que no momento o conselho do Peru procura se fortalecer e ampliar sua atuação. O Ministro da Secretaria de Relações Institucionais, José Múcio Monteiro, secretário executivo do CDES apresentou a experiência brasileira como uma aposta no exercício do diálogo e na construção de consensos para viabilizar um projeto de desenvolvimento de longo prazo, caracterizado pelo equilíbrio entre as dimensões econômica, social, ambiental e política. O Presidente da Sessão Especializada de Relações Exteriores do Comitê Econômico e Social Europeu Hamro-Drotz defendeu o esforço de disseminação de instituições de diálogo e a necessidade de ampliar a sua influência no processo de tomada de decisões políticas. Os Conselheiros do CDES ressaltaram o interesse e valorização do governo, expresso na presença do Presidente da República nas reuniões plenárias e participação dos Ministros nos debates. Valorizaram o temário amplo e sistêmico, pois aos trabalhadores e empresários não interessam apenas questões relacionadas aos salários e investimentos, mas a participação nas análises e decisões sobre desenvolvimento do país. Os Conselheiros do CNTPE apontaram que devem ser aperfeiçoados no diálogo social no Peru a estrutura e recursos disponíveis para o CNTPE e fortalecer uma cultura de geração e cumprimento de acordos. Na reunião foram acordados novos passos para o trabalho compartilhado, como o convite à participação de delegação do CNTPE em uma reunião plenária do CDES e na Assembléia Geral da AICESIS, que acontecerá em junho de 2008, em Roma.

### Encontro CDES/OIT/PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa)

**Data:** 24/04/2008

**Local:** Palácio do Itamaraty, Brasília/DF

**Conselheiros:** Arildo Mota Lopes, Laerte Teixeira e Paulo Vellinho.

A Reunião foi promovida pelo Centro de Formação da Organização Internacional do Trabalho, como parte de viagem de Estudos ao Brasil da delegação formada por representantes governamentais de Angola, Moçambique e São Tomé e Príncipe. A semana em Brasília teve por objetivo mostrar aos participantes da delegação, através de encontros e reuniões em diferentes órgãos da administração pública, experiências e práticas relacionadas a uma gestão pública mais participativa, democrática, aberta, moderna, incluindo formas de parceria com a sociedade civil e com o setor privado.

Os conselheiros do CDES e a Secretária da SEDES apresentaram a estrutura e a dinâmica de funcionamento do Conselho brasileiro e relataram os principais temas em discussão no âmbito do CDES.



### Participação do CDES na 97ª sessão da Conferência Internacional do Trabalho – OIT

**Data:** 09/06/2008 a 10/06/2008

**Local:** Genebra, Suíça

**Conselheiros:** Artur Henrique, Nair Goulart e Paulo Simão.

O CDES participou da 97ª sessão da Conferência Internacional do Trabalho, na qualidade de presidente da AICESIS. A Associação é convidada permanente da OIT, e faz um pronunciamento na conferência anual, levando o ponto de vista da sociedade civil reunida nos conselhos, sobre o tema do desenvolvimento, do trabalho e do diálogo social.

A representação do CDES realizou também reuniões com o coordenador da Agenda do Emprego Verde na OIT; com representantes do departamento de diálogo social e do departamento de política de empregos da OIT.

### Assembléia-Geral da AICESIS

**Data:** 12/06 a 13/06/2008

**Local:** Roma, Itália

**Conselheiros:** Artur Henrique, Paulo Simão e Ministro José Múcio.

O Ministro José Múcio Monteiro, presidente da Associação, presidiu a Assembléia-Geral, na qual foi debatida, entre outros itens, a mudança no modelo de governança da AICESIS. O conselheiro Artur Henrique dos Santos, coordenador da Comissão Relatora do tema de trabalho proposto pelo Brasil, apresentou o relatório parcial, que foi analisado e teve agregadas sugestões.

### Reunião com FNV (Central Sindical Holandesa)

**Data:** 04/09/2008

**Horário:** 10h às 12h

**Local:** Gabinete Regional da Presidência da República, São Paulo/SP

**Conselheiros:** José Lopez Feijóo, Laerte Teixeira da Costa e Raymundo Magliano.

Encontro com uma delegação de Sindicalistas Holandeses (FNV – Central Sindical Holandesa) para compartilhar experiências de diálogo social, sendo que um dos sindicalistas é representante dos trabalhadores no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Holanda.

A reunião teve por objetivo trocar informações acerca dos conselhos dos dois países. A Secretária do CDES, Esther Bemerguy, abriu a reunião apresentando o CDES, seu histórico, suas características, sua forma de funcionamento e seus objetivos e produtos. Alguns questionamentos foram feitos por parte dos holandeses presentes ao encontro. Para o conselheiro José Lopez Feijóo o CDES tem um papel primordial na construção do diálogo social. E disse que as questões no CDES são apresentadas como consenso ou dissenso, não havendo votação ou imposição da vontade da maioria. O conselheiro Raymundo Magliano disse que o CDES é um grande aprendizado para os empresários e que propiciou uma aproximação entre o capital e o trabalho e que há uma efetiva melhora do diálogo com a conformação de importantes acordos. O conselheiro Laerte Teixeira da Costa enalteceu a importância do CDES desde a sua criação para a consolidação do processo democrático. Também relatou a melhoria da relação entre empresários e trabalhadores. Para o Conselheiro ocorreu uma



aproximação das próprias entidades sindicais de trabalhadores que passaram a atuar mais conjuntamente. Como encaminhamento, ficou resolvido que se deve estimular a participação dos membros do CES dos Países Baixos nas discussões do Tema de Trabalho da AICESIS.

### Reunião com Patrick Venturini da AICESIS – Secretário-Geral eleito da AICESIS

**Data:** 22/09 a 23/09/2008

**Local:** Brasília/DF

**Pauta:** 1) proposta de governança da AICESIS; 2) reunião da Comissão Relatora da AICESIS em novembro/2008. Além disso, foram debatidos os preparativos da Reunião do Conselho de Administração da AICESIS em Mônaco, do 11º Encontro Internacional da AICESIS, definições sobre o Plano de Desenvolvimento de médio prazo da AICESIS, sobre o sistema de cotizações e contribuições da AICESIS, sobre a participação na COP-14 e sobre o Prêmio Internacional dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM).

### Reunião da Comissão Relatora da AICESIS

**Data:** 20/11/2008

**Horário:** 14h às 18h

**Local:** Hotel Gran Estanzola, São Paulo/SP

**Conselheiros:** Artur Henrique e José Lopez Feijóo (CDES), Beatriz Martín Nieto (Espanha), Claudio Falasca, Glauco Maglio e Marcello Tocco (Itália), Djoudi Bourase, Malik Si Mohamed e Nadira Chentouf (Argélia) e Raphaël Hadas -Lebel (Aicesis).

A reunião da Comissão Relatora do Grupo de Trabalho sobre o tema da presidência brasileira na AICESIS, “Desenvolvimento com Equidade e Responsabilidade Ambiental”, teve como objetivo analisar o terceiro relatório produzido pelo coordenador do grupo, o conselheiro do CDES Artur Henrique da Silva Santos. Participaram da reunião representantes dos Conselhos Europeu, da Itália, Espanha, Argélia.

### 3º Encontro dos Grupos Interinstitucionais de Trabalho CDES e CNEL

**Data:** 20/11/2008

**Local:** Hotel Gran Estanzola, São Paulo/SP

**Conselheiros:** Cezar Britto, José Carlos Cosenzo e Joseph Couri (CDES), Claudio Falasca, Glauco Maglio e Marcello Tocco (CNEL) e Madi Sharma (CESE).

O Grupo Interinstitucional CDES e Conselho Nacional da Economia e do Trabalho da Itália (CNEL) vem debatendo o tema da segurança pública, em um intercâmbio de informações e construção de recomendações comuns. O terceiro encontro teve como tema a Segurança Pública e Combate à Criminalidade. O representante do CNEL, Marcello Tocco apresentou um relato sobre a problemática da lavagem de dinheiro na Itália e como está sendo tratado o problema por meio do Observatório sobre a Criminalidade Socioeconômica criado no âmbito do conselho italiano. O Secretário Nacional de Justiça do Ministério da Justiça, Romeu Tuma Júnior apresentou o Laboratório de Tecnologia contra Lavagem de Dinheiro. De acordo com o secretário, hoje são cada vez mais raros os casos de crimes de ocasião, havendo por trás dos crimes cometidos no Brasil organizações criminosas.



### Encontro do Comitê Gestor do CDES com o Comitê Econômico e Social Europeu – CESE

**Data:** 03/12 a 04/12/2008

**Local:** Bruxelas, Bélgica

**Conselheiros:** Germano Rigotto e Zilda Arns.

O Encontro realizado em Bruxelas se insere em um processo de cooperação entre o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) e o Comitê Econômico e Social Europeu (CESE), que tem como marcos a assinatura, em 2003, de um Memorando de Entendimento, no escopo do qual foram promovidos encontros, intercâmbios de informações e um Seminário Conjunto; e a assinatura, em 2007, de uma Declaração Conjunta para contribuir na elaboração do Plano de Ação da Parceria Estratégica entre a UE e o Brasil e para criação de uma Mesa-Redonda UE – Brasil da Sociedade Civil. O Encontro contemplou: 1) a participação na Sessão Plenária do Comitê Econômico e Social Europeu (CESE), somando no esforço de aproximação entre as duas instituições, de conhecimento recíproco e as possibilidades de cooperação; 2) realização de reuniões com objetivos de consolidar os termos da Mesa-Redonda Brasil-União Européia da Sociedade Civil; e avançar no processo de viabilização, no escopo da Parceria Estratégica Brasil-União Européia, como disposição da Cúpula UEBrasil, de 22 de dezembro de 2008, no Rio de Janeiro.

### Participação da SEDES na XIV Conferência das Partes sobre o Clima (COP-14)

**Data:** 08/12 a 12/12/2008

**Local:** Poznan, Polônia.

A representação da SEDES participou da programação dos dias 08 a 12/12 com o objetivo de aportar informações aos trabalhos do CDES e buscar aproximação dos debates e contatos com os pontos focais de outras instituições engajadas no tema e nos temas correlatos como energia, mitigação, desenvolvimento sustentável e novas tecnologias. A agenda dos dias inclui grupos de trabalhos específicos e técnicos, bem como reuniões de Alto Nível com abordagens políticas.



## Outras Atividades

### 11. OUTRAS ATIVIDADES

#### Seminário IPCC/CDES/IPEA

**Data:** 28/10/2008

**Local:** Palácio do Planalto, Brasília/DF

**Presenças:**

- 69 participantes.

Divulgação do Relatório de Adaptação dos Efeitos Climáticos. O Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática (IPPC) é o órgão das Nações Unidas responsável por produzir informações científicas em três relatórios que são divulgados periodicamente desde 1988.

#### Participação no 59º Painel do XIII Congresso do CLAD – Centro Latino-americano de Administração para o Desenvolvimento

**Data:** 06/11/2008

**Local:** Pan-americano Buenos Aires Hotel, Buenos Aires/AR

O CDES coordenou o painel “O Estado e sociedade civil brasileira no debate da segurança energética e alimentar”. A Secretária do Conselho, Esther Bemerguy de Albuquerque coordenou o Painel. Participaram ainda Marcelo Barros Gomes, Diretor Técnico da Secretaria de Fiscalização de Desestatização do Tribunal de Contas da União; Renato Maluf, Presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA); Bruno Ribeiro de Paiva, Conselheiro do CDES; Melchior Sawaya Neto, Analista de Controle Externo do Tribunal de Contas da União.

#### Conferência Internacional Sobre Biocombustíveis

**Data:** 17 a 21/11/2008

**Local:** Hotel Gran Hyatt, São Paulo/SP

Entre os dias 17 e 21 de novembro de 2008, o CDES participou da “Conferência Internacional sobre Biocombustíveis: os biocombustíveis como vetor do desenvolvimento sustentável”, promovida pelo Ministério das Relações Exteriores. O CDES vinha debatendo o tema dos biocombustíveis, como parte de uma estratégia de desenvolvimento. “. A Conferência contribuiu para a discussão internacional sobre os desafios e oportunidades apresentados pelos biocombustíveis, e foi uma importante ocasião para a abordagem objetiva de temas relacionados aos biocombustíveis, como segurança energética, produção e uso sustentáveis, agricultura, processamento industrial, além de questões ligadas a especificações e padrões técnicos, comércio internacional, mudança do clima, e o futuro dos biocombustíveis.



### **Painel do CDES na Conferência Internacional sobre Biocombustíveis**

**Data:** 17/11/2008

**Local:** Hotel Gran Hyatt, São Paulo/SP

O objetivo do painel foi promover um debate sobre a visão da sociedade civil nacional e internacional a respeito das diversas dimensões dos biocombustíveis, privilegiando a segurança alimentar, a segurança energética e as relações de trabalho, aspectos fundamentais para assegurar a sustentabilidade econômica, social e ambiental. O tema foi “Biocombustíveis: Segurança Energética, Segurança Alimentar, Sustentabilidade e o Fortalecimento da Governança Multilateral”. O coordenador da Mesa foi o Conselheiro Artur Henrique da Silva Santos. O conselheiro Marcos Jank apresentou o Parecer do GT Bioenergia: Etanol, Bioeletricidade e Biodiesel. Foram debatedores Renato Maluf, presidente do Consea, Roberto Smeraldi, da ONG Amigos da Terra, e Annette Hester, Pesquisadora do Center for International Governance Innovation (CIGI), Canadá e do Center for Strategic and International Studies (CSIS), Washington – EEUU.

### **Sessão Especial do CDES no Encontro Nacional de Economia ANPEC (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Economia)**

**Local:** Centro de Convenções do Bahia Othon Palace Hotel, Salvador/BA

**Data:** 10/12/2008

A sessão especial do CDES no 36º Encontro da ANPEC contou com a participação de três conselheiros do CDES e dois pesquisadores. A Sessão foi coordenada pelo conselheiro Clemente Ganz Lúcio, que apresentou uma visão geral do Conselho, de seus principais produtos e resultados. Em seguida o conselheiro Sérgio Rosa destacou o diálogo social a respeito de temas relevantes entre atores de múltiplas visões sobre o desenvolvimento nacional, como um dos principais valores do CDES. O conselheiro Manoel de Serra elogiou a iniciativa do presidente Lula em criar o Conselho como um espaço plural para a sociedade civil discutir e deliberar sobre temas relevantes para o desenvolvimento nacional. Destacou, ainda, que a educação é uma variável importante para o desenvolvimento, mas é preciso alargar as oportunidades, gerar empregos e promover a redução das desigualdades. O professor Cláudio Dedecca sugeriu que o CDES vá além do debate sobre a equidade e enfrente o debate sobre a heterogeneidade estrutural do Brasil. Com relação a Agenda Nacional de Desenvolvimento, o professor Dedecca afirmou que a crise financeira internacional induz a necessidade do CDES pensar também numa agenda de curto prazo. Os comentários do professor João Sabóia foram endereçados para análise dos objetivos estratégicos da Agenda Nacional de Desenvolvimento.

## **Anexos**

***Termo de Referência sobre a Governança do CDES***

***Parecer sobre a Crise Econômica Internacional***

***Moção sobre a Crise Econômica Internacional***

***Moção sobre a Reforma Tributária***

***Parecer sobre a Reforma Tributária***

***Parecer sobre Bioenergia***

***Parecer sobre Habitação de Interesse Social***

***Parecer sobre a Política Nacional de Aviação Civil***

***Relação de Participantes***



## Anexo I

### TERMO DE REFERÊNCIA SOBRE A GOVERNANÇA DO CDES

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA – PR  
SECRETARIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS – SRI



Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social

### A GOVERNANÇA DO CDES E A CONTRIBUIÇÃO DO CDES PARA A GOVERNANÇA DO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DO BRASIL

#### TERMO DE REFERÊNCIA – APROVADO NA 25ª REUNIÃO DO PLENO DO CDES

Brasília, 01 de abril de 2008

#### **Antecedentes:**

- Ao longo dos seus cinco anos de trajetória, completados em fevereiro de 2008, o CDES passou por diversos momentos, no esforço de construção deste instrumento de diálogo entre atores sociais representativos e o governo, sobre o tema do desenvolvimento do País.
- A avaliação e busca de aperfeiçoamento tem sido objetivo permanente dos Conselheiros e Conselheiras e da equipe técnica do CDES. O Conselho é objeto, também, de análise por parte de pesquisadores e de meios de comunicação, que, a partir de diferentes concepções teóricas e metodológicas, focam distintos aspectos relacionados à sua existência, atuação e forma de funcionamento.
- Neste momento, visando fortalecer e ampliar a capacidade do CDES de contribuir com as pautas públicas e com a formação do juízo político do governo, um grupo de Conselheiros reuniu-se com o Ministro para conceber uma proposta que com finalidade de aperfeiçoar seu assessoramento ao Presidente da República<sup>1</sup> e debater a participação do CDES na dinâmica de governança<sup>2</sup> do processo de desenvolvimento brasileiro.

<sup>1</sup> Chamada no documento de Governança do CDES, neste sentido busca-se um conjunto de procedimentos / práticas para assegurar o melhor entendimento e cumprimento do papel da instituição, alinhado com as perspectivas dos seus integrantes e suas atribuições.

<sup>2</sup> Segundo a professora Maria João Rodrigues (coordenação da Agenda Econômica e Social da União Européia em 2000: A Estratégia de Lisboa), **Governança** neste sentido é o exercício dos atores frente a si mesmo e frente ao governo. É a relação democrática e horizontal entre as forças sociais, frente ao exercício vertical praticado no ato de governar. O sistema de governança abrange os acordos, a partir dos consensos obtidos em relações horizontais, e as garantias que devem ser estabelecidas para que esses acordos se cumpram.



- A reflexão foi consubstanciada neste Termo de Referência, apresentado e aprovado na 25ª Reunião do Pleno do CDES, com a presença do Presidente da República. A decisão do Pleno foi realizar uma oficina, envolvendo o conjunto dos Conselheiros e Conselheiras para ampliar o diálogo em torno do tema e levantar proposições.
- O CDES vem construindo suas referências estratégicas, que orientam tanto seus focos de debate e proposição quanto sua busca de adensamento e qualificação institucional (como exemplo, o Observatório da Equidade). Essas referências estratégicas são, portanto, base inicial deste esforço de avançar na governança interna e participar do sistema de governança mais amplo.

### Referências Estratégicas do CDES

- A **Agenda Nacional de Desenvolvimento (AND)** – acordada em um esforço de mais de um ano de trabalho, a AND apresenta a visão de futuro, o Brasil que os Conselheiros e Conselheiras querem construir e os valores que devem embasar essa construção. Propõe objetivos e diretrizes para o desenvolvimento como responsabilidade coletiva dos governos e da sociedade. A visão de futuro proposta pela AND foi incorporada pelo governo federal como orientação estratégica do **Plano Plurianual 2008-2011**.
- Os **Enunciados Estratégicos para o Desenvolvimento** – elaborados em 2006, os Enunciados aprofundam os consensos obtidos no CDES, propondo metas concretas e prazos, ofertando uma base para os programas de governo. As prioridades e metas propostas nos Enunciados Estratégicos do CDES estão presentes no **Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)**, especialmente nas áreas de logística e transporte, energia e infraestrutura social e urbana, assim com nas medidas para combate às desigualdades.
- O CDES desenvolveu também um instrumento para apoio a suas análises e atuação, o **Observatório da Equidade**. O Observatório da Equidade tem objetivo de ampliar a capacidade de acompanhar, de maneira integrada o desenvolvimento nas suas múltiplas dimensões, tal como defendido pelos Conselheiros e Conselheiras. Para o seu funcionamento, o Observatório conta com um Conselho Diretor constituído por doze Conselheiros e Conselheiras do CDES, responsável pela gestão do Observatório, um Comitê Técnico constituído pelo IPEA, IBGE, DIEESE e a SEDES, responsável pela definição e execução dos procedimentos técnicos para o estudo do problema colocado pelo CDES e pela rede de Observação que, mobilizada para o debate, atua como elemento multiplicador da ação política do CDES.
- Entre outros resultados, o Conselho debateu e contribuiu para as Reformas Previdenciária, Tributária, Sindical, Trabalhista e Universitária; para o projeto de lei instituindo as Parcerias Público-Privadas; para a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas e para o Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB). Aprovou, ainda, uma Moção sobre o Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional, em defesa do seu caráter estruturante de uma nova realidade regional brasileira. A partir de sugestão do CDES, o governo regulamentou as operações de crédito em consignação em folha de pagamento, a criação da conta-investimento, direcionamento de recursos para micro-crédito e a Lei de Falências e criou o Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial.
- O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) incorpora um dos principais consensos do CDES, qual seja a priorização da Educação como estruturante para o desenvolvimento, demandando articulação com outras políticas públicas e a responsabilização compartilhada entre governos e iniciativa privada.



- O CDES vem debatendo a Reforma Política e encaminhou parecer sobre o tema ao Presidente da República. Elaborou e encaminhou ao Presidente da República e, como contribuição, aos Presidentes da Câmara e do Senado, como fruto de ampla discussão junto ao Ministério da Fazenda, parecer sobre o projeto de Reforma Tributária. Está contribuindo com análises e proposições sobre a infraestrutura necessária ao desenvolvimento e sobre os biocombustíveis e a bioenergia, envolvendo suas múltiplas dimensões – econômica, social, ambiental.

### A Governança do CDES:

- ampliar o entendimento e apropriação do conjunto dos atores sociais e institucionais desse instrumento democrático e sua possibilidade de contribuir na construção do Brasil mais desenvolvido e mais equitativo.

### Dinâmica de governança proposta para o CDES:

- Indicação de um **Comitê Gestor**, formado por Conselheiros e Conselheiras, refletindo a heterogeneidade do CDES<sup>3</sup>, prevendo:
  - ▶ Um núcleo estável de seis Conselheiros, com destacada participação nas atividades do Conselho, dois de cada setor presente no CDES.
  - ▶ Ao núcleo poderão ser agregados, dependendo do tema a ser tratado, os Conselheiros coordenadores dos grupos de trabalho.
  - ▶ O Secretário Executivo do CDES e o Secretário da Secretaria do Conselho são membros permanentes do Comitê Gestor.
  - ▶ O Comitê Gestor deverá ter mandato definido – a proposta é iniciar com um mandato de 06 meses ou 02 reuniões plenárias.
- O **Comitê Gestor** será responsável por incrementar / intensificar a interlocução com o governo, com objetivos de:
  - ▶ Debater as pautas e recomendações a serem apresentadas nas reuniões plenárias pelo CDES, ampliando o entendimento, reflexão e o diálogo em torno das contribuições do CDES.
  - ▶ Colher demandas para atualização da agenda e avaliação sobre a produção do CDES buscando maior sintonia entre o Conselho e as preocupações, impasses e percepções do governo, podendo mobilizar sua capacidade de análise, proposição e influência.
- O **Comitê Gestor** será responsável pela coordenação do acompanhamento dos resultados do Conselho, de entender e ampliar os seus impactos no âmbito das políticas públicas e da ação dos atores sociais. Este acompanhamento, além dos instrumentos hoje utilizados ((expressos nos **balanços anuais do CDES**<sup>4</sup>) e outros que deverão ser propostos, também se dará por meio da interlocução com o governo.
- O **Comitê Gestor** deverá colaborar para a estratégia de comunicação do CDES, levando em conta o papel a ser desempenhado pelos Conselheiros e Conselheiras e pelo governo, de forma que os atores sociais e institucionais e o conjunto da sociedade tenham maior entendimento e acesso ao instrumento e seus resultados.

<sup>3</sup> Buscando diferentes representações sociais e visões sobre o desenvolvimento, o CDES conta com Conselheiros e Conselheiras oriundos do **setor empresarial** (lideranças empresariais da indústria, comércio e finanças, incluindo pequeno e micro empresas); do **setor laboral** (lideranças sindicais e cooperativismo); e **outras representações** (com definição ampla, o segmento envolve lideranças de movimentos sociais, organizações não governamentais, academia e personalidades que podem contribuir no debate do desenvolvimento)

<sup>4</sup> Link para os Balanços do CDES.



- O **Comitê Gestor** deverá contribuir para o esforço de aprimoramento do CDES como instrumento da democracia. Há várias iniciativas dos Conselheiros e Conselheiras, do Presidente e do Secretário Executivo do CDES e de sua secretaria técnica que devem ser fortalecidas pelo compromisso de todos com a missão do CDES. Cabe destacar as atividades de avaliação realizadas em 2003 / 2004 e 2005<sup>5</sup>.
- Os **Grupos de Trabalho** constituem-se espaços privilegiados de debate e construção, nos quais os temas são aprofundados, os posicionamentos debatidos e os consensos identificados e encaminhados ao Pleno. A produção do CDES se dá, essencialmente, portanto, nos Grupos de Trabalho e é esta a produção – coletiva, fruto de esforço de diálogo e acordo – que é apresentada ao Presidente da República nas reuniões do Pleno. Essa dinâmica deverá ser reforçada para valorizar as decisões coletivas do CDES.

#### ***A contribuição do CDES para a Governança do processo de desenvolvimento do país:***

- Os atores sociais presentes no CDES reúnem alta capacidade cognitiva – informações e análises – e capital político significativo, com influência na formação de opinião, junto a atores sociais e institucionais. São atores pro-ativos que, de alguma maneira, individualmente ou por meio de suas associações, participam da dinâmica de governabilidade ampla e difusa, de apoios, resistências ou criação de movimentos / projetos / sistemas relacionados à forma como o País produz e distribui sua riqueza.
- A experiência da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República (SRI) aponta para um modelo de governança amplo e sistêmico, envolvendo as perspectivas do parlamento, dos entes federados e da sociedade civil. A SRI é responsável pela articulação com o Congresso Nacional e com os entes federados – estados e municípios – e pela secretaria executiva do CDES.
- O CDES, com base na síntese que constrói das perspectivas desse atores e na sua inserção institucional, qualifica-se como ator específico da dinâmica horizontal de governança estratégica.
- A proposta é debater e gerar ações para aproveitar o potencial do CDES – a capacidade cognitiva e o capital político – em uma participação estruturada e consciente na dinâmica de governabilidade do processo de desenvolvimento brasileiro, a partir das suas referências estratégicas.

<sup>5</sup> Link para as Avaliações do CDES.



## Anexo II

### PARECER SOBRE A CRISE ECONÔMICA INTERNACIONAL

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA – PR  
SECRETARIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS – SRI



Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social

### COLÓQUIO: PERSPECTIVAS DE CRESCIMENTO DA ECONOMIA BRASILEIRA E A CRISE INTERNACIONAL

*Brasília, 13 de março de 2008*

#### PARECER

O objetivo deste parecer é provocar uma reflexão entre os Conselheiros e Conselheiras do CDES, sobre a melhor forma de atuação do Conselho no assessoramento ao Presidente da República, neste momento delicado da conjuntura econômica internacional, apresentando suas preocupações quanto à necessidade de acompanhar com cuidado o desdobrar dos acontecimentos e propondo recomendações quanto a alternativas para minorar os efeitos do contágio da crise internacional sobre o desempenho da economia brasileira. A idéia é evitar retrocessos na trajetória de crescimento com inclusão social que vem finalmente se consolidando no Brasil nesse início do Século XXI.

#### ***Diagnóstico apontado pelas palestras e discussões:***

##### **Ambiente externo**

- A crise deflagrada pelo mercado imobiliário dos Estados Unidos (EUA) – a crise do *subprime* – é grave e já se espalhou para outros segmentos dos mercados financeiros dos Estados Unidos, Europa, Ásia, etc. No momento atual o mercado financeiro americano está bastante fragilizado. E existe um problema: vários segmentos desse mercado não estão sujeitos a qualquer regulamentação.
- A crise afetou, também, o nível de atividade econômica dessas economias, especialmente da economia norte-americana. Nos EUA, sugerem os especialistas, o quadro é de recessão, ou na melhor das hipóteses, de desaceleração acentuada, apontando na direção de uma crise que não será simplesmente temporária.



- Bancos Centrais no mundo inteiro estão vigilantes. Sugere-se que os EUA, ao demorarem de se dar conta da dimensão da crise, foi obrigado a tomar medidas apressadas, com efeitos perversos sobre as expectativas dos agentes econômicos no mundo inteiro.
- Os países que têm espaço para implementar políticas monetárias e fiscais anticíclicas foram estimulados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) a atuar imediatamente. Essa mudança de ênfase do FMI é mais um sintoma da gravidade da atual crise.

#### **Ambiente Interno**

- O Brasil encontra-se em com uma conjuntura bastante confortável em relação a crises internacionais anteriores – economia em expansão (5,4% de crescimento do PIB em 2007), situação do setor externo relativamente sólido – reservas internacionais elevadas, entrada de investimentos externos volumosos, consecutivos superávits no balanço de pagamentos em conta corrente, condição de credor líquido externo – e taxa de inflação próxima do centro da meta (4,5%).
- Há riscos para a manutenção da trajetória de crescimento caso os gargalos de infraestrutura não sejam enfrentados com urgência. O Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) representa um esforço substancial na busca de soluções para o problema.
- O Brasil, ou qualquer outra economia no mundo, não está imune à crise. O governo brasileiro, por meio de seus canais competentes está vigilante.
- Há divergências entre quais políticas econômicas devem ser adotados ou quais instrumentos devem ser acionados. Alguns vêem no câmbio apreciado o maior entrave ao crescimento, na medida em que inibe as exportações e incentiva as importações. Preocupam-se com o impacto sobre as contas externas e a possibilidade de déficits no balanço de contas correntes. Outros se preocupam com um possível descompasso entre a oferta e a demanda por bens, ou seja, com a elevação da absorção doméstica da economia brasileira (consumo + gastos do governo + investimentos) frente ao produto potencial, com possibilidade de repercussões indesejáveis sobre a trajetória da inflação, tornando indicada a ação da Política Fiscal.
- O medo exagerado da inflação pode nos levar a cometer o mesmo erro cometido em 2004 quando ao aumentar os juros o Banco Central abortou uma recuperação incipiente da economia. O argumento é de que como a retomada do desenvolvimento está apenas começando, o governo não deve permitir que ela seja sufocada por excesso de zelo da política monetária.
- Os recordes continuados na arrecadação comprovam o vigor da economia nacional, mas a manutenção do patamar atual da carga tributária pode comprometer a trajetória do crescimento ao onerar os investimentos.

#### **Questões para o debate:**

- Há muita discussão sobre o suposto descolamento da economia brasileira da economia dos EUA o que nos livraria do contágio da crise. Existe algum fundamento por trás dessa tese? Este é um aspecto para discussão, embora essa idéia pareça fora da realidade.
- Vamos conseguir sustentar o desempenho favorável da economia brasileira nos próximos anos? O que podemos recomendar para tornar esse cenário o mais provável, à luz da adversa conjuntura internacional?



- Vamos obter o “grau de investimento” esse ano? No que esse status afeta a situação do País frente à crise? Qual a credibilidade das agências que avaliam risco no contexto dos erros cometidos ao não detectarem os problemas que culminaram na atual crise norte-americana?

#### **Recomendações:**

- Inúmeros analistas sugerem, como forma de combater a desaceleração das economias afetadas, a adoção de incentivos às exportações, ampliação de crédito, desonerações de impostos que incidem sobre o setor produtivo ou uma combinação de algumas dessas políticas. A reforma tributária proposta pelo governo brasileiro vem ao encontro de parte dessas sugestões, mas há espaço fiscal para propostas mais ousadas de desonerações que incentivem o emprego e o investimento.
- Há um reconhecimento de que os sistemas financeiros foram regulados de forma inadequada. Os mercados, quando deixados à própria sorte, produzem instabilidades que podem desencadear crises sistêmicas. É preciso buscar formas de regulação e regulamentação mais adequadas dos mercados financeiros.
- No caso do Brasil há que se impedir que a deterioração da balança comercial, em especial, e do resultado do balanço de pagamentos recoloquem a economia brasileira na trajetória da vulnerabilidade externa.
- Qualquer estratégia a ser adotada implica agir com cautela, procurar consolidar as bases já construídas e manter as opções abertas para reagir a novas situações.
- Afigura-se importante intensificar as relações econômicas com nossos parceiros tradicionais. Apesar das dificuldades conhecidas, o Mercosul e a América do Sul continuam sendo prioridade. E os outros BRICs também.



## Anexo III

### MOÇÃO SOBRE A CRISE ECONÔMICA INTERNACIONAL

**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA – PR  
SECRETARIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS – SRI  
SECRETARIA DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – SEDES**



**Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES**

### MOÇÃO AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

*Brasília, 14 de outubro de 2008.*

Os Conselheiros e Conselheiras do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, cumprindo atribuição de assessoramento ao Presidente da República em relação aos temas fundamentais para o desenvolvimento do País, reuniram-se para refletir e gerar recomendações para o enfrentamento do governo brasileiro aos efeitos da crise econômica internacional.

- Considerando as condições econômicas construídas pelo Brasil nos últimos cinco anos, que lhe proporcionam singular capacidade de agir e de proteger o desenvolvimento com distribuição de renda.
- Considerando que, apesar disso, a crise não pode ser subestimada. A recessão já atinge os EUA e a Europa, é previsível a contração da demanda mundial e a globalização criou vasos comunicantes entre as economias nacionais. A crise pode, então, ter conseqüências profundamente danosas para o Brasil.
- Considerando que o impacto da crise no Brasil já se faz presente pela rápida desvalorização do real e pelo represamento da liquidez e do crédito.
- Considerando que as políticas monetária e fiscal devem ser adaptadas à situação extraordinária decorrente da crise financeira internacional, e que a ação do Estado deve ser imediata para não perder efetividade diante das proporções que essa crise pode assumir.

**O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República, órgão representativo da sociedade brasileira, recomenda a Vossa Excelência:**

1. Intensificar a ação do Banco Central visando à estabilização do câmbio, num nível de equilíbrio, variável fundamental para restaurar o comércio internacional e a previsibilidade para os investimentos privados de médio e longo prazo.



2. Restabelecimento do crédito para as atividades produtivas e o comércio, o que exige uma intervenção mais ativa da autoridade monetária com relação aos bancos públicos e privados.
3. Suspensão do processo de aumento da taxa de juros (SELIC) a partir da próxima reunião do Copom.
4. Manutenção da taxa de crescimento dos investimentos públicos, do compromisso com o Programa de Aceleração de Crescimento, com a Política de Desenvolvimento Produtivo e com os Programas Sociais.

O CDES defende que o momento é de entendimento nacional entre governos, parlamento, empresários, trabalhadores e organizações sociais para proteger nosso desenvolvimento com equidade, geração de emprego e distribuição de renda, baseado nas atividades produtivas, no trabalho e na solidariedade.



## Anexo IV

### MOÇÃO SOBRE A REFORMA TRIBUTÁRIA

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA – PR  
SECRETARIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS – SRI  
SECRETARIA DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – SEDES



Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES

### REFORMA TRIBUTÁRIA

#### MOÇÃO AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

*Brasília, 28 de agosto de 2008.*

*Considerando que:*

1. Os Conselheiros e Conselheiras do CDES, expressam a convicção de que o Projeto de Emenda Constitucional da Reforma Tributária é uma grande evolução em relação ao sistema que prevalece hoje no País sendo, portanto, de interesse nacional, urgente e necessário para a consolidação do desenvolvimento do País.
2. Os Conselheiros e Conselheiras do CDES, expressam também a convicção de que o momento atual é extremamente favorável representado pela retomada do crescimento econômico no Brasil.

**O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República, órgão representativo da sociedade brasileira, faz veemente apelo a que seja conferida prioridade à aprovação do Projeto de Emenda Constitucional da Reforma Tributária ainda no ano de 2008, de maneira que o País não perca este momento oportuno. Embora seus efeitos sejam de médio e longo prazos, a aprovação da Reforma somará imediatamente na conformação do ambiente de expectativas positivas em relação ao Brasil.**



## Anexo V

### PARECER SOBRE A REFORMA TRIBUTÁRIA

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA – PR  
SECRETARIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS – SRI  
SECRETARIA DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – SEDES



Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES

### PARECER SOBRE O PROJETO DE EMENDA CONSTITUCIONAL DA REFORMA TRIBUTÁRIA

*Brasília, 25 de fevereiro de 2008*

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Os Conselheiros e Conselheiras membros do Grupo de Trabalho (GT) sobre a Reforma Tributária do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), vêm debatendo, examinando e opinando sobre a necessidade premente e consensual de reformulação do Sistema Tributário Brasileiro. No período de abril de 2007 a fevereiro de 2008, o Grupo realizou 07 reuniões. Em 21 de fevereiro de 2008, na sede do CONFAZ, em Brasília, reuniu-se com o Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, em torno do Projeto de Emenda Constitucional da Reforma Tributária que será encaminhado à apreciação do Congresso Nacional.

Após exame da proposta e fazendo uso de sua competência de assessoramento ao Presidente da República na análise de propostas de políticas públicas e de reformas estruturais, encaminhamos o seguinte parecer:

*Considerando:*

- A necessidade defendida pelo CDES de termos uma estrutura tributária justa, simples e racional, com tributos de qualidade, progressiva e estimuladora da produção e do emprego, fundamental para o desenvolvimento do País;
- O momento extremamente favorável representado pela retomada do crescimento econômico do Brasil após um longo período de estagnação econômica;
- A complexidade no sistema tributário brasileiro como um gargalo para a consolidação dos avanços, aceleração e sustentação desse processo de crescimento econômico;



- A convicção de que uma reforma tributária vem ao encontro dos anseios de todos os segmentos da sociedade brasileira;
- Que o projeto, a ser apresentado ao Congresso Nacional, dá continuidade ao debate público que já vem sendo realizado, e precisa ser priorizado pelos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e pela sociedade civil organizada;
- Que o projeto a ser apreciado pelo Congresso Nacional embute inúmeras sugestões e aperfeiçoamentos sugeridos pelos membros do CDES, especificamente no que diz respeito à simplificação do sistema tributário; às correções no sentido de eliminar as enormes distorções causadas pela guerra fiscal travada entre os entes federados; às desonerações sobre a folha de pagamentos que terão impactos positivos sobre os investimentos e sobre o emprego; aos mecanismos de desoneração da cesta básica, com perspectivas de elevação da renda real dos trabalhadores e a outros aspectos na direção da simplificação, da unificação de legislações do ICMS, de contribuições federais e correções na atual estrutura tributária brasileira no que diz respeito aos impostos indiretos, que oneram a produção, o investimento, e dificultam o funcionamento da economia;
- Que um período de transição, tal como sugerido no projeto, é etapa fundamental para que os entes federados se preparem e se adequem às novas mudanças;

Nós, Conselheiros e Conselheiras do CDES, queremos expressar nossa convicção de que o projeto é uma grande evolução em relação ao sistema que prevalece hoje no País sendo, portanto, de interesse nacional, urgente e necessário para consolidação dos avanços significativos que o Brasil vem experimentando sob o comando de Vossa Excelência.

Sendo assim, recomendamos o empenho de Vossa Excelência:

- Com vistas à articulação das relações de governo com os representantes do povo no Congresso Nacional e com a sociedade civil organizada;
- No debate e condução no Congresso Nacional e no envolvimento da sociedade, de forma a comprometê-la com o projeto;
- Na elaboração de uma estratégia de comunicação, que traga um forte componente pedagógico, para que a falta de acesso às informações não prejudique o debate nos meios de comunicação e na sociedade sobre o projeto;
- No processo de consulta às instâncias competentes de forma a garantir a segurança jurídica e agilizar a tramitação do projeto, eliminando eventuais inconsistências com as leis vigentes.

Ressaltamos mais uma vez que, neste Grupo de Trabalho, que espelha a pluralidade da sociedade brasileira que caracteriza o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, foi marcante o consenso sobre a qualidade e oportunidade do projeto e a necessidade de coletivamente manifestarmos o nosso apoio.

Dessa maneira, os Conselheiros e Conselheiras colocam-se à disposição de Vossa Excelência, do Congresso Nacional e da sociedade para contribuir na informação, disseminação e no debate da proposta de Reforma Tributária.

Finalmente, os membros do GT apelam ao Congresso Nacional que confira prioridade e empenho em relação ao tema, e que os debates sejam realizados a partir de cuidadosa informação, juízos profundos e espírito público, para que as perspectivas e capacidades presentes no Congresso sejam dirigidas para aperfeiçoar o projeto, e, por meio do diálogo e da negociação, possam chegar a um entendimento profícuo sobre essa questão fundamental para o desenvolvimento do País.



## Anexo VI

### PARECER SOBRE BIOENERGIA

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA – PR  
SECRETARIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS – SRI  
SECRETARIA DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – SEDES



Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES

### PARECER SOBRE BIOENERGIA E O DESENVOLVIMENTO

Novembro / 2008

#### CONTEXTUALIZAÇÃO

O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), órgão consultivo da Presidência da República, vêm debatendo e contribuindo para o processo de desenvolvimento do Brasil, compreendendo-o como tarefa a ser compartilhada entre o governo e a sociedade civil.

O diálogo entre diferentes perspectivas, no qual interagem interesses e opiniões legítimas, é a ferramenta fundamental do CDES para que cada tema seja tratado em suas múltiplas dimensões e que os consensos possíveis sejam construídos.

O GT *Bioenergia: Etanol, Bioeletricidade e Biodiesel* foi constituído em meados de 2007, sob a coordenação do Conselheiro Artur Henrique da Silva Santos, motivado pela importância estratégica da bioenergia e dos biocombustíveis para o desenvolvimento com equidade e a consolidação do Brasil como líder mundial na produção de energia e combustíveis renováveis.

Os biocombustíveis, que eram tratados com grande entusiasmo pela comunidade internacional, foram tendo sua importância relativizada enquanto solução para os problemas de energia e transporte, na medida em que experiências específicas chamaram atenção para aspectos de segurança ambiental e alimentar. Questões como desmatamento de florestas e a concorrência com a produção de alimentos na disputa por áreas agricultáveis levou alguns críticos a sugerirem que a produção de biocombustíveis estaria pressionando os preços mundiais de alimentos, gerando mais fome e menos desenvolvimento.

Estas questões apontam para necessidade de análise acurada, tratamento adequado de informações e de ação coordenada entre Governo e atores sociais para que o potencial da bioenergia para o desenvolvimento no Brasil e outros países e de sustentabilidade ambiental seja efetivado.

Com este foco o GT identificou e examinou os principais aspectos relevantes para a análise da questão e apresenta recomendações ao Presidente da República.



Os aspectos priorizados foram:

1. Zoneamento Agroecológico;
2. Relações de Trabalho;
3. Diagnóstico dos Mercados Interno e Externo;
4. Defesa do Etanol Economicamente Viável e Ambientalmente e Socialmente Sustentável;
5. Medidas para Fortalecimento do Programa Nacional de Biodiesel;
6. Certificação;
7. Papel do Estado.

Para dar conta destes aspectos e acordar as recomendações, o GT realizou nove reuniões e uma série de encontros de trabalho no âmbito dos diferentes subgrupos, gerando um relatório extensivo e rico em informações e elaborou este Parecer.

Complementarmente, em reunião realizada no dia 15/10/2008, os Conselheiros decidiram por unanimidade que o GT *Bioenergia: Etanol, Bioeletricidade e Biodiesel* ampliará o escopo do debate de forma a abranger, em uma nova etapa de trabalho, o exame da matriz energética brasileira, levando em consideração os impactos e reflexos das descobertas de petróleo na camada pré-sal e avançando de forma a contemplar a diversificação da matriz e recomendações de aperfeiçoamento do padrão de produção e consumo de energia no país, na direção da busca de eficiência energética e responsabilidade social e ambiental.

As recentes descobertas de petróleo na camada pré-sal podem representar um ponto de inflexão na trajetória energética do país. As descobertas intensificam a necessidade de discussão de como compatibilizar os benefícios econômicos que poderão ser gerados pelo excedente de produção de petróleo sem comprometer o enorme esforço realizado para tornar a matriz energética brasileira uma das mais limpas do planeta, ou os benefícios econômicos, ambientais e sociais gerados pela produção e uso dos biocombustíveis no país.

O Brasil é um candidato natural para ocupar posição de destaque no mundo da energia, entretanto, é imprescindível a consolidação de uma perspectiva de longo prazo para a matriz de combustíveis do país, de forma a atender as expectativas dos vários agentes envolvidos nesse processo, como produtores de biocombustíveis, exploradores de petróleo, refinadores e distribuidores de derivados, indústria automobilística, consumidores, trabalhadores e governo. Somente dessa forma será possível transformar essas oportunidades em reais promotoras de desenvolvimento para o país.

## I. ZONEAMENTO AGROECOLÓGICO

Recomendam os membros do GT que o zoneamento agroecológico esteja inserido em uma Política Nacional que busque a sustentabilidade ecológica, econômica e social e que dê coerência ao processo de organização do território brasileiro em consonância com o decreto nº 6.288<sup>1</sup> de 06 de dezembro de 2007 procurando, entre outros aspectos:

- Não contemplar culturas isoladamente, como a cultura da cana-de-açúcar, mas atividades agropecuárias em geral, sempre analisando os impactos de forma integrada, mitigando seus efeitos dispersos e visando, sobretudo, evitar agressões ambientais e a implantação de atividades em áreas necessárias à proteção dos ecossistemas, preservação de biomas sensíveis e em regiões estrategicamente importantes para a produção de alimentos, tendo em vista a estratégia de garantir a segurança alimentar e energética;
- Priorizar o zoneamento do bioma amazônico de responsabilidade do Governo Federal;
- Promover as bases para um modelo de produção e consumo que: i) garanta a assistência técnica e o financiamento necessário para a agricultura familiar, assegurando a ampliação

<sup>1</sup> O decreto N° 6.288 estabelece normas de conteúdo, funções, abrangência, elaboração e execução do ZEE nacional e regionais pelo Poder Público Federal.



da produção diversificada de alimentos; ii) que priorize e fortaleça a agro-biodiversidade, a cultura e os hábitos alimentares regionais; iii) que tenha como uma das premissas de sustentabilidade a democratização do acesso à terra, à água e aos demais recursos naturais;

- Incentivar a expansão dos plantios, sempre de forma integrada, promovendo a multiplicidade da atividade econômica agropecuária e definindo medidas para evitar que a expansão da cultura tenha impacto negativo sobre a produção de alimentos e evitar também a concentração fundiária e favorecer os sistemas de produção familiar. Tais medidas deverão também assegurar a proteção dos biomas sensíveis como o *Cerrado*, a *Floresta Amazônica* e o *Pantanal*;
- Associar o desenvolvimento da produção voltada à energia àquela nitidamente relacionada com a segurança alimentar, não só daqueles diretamente ligados às atividades agrícolas, mas, também, da população em geral, buscando garantir o acesso a produtos de qualidade, condizentes com os hábitos alimentares de cada região e ao menor custo possível;
- Disciplinar, estabelecer condições e fixar limites à aquisição de terras por estrangeiros, incluindo empresas e organizações nacionais de capital estrangeiro, inibindo a especulação e o financiamento público de projetos;
- Estabelecer um claro vínculo entre o atendimento ao zoneamento econômico ecológico e social, e a possibilidade de acesso a financiamento público e/ou a programas que representem renúncia fiscal, como a desoneração do ICMS da exportação (Lei Kandir) e programas de desenvolvimento regional, como ADA e ADENE, entre outros;
- O cumprimento das legislações trabalhista e ambiental deve ser pré-requisito para acesso a financiamentos em qualquer instituição de crédito pública.

## II. RELAÇÕES DE TRABALHO

As discussões e deliberações dos Conselheiros(as) convergiram para dois aspectos: o primeiro, no sentido de aperfeiçoar e humanizar as atuais relações de trabalho e mitigar os efeitos da mecanização; e o segundo, diz respeito à adoção de tecnologias alternativas que preservem os níveis de eficiência produtiva, sem causar desemprego massivo e danos ambientais, na medida em que reconhecem que o Brasil é um país com grande dotação de mão-de-obra e recursos naturais e escassez de capital. Note-se que para mitigar a tendência da mecanização, torna-se necessária a ação do Estado na geração de incentivos econômicos para a manutenção dos níveis de emprego.

Os Conselheiros reconhecem que as relações entre capital e trabalho têm significativa importância na produção de biocombustíveis, em face da geração de empregos no setor e para a expansão das exportações brasileiras, contudo, o Estado e a sociedade precisam estar atentos de forma a adotar, como orientação estratégica:

1. A construção da padronização de boas práticas e do trabalho decente nas relações de trabalho na produção de biocombustíveis no Brasil, por meio do diálogo social entre os atores envolvidos.
2. Promoção de pesquisa e desenvolvimento (P&D) de tecnologias alternativas que melhorem os níveis de eficiência sem causar desemprego massivo e danos ambientais.

Por outro lado recomendam:

### **Remuneração, jornada e contrato de trabalho**

- Contratar de forma direta todos os trabalhadores para o corte manual da cana-de-açúcar, eliminando a utilização de empresas prestadoras de serviços (terceiros) até a safra de 2010/2011;



- Assegurar, mediante prévio comunicado, o acesso de diretor de sindicato da categoria, devidamente credenciado, aos locais de trabalho para verificar eventuais problemas e buscar soluções junto aos representantes da empresa, visando aperfeiçoar o relacionamento existente;
- Realizar estudo tripartite sobre a capacidade física do trabalhador visando analisar o trabalho por produção e os seus efeitos;
- Repudiar, com veemência, qualquer transgressão à legislação e convenções internacionais que coíbem o trabalho infantil e o trabalho escravo;
- Assegurar seguro desemprego para o trabalhador safrista;
- Implantação de procedimento escrito e preciso de aferição da cana colhida, previamente divulgado aos trabalhadores, de forma a dar-lhe ciência de sua produção diária e do correto cálculo da remuneração devida.

### Saúde e segurança

- Elaboração de Estudo Técnico pelo governo, com a participação de empresários e trabalhadores, que traga sugestões concretas e precisas, visando a adequação e melhoria dos Equipamentos de Proteção Individual para os trabalhadores rurais;
- Garantia de fornecimento gratuito de equipamentos de proteção, segurança e ferramentas de trabalho;
- Transporte seguro e gratuito para o campo (frentes de trabalho);
- Para os trabalhadores contratados em outros Estados, os alojamentos deverão estar de acordo com os requisitos da NR – 31 Rural e NR 24 – Urbano;
- Formação de Grupo de Trabalho tripartite para estudar o fornecimento da alimentação nos locais de trabalho;
- Melhorar as condições de atendimento médico aos trabalhadores em situações de emergência.

### Migrações

- A contratação de trabalhadores migrantes em outros estados deverá ser realizada por meio de intermediação do sistema público de emprego (SINE). O governo deve ampliar a abrangência de ação do SINE, principalmente nos pólos de contratação de mão-de-obra. Na impossibilidade de atendimento da demanda pelo SINE, a contratação será direta;
- Proporcionar acesso aos trabalhadores migrantes contratados em outros estados a meios de comunicação nos alojamentos, para contato com seus familiares;
- Incentivar a integração social (atividades culturais, esportivas, etc.) do trabalhador migrante contratado em outros estados nos períodos de folga;
- Garantir, no âmbito das políticas públicas, iniciativas com vistas à permanência dos trabalhadores e trabalhadoras no setor da cana em seus estados de origem;
- Estimular a formação de APL's (Arranjos Produtivos Locais) como parte de uma política de desenvolvimento regional;
- Implantar política pública de habitação para os migrantes de forma a atender: i) o trabalhador e sua família no estado de origem; ii) o trabalhador já socialmente integrado no lugar onde trabalha.

### Inclusão de Pessoas com Deficiência

- A inclusão de pessoas com deficiência visa cumprir Lei Federal que estabelece cotas para a contratação de pessoas com deficiência. Deve-se desenvolver projetos para que as empresas possam cumprir suas cotas;



- Definir projetos públicos para capacitar os portadores de necessidades especiais para os cargos e funções nas empresas (em muitas regiões não existem instituições para que estas pessoas sejam capacitadas).

### Qualificação, Requalificação e Recolocação de Mão-de-Obra

- Definição de política pública específica para o setor visando eliminar o analfabetismo, elevar o nível de escolaridade e aumentar o número de salas de aula para atender trabalhadores e trabalhadoras, com vistas à recolocação dos mesmos no mercado formal de trabalho;
- Definição de políticas públicas específicas para qualificação e requalificação profissional dos trabalhadores e trabalhadoras, particularmente, aqueles afetados pela mecanização da colheita;
- Desenvolvimento de projetos profissionalizantes e de novos talentos dirigidos aos trabalhadores que perderem seus postos de trabalho em virtude da mecanização;
- Utilizar o período de recebimento do seguro-desemprego para qualificação e requalificação de mão-de-obra;
- Criação de Fundo Social, pelo governo, com gestão tripartite, para o desenvolvimento de políticas públicas direcionadas para a reinserção dos trabalhadores e trabalhadoras rurais atingidos pela mecanização do setor sucroalcooleiro;
- Ampliação do Programa de Crédito Fundiário como uma das alternativas para a reinserção produtiva dos trabalhadores e trabalhadoras atingidos pela mecanização.

### Fiscalização

- Aperfeiçoar os mecanismos de fiscalização e proteção do Ministério do Trabalho, dotando as suas representações estaduais de infraestrutura e orçamento compatíveis com as suas atribuições;
- Incentivar a realização de auditorias externas independentes na cadeia produtiva do etanol.

Finalmente, o CDES recomenda que governo, empresários e trabalhadores **constituam um grupo tripartite com o objetivo de estimular um entendimento de abrangência nacional, com vistas à realização da contratação coletiva nacional ou de um protocolo nacional de adesão voluntária, que busque estabelecer pontos possíveis de um disciplinamento nacional**. Exemplos de pontos sobre os quais é necessário esse entendimento nacional: piso salarial, jornada de trabalho, produção diária, caracterização do trabalho degradante, etc. Por outro lado, é fundamental definir **políticas públicas que beneficiem projetos que estiverem em conformidade com o entendimento nacional acordado entre governo, empresários e trabalhadores**.

### III. DIAGNÓSTICO DOS MERCADOS INTERNO E EXTERNO

Neste âmbito o debate buscou focar as perspectivas e desafios para consolidação do etanol brasileiro. O entendimento é que no mercado internacional, o maior desafio é a transformação do etanol em uma *commodity* global. Para isso, é necessária a difusão da produção e do consumo em um maior número de países, permitindo maior utilização do etanol no mundo e reduzindo a insegurança em relação ao seu abastecimento. A partir desse entendimento, os Conselheiros e Conselheiras recomendam:

- Estabelecer uma harmonização nas especificações mundiais do produto;



- Reduzir ou eliminar as barreiras à importação, tarifárias e não tarifárias, permitindo que o comércio mundial possa evoluir na mesma velocidade que a produção (hoje o comércio mundial de etanol representa cerca de 10% da produção);
- Criar instrumentos que permitam a formação de preços a longo prazo para os negócios internacionais, possibilitando um maior planejamento por parte dos produtores e consumidores;
- Intensificar o trabalho de caráter informativo, visando a refutar mitos e preconceitos que ainda cercam os biocombustíveis.

No mercado interno, ainda persistem gargalos que prejudicam o progresso na defesa do etanol economicamente viável e ambientalmente e socialmente sustentável. Para eliminá-los o CDES recomenda:

- Investimentos em infraestrutura para o escoamento e transporte do etanol para os mercados interno e externo;
- Aperfeiçoamento do processo de comercialização do etanol no mercado interno e a criação de mecanismos de proteção de preços e incentivos para o carregamento dos estoques pelos produtores, permitindo a redução da sazonalidade de preços, fator de instabilidade para produtores e consumidores;
- Investimentos em pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias;
- Consolidação da bioeletricidade como o novo produto do setor;
- Finalmente, a estruturação de uma política de longo prazo, com regulação mínima e compatível com uma economia de mercado, que estabeleça uma diretriz clara para a matriz energética brasileira, evitando a instabilidade na matriz de combustíveis por decisões emergenciais e conjunturais. Em muitas ocasiões houve sérios prejuízos para os consumidores, que ao acreditarem nas políticas governamentais adquiriram veículos com novas tecnologias, e para os produtores, que operam em um ambiente institucionalmente instável, dificultando o direcionamento de seus esforços e recursos.

#### IV. DEFESA DO ETANOL ECONOMICAMENTE VIÁVEL E AMBIENTALMENTE E SOCIALMENTE SUSTENTÁVEL

##### *Equilibrar os pilares da sustentabilidade*

A sustentabilidade dos biocombustíveis precisa ser sempre analisada em seus três aspectos fundamentais: ambiental, social e econômico. Dessa forma, um produto precisa ser ambientalmente adequado, socialmente justo e economicamente viável para poder ser considerado realmente “sustentável” no longo prazo. As discussões sobre a sustentabilidade e certificação de biocombustíveis têm, na maior parte das vezes, ignorado o aspecto da viabilidade econômica da produção de biocombustíveis em um cenário de mudanças, no qual são exigidos rígidos critérios sócio-ambientais sem um reconhecimento ou contrapartida em termos de remuneração para os biocombustíveis certificados. Como recomendação:

- É fundamental que nas discussões internacionais o Brasil continue a se posicionar a favor deste necessário equilíbrio entre os três pilares do conceito de sustentabilidade, propondo inclusive uma remuneração diferenciada ou acesso privilegiado (por exemplo, via uma redução das tarifas de importação) para o etanol sustentável. É preciso, também, combater com maior força a vasta proliferação de barreiras tarifárias e não-tarifárias sobre os biocombustíveis, estas últimas sem justificativa baseada em dados e conhecimentos científicos.



##### *Biocombustíveis como oportunidade para os países em desenvolvimento*

O modelo brasileiro de produção de etanol de cana-de-açúcar representa uma oportunidade para outros países em desenvolvimento. Mais de 100 países em regiões tropicais e subtropicais do planeta são produtores de cana-de-açúcar, em alguma medida, e possuem o potencial para reproduzir a experiência brasileira na produção de etanol e bioeletricidade. Adotar o etanol de cana como uma alternativa de complemento ou substituição de gasolina aumentaria a independência energética destes países em relação ao petróleo importado e reforçaria o seu desenvolvimento agrícola e agroindustrial, gerando empregos, renda e divisas. Isto representaria uma revolução e importante diversificação no fornecimento global de combustíveis, no qual quase uma centena de países poderia suprir o mundo com biocombustíveis, no lugar dos atuais 20 países produtores de petróleo. Como recomendação:

- Manter a orientação estratégica da política externa brasileira com relação aos países desenvolvidos e em desenvolvimento, de defesa dos biocombustíveis como oportunidade para o desenvolvimento.

##### *Desmistificação de “mitos”*

Desde que os países desenvolvidos descobriram o potencial dos biocombustíveis, uma grande quantidade de mitos vem se proliferando, interna e externamente, como por exemplo, a imputação de que o etanol seria direta ou indiretamente culpado pelo desmatamento da Amazônia, e a sua responsabilização pela maior parte da escalada dos preços internacionais das *commodities* (a despeito da abrupta queda destes nas últimas semanas). Tais mitos, muitas vezes, acabam se convertendo em “verdades inquestionáveis” para boa parte da mídia, em especial, a internacional, influenciando o entendimento de formuladores de políticas públicas, principalmente nos países desenvolvidos. Como recomendação:

- É fundamental que o Brasil amplie as suas estratégias de comunicação públicas e privadas sobre os benefícios dos biocombustíveis para a humanidade e o meio ambiente mostrando, com absoluta clareza, linguagem uniforme e maior coordenação, a nossa vasta experiência na produção, distribuição e comercialização destes bens.

#### IV. FORTALECIMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE BIODIESEL

Acreditamos que o biodiesel só tem sentido em um país como o Brasil, se claramente vinculado a uma sustentabilidade ampla, entendida como: economicamente viável, ecologicamente correta e socialmente incluyente, equânime e justa. Por se tratar de um combustível atualmente mais caro do que o diesel mineral, que ele substitui, a conta pela sua utilização mandatória é paga pela sociedade, não podendo resultar somente em resultados econômicos para setores já estruturados e atuantes no cenário nacional.

Depreende-se um confronto entre agentes econômicos já estabelecidos e vinculados a uma das principais atividades econômicas do país – a produção, o transporte, a eventual industrialização e a exportação de grãos –, que enxergam e buscam esse novo mercado, estabelecido compulsoriamente, como possibilidade de novas margens em suas atividades e agentes que tentam desenvolver novas cadeias de produção agrícola. Estes, vinculados à agricultura familiar, notadamente no Nordeste, onde a estruturação do setor passa por investimentos em organização e capacitação dos agricultores, estabelecimento de redes de assistência técnica, logística, desenvolvimento e fornecimento de sementes, fertilizantes e defensivos agrícolas e por um período de tempo até a maturação e a obtenção da melhor eficiência. Sem um direcionamento claro, eficiente e sem antagonismos do governo federal, o referido confronto tem, desde já, seu resultado conhecido.



Para que os instrumentos implantados originalmente, tenham eficiência e atendam aos objetivos maiores do programa, eles devem ser potencializados e geridos eficientemente, por meio de medidas práticas e objetivas, dentre as quais os Conselheiros e Conselheiras recomendam:

- Enquadramento dos projetos de produção de biodiesel no zoneamento agroecológico amplo;
- Correção da metodologia de obtenção do selo combustível social, alterando imediatamente os percentuais para sua obtenção e eliminando distorções entre regiões de forma a diminuir os percentuais dos estados mais competitivos e aumentar os do Nordeste, por exemplo;
- Estabelecimento de compras com entrega em bases de estocagem da Petrobras, que se localizariam preferencialmente no Nordeste, o que potencializaria a produção na região;
- Diminuição do percentual de desconto da alíquota básica, com a elevação do valor de PIS e COFINS incidente sobre a comercialização do biodiesel, o que potencializaria os efeitos da isenção fiscal de matérias-primas produzidas pela agricultura familiar;
- Reintrodução da mamona para a produção do biodiesel, permitindo sua comercialização para misturas diesel/biodiesel, que atendam a especificação do diesel mineral;
- Capacitação do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) para a perfeita gestão das suas funções de emissão da DAP, fiscalização do selo social e atuação de forma contundente junto aos bancos públicos, para que os recursos do Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF) sejam acessados pelos agricultores envolvidos nos projetos, principalmente no Nordeste, região com maiores dificuldades de obtenção de crédito;
- Definição da função da Petrobras, estabelecendo claramente seu papel no programa, quer seja como produtora, incentivando a estruturação de novas cadeias de produção agrícola, ou como principal compradora, direcionando o desenvolvimento de projetos por outros agentes econômicos, em consonância com os objetivos principais do governo;
- Desenvolvimento consistente de uma rede de assistência técnica, em especial no Nordeste, para atendimento dos agricultores envolvidos no projeto;
- Incentivo constante às formas de associação dos agricultores, principalmente em cooperativas, de forma a aumentar seus resultados, incorporando as atividades secundárias, como logística, beneficiamento, estocagem e outros;
- Fortalecimento das relações entre as empresas e os trabalhadores, potencializando a representatividade dos sindicatos, federações e confederações, abrindo canais de negociação tripartite, de forma a garantir melhores ganhos, condições dignas de trabalho e respeito irrestrito a seus direitos;
- Apoio ao desenvolvimento das cadeias produtivas da agricultura familiar e economia solidária e criação de mecanismos de fomento para estimular as cooperativas desses segmentos e possibilitar maior acesso aos mercados.

## V. CERTIFICAÇÃO

A certificação visa reconhecer boas práticas nas atividades de produção agrícola por meio de verificação independente e confiável. Profissionais, proprietários de terras, indústrias, sindicalistas, pesquisadores, ambientalistas e o público em geral, devem ter acesso a amplas informações sobre os aspectos da cadeia produtiva de Bioenergia e Biocombustíveis.

Os processos de certificação socioambiental são uma tendência mundial em muitos setores e servem para melhorar a imagem dos produtos, facilitar a decisão de compra para clientes e consumidores e evitar barreiras ao comércio internacional. O ponto de partida para a discussão de um sistema de certificação deve, obrigatoriamente, abranger os três pilares da sustentabilidade: ambien-



tal, social e econômico. Dessa forma, um produto deve ser ambientalmente adequado, socialmente justo e economicamente viável para ser considerado “sustentável” no longo prazo.

O ponto crucial para o processo de certificação de Responsabilidade Socioambiental das operações e do produto final (etanol, biodiesel e bioeletricidade) é a definição dos atores que irão integrar o processo negociador e que desenvolverão as normas de certificação. A abordagem *multistakeholder* tem se mostrado a mais apropriada, pois visa reunir os principais atores interessados, envolvendo o setor privado (produtores, indústrias, associações), o setor de serviços (representado pelos bancos), a academia e a sociedade civil organizada, geralmente representada pelas organizações não-governamentais (sociais, ambientais e de consumidores).

O objetivo da negociação contemplando múltiplos atores é agregar legitimidade ao processo. Uma certificação só terá valor se for reconhecida pelos importadores dos produtos certificados e pelos países produtores. Portanto, é importante que seu processo de criação siga procedimentos que favoreçam a transparência e levem à construção de um sistema forte e idôneo.

O custo da certificação é um importante quesito a ser mensurado, já que poderá representar cerca de 2% a 10% do total dos custos de produção das empresas no momento da aquisição de certificação. Falta a mensuração do impacto nos custos das empresas para a obtenção de Certificação de Responsabilidade Socioambiental. Em caso de alto custo para certificação, isso poderia representar uma barreira de acesso às pequenas e médias empresas para exportação, afetando a esfera política comercial. Por outro lado, uma empresa que gere bioenergia certificada poderá ser contemplada com redução de custos de financiamento.

Na questão Geopolítica, a implantação de critérios de certificação deverá observar a gestão da soberania, formação de cartéis, questões de política pública e política energética.

Nesse sentido os Conselheiros e Conselheiras recomendam:

- Que o Brasil lidere a seleção de critérios para certificação, não se submetendo às imposições estrangeiras, que poderiam representar uma intransponível barreira não-tarifária, partindo de alguns indicadores de Responsabilidade Socioambiental e respeitando nossa vocação agrícola e adequação às políticas de desenvolvimento sustentável e inclusão social, aliados sempre ao retorno de investimentos prudentemente realizados;
- Que os indicadores selecionados contemplem: i) menor impacto ambiental; ii) maiores benefícios sociais diretos; iii) maior eficiência; iv) maior agregação de valor;
- Que o processo de certificação contemple múltiplos atores como forma de agregar legitimidade ao mesmo. É notório que uma certificação criada em um âmbito muito restrito tem mais chances de ser refutada se comparada a uma certificação que foi criada com base em amplo diálogo;
- Que sejam criadas condições para amenizar os custos de mensuração para a obtenção de Certificação de Responsabilidade Socioambiental;
- Que após a aprovação dos critérios e indicadores, forme-se um grupo de trabalho para conciliar a parametrização e opções desses critérios. Esse estudo deverá contar com colaboração de diversos segmentos da sociedade organizada, governo, trabalhadores e indústria do setor.

## VI. PAPEL DO ESTADO

A discussão sobre os novos papéis do Estado na economia mundial é um dos temas principais da atualidade. A surpreendente crise do sistema financeiro global vem exigindo novas ações do setor público para conter o “derretimento” dos ativos nos principais mercados e economias.

Estão em curso grandes mudanças nas práticas e nos conceitos predominantes nas últimas décadas. É ainda impossível prever a extensão da crise global e as transformações inevitáveis que a



sucedirão. Todavia, já é bem clara a superação do culto à auto-regulação dos mercados, imposto pela ideologia do neoliberalismo.

Essa reflexão fundamental esteve presente nos debates e nos consensos firmados no GT de Bioenergia. Os consensos estabelecidos no GT, suas propostas e recomendações, evidenciam que o desenvolvimento sustentável dos biocombustíveis no Brasil, os efeitos de sua produção, bem como todos os segmentos integrantes da cadeia produtiva, precisam do Estado e demandam políticas de regulamentação.

Na realidade, o papel do Estado representa uma síntese das conclusões e propostas dos diversos subgrupos do GT de Bioenergia. É mais do que evidente que o Estado e as políticas públicas serão os principais guardiões da sustentabilidade socioambiental, do trabalho decente, da segurança alimentar e da eficiência produtiva.

A participação do Estado na indução do desenvolvimento do setor sucroenergético e do setor de biodiesel é absolutamente indispensável. Nesse sentido, recomendações para uma intervenção do setor público surgiram em todos os estudos dos subgrupos, dentre as quais destacamos: zoneamento agroecológico, interferência no cumprimento das legislações trabalhistas e ambientais e ações para melhoria das condições de trabalho; medidas para o fortalecimento do programa nacional de biodiesel; concessão de financiamentos públicos; incentivos à pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) e; medidas para fortalecimento e regulação do mercado de bioenergia e biocombustíveis.

Adicionalmente ao que já foi proposto nos tópicos anteriores, em relação ao papel do Estado, recomendamos:

- Assegurar a presença equilibrada do Estado nessa atividade que, naturalmente, produz efeitos positivos e negativos em largo espectro. Para isso, todas as funções essenciais do Estado<sup>2</sup> deverão ser mobilizadas e articuladas, garantindo uma unidade permanente nas políticas públicas para a produção das fontes de energia renováveis, especialmente a bioenergia, e para o monitoramento e gestão de seus impactos sociais e ambientais;
- A articulação das políticas públicas entre os diversos órgãos públicos que atuam no setor e da ação estatal nas esferas federal, estadual e municipal para garantir abrangência e efetividade das políticas sociais e ambientais e o desenvolvimento harmônico do setor;
- Que o Governo e o Congresso Nacional criem um marco regulatório para o setor que: i) fortaleça, ao mesmo tempo, a competitividade, a eficiência e o acesso aos mercados internacionais; ii) impeça a degradação do meio-ambiente; iii) coíba a destruição das pequenas propriedades de caráter familiar; iv) combata a precarização do trabalho em todas as suas formas; v) garanta o acesso dos trabalhadores rurais aos mecanismos de proteção social; vi) assegurem o processo de distribuição de renda e de riqueza e; vii) inibam a formação de cartéis, monopólios e monocultivos;
- Que seja examinada a pertinência de criação de um órgão regulador específico para o setor;
- Que sejam estabelecidos mecanismos de participação da sociedade civil no monitoramento e no controle social dessas políticas, promovendo o envolvimento dos segmentos da sociedade civil organizada e das diversas instâncias políticas, de forma que as ações e políticas pactuadas sejam perenes e transcendam as naturais transições de diferentes governos.

<sup>2</sup> Dentre essas funções destacam-se: o planejamento; o fomento; a indução; a regulação; o zoneamento agroecológico; a fiscalização das condições de trabalho e da preservação ambiental; a política de comércio exterior; a articulação no cenário internacional; a preservação da segurança alimentar e da segurança energética; o fomento e incremento das pesquisas sobre as novas tecnologias para a produção de etanol, a partir da celulose.



## Anexo VII

### PARECER SOBRE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA – PR  
SECRETARIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS – SRI  
SECRETARIA DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – SEDES



Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES

### PARECER SOBRE A HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Brasília, 27 de agosto de 2008

A Agenda Nacional de Desenvolvimento do CDES coloca entre seus objetivos a alcançar: “Ter uma infraestrutura logística eficiente e competitiva, integradora do território, da economia e da sociedade nacional”. Nessa perspectiva, desde 2004, o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República acompanha o tema habitação de interesse social.

Em 2006, o CDES dedicou grande parte de seu tempo à elaboração dos *Enunciados Estratégicos para o Desenvolvimento*. Esse trabalho constituiu-se de um elenco de diretrizes operacionais com metas físicas e financeiras, que apontavam concretamente para a retomada do desenvolvimento sustentável a partir de 2007, tendo como horizonte de longo prazo o ano de 2022.

Na parte referente à infraestrutura urbana e social há, no documento, três diretrizes: a primeira sobre mobilidade urbana, determinando a implantação do *Programa de Mobilidade Urbana* para construção de cidades sustentáveis, garantindo investimentos em transporte público coletivo, acessibilidade e circulação não motorizada; a segunda trata de universalização do acesso aos serviços públicos de saneamento básico, nas áreas urbana e rural, envolvendo recursos públicos e privados, ao longo de vinte anos; e a terceira, sobre habitação e desenvolvimento urbano, para produzir unidades habitacionais de interesse social necessárias para equacionar o déficit habitacional estimado em 6,6 milhões de moradias para baixa renda, 92% do déficit total do Brasil (IBGE Censo/2000).<sup>1</sup>

Dada a relevância do tema da infra-estrutura, o CDES criou o Grupo de Trabalho *Agenda da Infraestrutura para o Desenvolvimento*, com o objetivo de “aprofundar a proposta do Conselho de viabilização dos investimentos públicos e privados para a infraestrutura econômica e social necessários para a retomada do desenvolvimento com equidade”.

<sup>1</sup> Idem.



As recomendações do Grupo sobre a Habitação de Interesse Social são resultado do debate sobre o tema, empreendido pelos conselheiros no âmbito do Conselho e ampliado para o Congresso Nacional em parceria com a Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados, comandada pela deputada Ângela Amin (PP/SC) em Colóquio realizado em agosto de 2008.

O parecer preliminar do grupo foi apresentado e debatido com os conselheiros na reunião do CDES realizada em 27/08/2008.

### Recomendações:

Diante do debate realizado e das informações reunidas pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, e fazendo uso de sua competência de assessoramento ao Presidente da República na análise de propostas de políticas públicas e de reformas estruturais, os Conselheiros e Conselheiras do CDES fazem as seguintes recomendações, além da prioridade definida pela AND:

1. Que se dê ao problema de déficit habitacional nas classes de renda mais baixa (famílias com renda inferior a 5 salários mínimos) tratamento prioritário, implementando um amplo e consistente programa de produção de novas moradias;
2. Tratamento do tema da **habitação de forma sistêmica**, incluindo infraestrutura básica, como saneamento, eletricidade, água, escolas, hospitais, equipamentos comunitários e inserção na cidade formal;
3. Apoio à conclusão e implementação da proposta do Plano Nacional de Habitação (PlanHab), que vem sendo construída pelo Ministério das Cidades em conjunto com os representantes das entidades ligadas ao setor habitacional que compõem o Conselho das Cidades e que também participam do CDES;
4. Definição de uma **política nacional de subsídios associada a um modelo de seguros e garantias** que viabilize o acesso das famílias que compõe a nova **classe média baixa** brasileira cuja capacidade de pagamento é limitada e de alto risco para o sistema de financiamento de crédito imobiliário vigente;
5. Estabelecimento de **vinculação de recursos orçamentários para a habitação**, a exemplo de outras obrigações constitucionais, como a educação e a saúde, apoiando a aprovação da PEC 285/08, subscrita por 250 parlamentares;
6. Fortalecimento do **Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social** com a destinação de recursos continuados e não contingenciáveis do Orçamento Geral da União – OGU;
7. Incentivos à adoção de **mecanismos de política territorial e fundiária** para ampliação de áreas para habitação de interesse social;
8. Desenvolvimento de programas de **desoneração da cadeia produtiva da habitação** de interesse social;
9. Integração da habitação de interesse social ao sistema de **transportes e mobilidade urbana**;
10. Uso do **cadastro positivo** como forma de melhorar o **acesso ao crédito**;

11. Fortalecimento do mercado de habitação para famílias com renda acima de 5 (cinco) salários mínimos, através do desenvolvimento **de novos instrumentos que consolidem o mercado secundário de títulos imobiliários**, por meio da formação de um fundo para dar sustentabilidade aos programas habitacionais no futuro;
12. Formulação e implementação de política específica para aquisição de moradia para pessoas com deficiência, bem como colocar a acessibilidade como requisito para construção de imóveis;
13. Incentivo à participação da comunidade na construção de moradias, de forma a proporcionar a geração de emprego e renda;
14. Envolvimento das universidades na pesquisa e desenvolvimento de tecnologias para construção de moradias com qualidade e baixo custo, além de ecologicamente sustentáveis e eficientes.

Ressaltamos mais uma vez que, no CDES, que espelha a pluralidade da sociedade brasileira, foi marcante o consenso sobre a necessidade de **subsídio para a habitação de interesse social** e coletivamente manifestarmos o nosso apoio a PEC 285/08.



## Anexo VIII

### PARECER SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA – PR  
SECRETARIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS – SRI  
SECRETARIA DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – SEDES



Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES

### PARECER SOBRE POLÍTICA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

Brasília, 11 de novembro de 2008.

O CDES vem percorrendo uma trajetória de debate e construção de consensos sobre o processo de desenvolvimento brasileiro, tendo a infraestrutura como aspecto fundamental para conferir a este processo viabilidade e perspectiva de longo prazo. O grupo de trabalho Agenda da Infraestrutura para o Desenvolvimento coordena o esforço do Conselho sobre o tema e, com objetivo de responder à solicitação do Presidente da República, empreendeu uma reflexão sobre a situação do transporte aéreo no Brasil. A demanda do Presidente envolveu, especificamente, sugestões para o aumentar o número e frequência dos vôos regulares entre o Brasil e países da América do Sul e África, correspondendo à estratégia de aproximação sul-sul que está em curso e gerando frutos.

Foram realizadas três reuniões do grupo, nas quais os Conselheiros dialogaram com o Ministro Nelson Jobim, com o Secretário de Aviação Civil Brigadeiro Jorge Godinho e tomaram conhecimento sobre o Projeto da Política Nacional de Aviação Civil e suas prioridades. O parecer preliminar do grupo foi apresentado e debatido com os conselheiros na reunião do CDES realizada em 27/08/2008. Para consolidar a opinião do Conselho foi realizada mais uma reunião com representante da Agência Nacional de Aviação (ANAC).

#### Considerando:

- A relevância da aviação civil, com potencial para abrir ao País um leque de oportunidades e cujos gargalos, se não enfrentados adequadamente, podem comprometer o ritmo do crescimento econômico do País;



- O papel do Estado, fundamental na condução de políticas, na regulamentação, na regulação, na promoção da segurança, em todos os aspectos do setor; inclusive, formação de pessoas;
- A capacidade brasileira para liderança na indústria aeronáutica e seu patrimônio tecnológico reconhecido;
- As profundas mudanças pelas quais passam os meios de transportes frente às exigências ambientais e a volatilidade dos preços dos insumos, especialmente, combustíveis.

#### O CDES encaminha as seguintes recomendações:

- Conferir prioridade às ações da Política Nacional de Aviação Civil na agenda governamental, dando velocidade aos investimentos necessários;
- Fortalecer a segurança, com regras claras e rigorosas, controle sobre todos os gestores públicos e privados envolvidos na política de segurança aeronáutica;
- Empreender um esforço profundo e sistêmico para aperfeiçoar a governança do Sistema Nacional de Aviação Civil, envolvendo o marco regulatório; as instâncias e atribuições; a profissionalização da gestão; relações entre os agentes e entre as esferas de poder envolvidas:
  - Promover a articulação entre os diferentes órgãos e esferas de governo – federal, estadual e municipal – para assegurar a proteção dos sítios aeroportuários, de modo a evitar a ocupação desordenada de áreas no entorno dos aeroportos;
  - Buscar a integração; o aprimoramento das atribuições, fluxos e dinâmicas dos órgãos envolvidos com a aviação – Ministério da Defesa, Ministério do Planejamento, Agência Nacional de Aviação (ANAC), a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (INFRAERO);
  - Promover o planejamento estratégico integrado, com definição de metas e prazos para diferentes ações, de forma que a sociedade civil organizada possa monitorar a implantação da Política;
  - Editar, com a maior brevidade possível, o decreto que dispõe sobre o regulamento de Licitação e Contratos da INFRAERO, nos termos da recomendação do Tribunal de Contas da União.
- Redefinir o marco regulatório do setor permitindo a participação da iniciativa privada na construção e na gestão da infraestrutura aeronáutica necessária ao atendimento dos objetivos desta Política.
  - Envolver a sociedade – e o CDES, em particular, pelo papel que exerce e a demanda a ele proposta – no processo de debate, definição do modelo e acompanhamento da implementação do plano aeroviário – concessões e outorga;
  - Buscar as melhores experiências internacionais e as experiências nacionais em outros setores como subsídio para o debate e definição.
- Ter como parte dos objetivos da política de aviação civil, a integração nacional e desenvolvimento regional, bem como, a ampliação da presença do país no contexto internacional:
  - Incentivar o atendimento a linhas de baixa densidade, mas estratégicas para objetivos de integração e desenvolvimento regional, sendo imprescindível a ação do Estado como indutor deste processo.



- Incentivar a criação de novas linhas e a maior frequência de vôos regulares para a África, tendo em vista as novas oportunidades econômicas e políticas que se abrem para o país no continente africano, no contexto nova geopolítica internacional.
- Fortalecer e implementar o Acordo de Fortaleza<sup>1</sup> como instrumento para agilizar a criação de novas linhas e a maior frequência de vôos regulares para os países da América do Sul.
- Definir os instrumentos para a integração do setor de aviação civil com o de transportes rodoviário, ferroviário e aquaviário, em articulação com a política de desenvolvimento regional.
- Promover o desenvolvimento de serviços aéreos para o atendimento da demanda de transporte de carga.
- Ter sempre como objetivo, no debate e regulação da entrada de empresas no mercado de aviação civil brasileiro, que a sociedade seja provida do serviço.
- Introduzir nos contratos o direito real de uso que protege os concessionários pelos gastos em benfeitorias, estabelecendo indicadores de qualidade e eficiência, programa de investimentos obrigatórios, critérios de gestão e governança e de fixação de tarifas, conforme previsto no Código Brasileiro de Aeronáutica.
- Aperfeiçoar a supervisão e o suporte técnico à Aviação Geral.



## Anexo IX

### RELAÇÃO DE PARTICIPANTES

*Relação das instituições e pessoas integrantes das diversas esferas de governo que participaram de atividades do CDES em 2008.*

#### AGÊNCIA BRASILEIRA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL – ABDI

Caetano Glavam Ulharuzo  
Carla Maria Naves Ferreira  
Carlos Eduardo Flores de Araújo  
Clayton Campanhola  
José Carlos Costa Netto  
Mardem Elias Ferreira  
Maria Luisa Campos Machado Leal  
Reginaldo Braga Arcuri  
Tânia Arantes

#### AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA – ADA

Djalma Bezerra Mello

#### AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA – AEB

Carlos Ganem

#### AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS – ANA

José Machado

#### AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL – ANAC

Ana Lúcia Carvalho de Moraes  
Anderson Ribeiro Correia  
Pérola Kottler Burman  
Ronaldo Serôa da Motta

#### AGÊNCIA NACIONAL DE CINEMA – ANCINE

Manoel Rangel Neto

#### AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA – ANEEL

Jerson Kelman  
Marcelo Vidal

#### AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA – ANVISA

Dirceu Raposo de Mello

#### ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ – ALEC

Rachel Ximenes Marques

#### BANCO CENTRAL DO BRASIL – BACEN

Henrique Meirelles (Ministro)  
Isaac Sidney Menezes Ferreira  
Maria Celina Berardinelli Arraes

#### BANCO DA AMAZÔNIA

Abidias José de Sousa Júnior

#### BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS S.A. – BDMG

Paulo de Tarso Almeida Paiva

#### BANCO DO BRASIL – BB

Antônio Francisco de Lima Neto  
Climaco Cesar de Souza  
Regina Carmelia Ribeiro Miranda  
Ricardo José da Costa Flores

#### BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES

Ana Cláudia Duarte Abreu  
Angela Regina Pires Macedo  
Antônio Prado  
Caio Azevedo  
Carlos Eduardo de Siqueira Cavalcanti  
Cibele Gonçalves Azevedo Corrêa  
Fernando Pulga  
Gabriel Gomes  
João Carlos Ferraz  
Luciano Coutinho  
Luis Otávio Reiff  
Marcelle Cunha  
Marcos Vinícius Rocha  
Patrícia Zendron  
Paulo Faveret Filho  
Rafael Oliva Augusto

#### <sup>1</sup> Acordo de Fortaleza

O Acordo sobre serviços aéreos Sub-regionais, mais comumente conhecido como Acordo de Fortaleza firmado nessa cidade em dezembro de 1996, representa a concretização do desejo das autoridades aeronáuticas dos países integrantes do MERCOSUL, de possibilitar a ampliação da malha de suas rotas bilaterais através de um instrumento ágil e dessa forma complementar as ligações aéreas regulares entre seus países signatários, a princípio Brasil, Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai e, posteriormente, por adesão, o Peru. Sua área geográfica é formada pela totalidade dos territórios de seus estados-membros isto significa que os direitos e prerrogativas das empresas que operam serviços aéreos sob a égide desse acordo multilateral somente são aplicáveis aos serviços realizados dentro dessa área. O Acordo de Fortaleza é administrado por um conselho de autoridades aeronáuticas, constituído por um representante de cada estado-membro e sob a presidência, em caráter rotativo e mandato de um ano, de um de seus membros. O representante brasileiro nesse conselho é o presidente da ANAC.

**CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – CAIXA**

Dannyel Lopes de Assis  
Maria Fernanda Ramos Coelho

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Antonio Palocci (Deputado)  
Arlindo Chinaglia (Deputado)  
Fernando E. Cândido Mousinho  
Flavio Schuch  
Gustavo do Nascimento Carvalho  
Ildson Rodrigues Duarte  
Levy Fidelis  
Mary Luce Barbosa  
Natália Lambert  
Osni Giani Ferraz  
Patrícia Raposo Lemos  
Sandro Mabel (Deputado)

**CASA DA MOEDA DO BRASIL – CMB**

Luiz Felipe Denucci Martins

**CENTRO DE TECNOLOGIAS ESTRATÉGICAS DO NORDESTE – CETENE**

José Fernando Thomé Jucá

**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA – CEFET – CAMPOS/RJ**

Cristina Guimarães Gomes  
Marília Siqueira da Silva

**COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU**

Elionaldo Magalhães

**COMPANHIA DE GERAÇÃO TÉRMICA DE ENERGIA ELÉTRICA – CGTEE**

Sereno Chaise

**COMPANHIA DE PESQUISAS DE RECURSOS MINERAIS – CPRM**

Agamenon Sérgio Lucas Dantas

**COMPANHIA DOCAS DA BAHIA – CODEBA**

Marco Antônio Rocha Medeiros

**COMPANHIA DOCAS DO CEARÁ – CDC**

Aluísio Sérgio Novais Eleutério

**COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – CODESP**

Jorge Antonio Fernandes da Rocha Pitta

**COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO – CDRJ**

Jorge Luiz de Mello

**COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO – CHESF**

Dalton da Contí Oliveira

**COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB**

Alexandre de Aguiar

**CONSELHO DAS CIDADES – CONCIDADES**

Ana Lucia Valadares de Carvalho  
Cristina Aguiar  
Miguel Lobato Silva

**CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DE PERNAMBUCO – CDES – PE**

Gerson Victor Silva  
Aristides Veras dos Santos  
Celso Muniz de Araújo  
Fernando Nunes de Souza  
Ildeberto Alencar  
Josias Inojosa de Oliveira Filho  
Mardonio de Andrade Quintas  
Renato Augusto Pontes da Cunha

**CONSELHO DELIBERATIVO DO FAT – CODEFAT**

Luiz Fernando de Souza Emediato

**CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL (CEPERS)**

Maria Eulália Pereira Nascimento

**CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – OURINHOS/SP**

Roseli dos Santos Ribeiro

**CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – PORTO ALEGRE-RS**

Rosa Maria Pinheiro Mosna

**CONSELHO NACIONAL DA JUVENTUDE – CONJUVE**

Bárbara Oliveira Souza  
José Eduardo de Andrade

**CONSELHO NACIONAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL – CNPS**

Joseph Theotônia de Brito  
Sonia de Sena e Silva

**CONSELHO NACIONAL DE AQUICULTURA E PESCA – CONAPE**

Alexandra Rodrigues Rocha

**CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS**

Edna Aparecida Alegro  
Patrícia Souza de Marco  
Vânia Lúcia Ferreira Leite

**CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO – CNPQ**

Wrana Panizzi

**CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL – CONDRAF**

Roseli Bueno de Andrade

**CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – CNE**

Adalberto Grassi Carvalho  
Antonio Carlos Caruso Ronca  
Regina Vinhaes Gracindo

**CONSELHO NACIONAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL – CNPIR**

Oraida Maria Machado de Abreu

**CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CNRH**

Aureliano Cezar Martins Silva  
Gualter de Carvalho Mendes

**CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE – CNS**

Eliane Cruz

**CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – CONSEA**

Carmen Priscila Bocchi  
Renato Maluf

**CONSELHO NACIONAL DE TURISMO – CNT**

José Augusto Falcão  
Raquel Santos Gonçalves de Oliveira

**CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE – CONAMA**

Carlos André Osório Carneiro

**CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER – CNDM**

Mariana Carpanezi

**COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR – CAPES**

Jorge Almeida Guimarães

**DIRETORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE BARREIRAS-BA**

Adalto de Araújo Soares

**ELETRONORTE**

Adhemar Palocci

**EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO – EBC**

Maria Tereza Cruvinel

**EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS – ECT**

Carlos Henrique Almeida Custódio

**EMPRESA BRASILEIRA DE HEMODERIVADOS E BIOTECNOLOGIA – HEMOBRÁS**

João Paulo Baccara Araújo

**EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA – INFRAERO**

Sergio Maurício Brito Gaudenzi

**EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – EMBRAPA**

Eduardo Delgado Assad  
José Roberto Rodrigues Peres  
Sílvia Crestana

**EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – EMBRAPA/AGROENERGIA**

Frederico Ozanan Machado Durães

**EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES S.A. – EMBRATEL**

Antonio Oscar de Carvalho Petersen Filho (Oscar Petersen)

**ESCOLA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**

Silvio Romero de Sá

**ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA – ESAF**

João Francisco Alves Veloso  
Maria Cristina Mac Dowell Dourado de Azevedo

**ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – ENAP**

Paula Montagner



**ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE  
JOAQUIM VENÂNCIO – EPSJV/FIOCRUZ**  
Cláudio Gomes

**EXÉRCITO BRASILEIRO**  
Carlos Germano Wachholz  
João Batista Simão

**FUNDAÇÃO CATARINENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL  
– FCEE**  
Janice Aparecida Steidel Krasniak

**FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA DE SP – FAPESP**  
Ricardo Renzo Brentani

**FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS FEDERAIS – FUNCEF**  
Guilherme Narciso de Lacerda

**FUNDAÇÃO ESCOLA DE SERVIÇO PÚBLICO DO  
ESTADO DO RIO DE JANEIRO – FESP/RJ**  
Jacqueline de Fátima Maschio de Sá

**FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ/DF – FIOCRUZ**  
Paulo Buss

**FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S/A**  
Luiz Henrique Hamann

**GOVERNO DA BAHIA**  
Jaques Wagner (Governador)  
Sonia Maria Dunshee de Abranches Carneiro

**GOVERNO DE SÃO PAULO**  
Valéria D Amico

**INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA  
E ESTATÍSTICA – IBGE**  
Ana Lúcia Sabóia  
André Artur Cavalcanti  
Monique Pinheiro Santos

**INSTITUTO BUTANTAN**  
Isaias Raw

**INSTITUTO DE PESQUISA AMBIENTAL  
DA AMAZÔNIA – IPAM**  
Erika de Paula Pedro Pinto

**INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA  
– IPEA**  
Ana Luiza Machado de Codes  
Ângela Maria Rabelo Ferreira Barreto

Bruno Cruz  
Cláudio Hamilton Matos dos Santos  
Constantino Mendes  
Estanislau Maria de Freitas Junior  
Geraldo Sandoval Góes  
Guilherme Costa Delgado  
Jefferson Lorencini Gazoni  
Jorge Abrahão de Castro  
José Aparecido Ribeiro  
José Aroudo Mota  
José Celso Pereira Cardoso Júnior  
José Maria Reganhan  
Juliana Dalboni Rocha  
Júnia Cristina Peres R. da Conceição  
Liana Maria da Frota Carleial  
Marcelo Teixeira da Silveira  
Márcio Pochmann  
Martha Cassiolato  
Mônica Mora  
Renaut Michel  
Ricardo Luiz Chagas Amorim  
Roberto Henrique S. Gonzalez  
Rogério Boueri Miranda  
Sergio Ulisses Silva Jatobá

**INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO  
E REFORMA AGRÁRIA/PRONERA – INCRA**  
Rolf Hackbart

**INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS  
EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP**  
Carlos Eduardo Moreno Sampaio

**INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA  
NORMATIZAÇÃO E QUALIDADE INDUSTRIAL  
– INMETRO**  
Silvio Ghelman

**INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS  
ESPACIAIS – INPE**  
Carlos Nobre

**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA  
E ABASTECIMENTO – MAPA**  
Alexandre Betinardi Strapasson  
Cid Jorge Caldas  
José Nilton Souza Vieira

**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA – MCT**  
Elisângela Rodrigues Sousa  
Jerônima Damasceno  
Luiz Antônio Rodrigues Elias  
Roberto Vanderlei de Andrade



**MINISTÉRIO DA CULTURA – MINC**  
Marcelo Veiga

**MINISTÉRIO DA DEFESA – MD**  
Ari Matos Cardoso  
Fernando Antônio Ribeiro Soares  
Inácio José Barreira Danziato  
Jorge Godinho Barreto Nery  
(Tenente Brigadeiro do Ar)  
Nelson Jobim (Ministro)

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC**  
André Luiz de Figueiredo Lázaro  
Eliezer Moreira Pacheco  
Fernando Haddad (Ministro)  
Jorge Teles  
José Bambo Nhanice  
Luís do Nascimento Paulo  
Luiz Augusto Caldas  
Paulo Roberto Wollinger

**MINISTÉRIO DA FAZENDA – MF**  
Alfredo Carlos Cavedal  
André Luiz Barreto de Paiva Filho  
Antonio Carlos Wosgrau  
Antônio Henrique Pinheiro Silveira  
Aparecida Neiva de Oliveira  
Beatriz Soares da Silva  
Bernard Appy  
Carmen Luiza Vieira da Cunha  
Claudia da Costa Martinelli Wehbe  
Diná Maria Soares dos Santos  
Dyogo Henrique Oliveira  
Edson Silveira Sobrinho  
Erivaldo Alfredo Gomes  
Ernani Lustosa Kuhn  
Francisco Mendes de Barros  
Guido Mantega (Ministro)  
Jefferson José Rodrigues  
Jorge Rachid  
José Airton Mendonça de Melo  
Liêda Amaral de Souza  
Lígia Helena da Cruz Ourives  
Lúcia Regina de Souza Lunière  
Luciane Pimentel de Lima  
Marcel Stenner dos Reis  
Marcelo Fiche  
Marcos Aurelio Pereira Valadão  
Marcus Vinicius M. de Pinho  
Nelson Barbosa Filho  
Raimundo Eloy Carvalho  
Roberto Name Ribeiro  
Ronaldo Cecílio Paiva Júnior

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA – MJ**  
Alberto Liebling Kopittke  
Felipe de Paula  
Luiz Paulo Teles Ferreira Barreto  
Pedro Vieira Abramovay  
Ricardo Brisolla Balestreri  
Romeu Tuma Júnior  
Tarso Genro (Ministro)  
Vicente Carlos Y Plá Trevas

**MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL – MPS**  
Vilma Ramos

**MINISTÉRIO DA SAÚDE – MS**  
Lucianna de Araujo Carvalho  
Morgana Viott  
Reinaldo Felipe Nery Guimarães

**MINISTÉRIO DAS CIDADES – MCIDADES**  
Christiane Keller Carvalho  
Homero Gustavo Reginaldo Lima  
Inês da Silva Magalhães  
Lindomar José Pereira  
Márcio Fortes (Ministro)  
Marlene Ferreira de Sousa  
Rodrigo José Pereira Leite Figueiredo

**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES – MRE**  
André Aranha Corrêa do Lago  
Celso Amorim (Ministro)  
Daniela dos Santos Alvarenga  
Ruy Nunes Pinto Nogueira  
Samuel Pinheiro Guimarães

**MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – MME**  
Ricardo Dornelles  
Ricardo Gomide

**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA**  
Argileu Martins da Silva  
Humberto Oliveira

**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL – MDS**  
Arlete Sampaio  
Antônio Claret Campos Filho  
Cláudia R. Baddini Currello  
Érica Cidade  
Frederico Campos Guanais de Aguiar  
Patrus Ananias (Ministro)  
Roberta Ozon Caldo  
Ronaldo Coutinho Garcia


**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO,  
INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR – MDIC**

Alfredo Luís Caetano Dias  
Amélia Yoko Kawamura  
Carlos Eduardo Macedo  
Fernanda De Negri  
Ivan João Guimarães Ramalho  
José Joaquim Gonçalves Ferreira  
José Joaquim Meque  
Lytha Battiston Spíndola  
Miguel João Jorge Filho (Ministro)  
Renata Freitas Paulino  
Welber de Oliveira Barral

**MINISTÉRIO DO ESPORTE – ME**

Márcio Marques  
Paula Sanches  
Ricardo Leyser

**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MMA**

Egon Krakhecke  
Estevan Del Prestte  
Márcia Muchagata  
Roberto Vizentin  
Rodrigo Gonçalves Sabença  
Sérgia de Souza Oliveira  
Shigeo Shiki

**MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO,  
ORÇAMENTO E GESTÃO – MPOG**

Eduardo Rodrigues da Silva  
Francisco Sérvulo Freire Nogueira  
George Alberto de Aguiar Soares  
Paulo Bernardo (Ministro)  
Tatiana de Campos Aranovich

**MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO – MTE**

Fátima Rosa Naves de Oliveira Santos  
Luiz Fernando Duque  
Marcelo Gonçalves Campos  
Sandra Maria Magalhães  
Sergio Paixão Pardo

**MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES – MT**

Ana Paula Feijão

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO – MPT**

Rodrigo Raphael Rodrigues de Alencar

**NUCLEBRAS EQUIPAMENTOS PESADOS S/A  
– NUCLEP**

Jaime Wallwitz Cardoso

**PETROBRAS**

Armando Ramos Tripodi  
Carlos Alberto Ribeiro de Figueiredo  
Guilherme de Oliveira Estrella  
José Sérgio Gabrielli de Azevedo  
Karina Reis Rebouças da Luz  
Maria Alves Fernandes  
Mariângela Mundim  
Sílvia Diniz  
Sydney Granja Afonso

**PREFEITURA DE CONTAGEM (MG)**

Marcelo Mota Santos Seixas

**PREFEITURA DE CURITIBA (PR)**

Luiz Eduardo da Veiga Sebastiani

**PREFEITURA DE EMBU DAS ARTES (SP)**

Pedro de Carvalho Pontual

**PREFEITURA DE GUARULHOS (SP)**

Nestor Carlos Seabra Moura

**PREFEITURA DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON (PR)**

Arlen Alberto Güttes

**PREFEITURA DE OSASCO (SP)**

Monica Araújo

**PREFEITURA DE RECIFE (PE)**

Gilberto Perre

**PREFEITURA DE SALVADOR (BA)**

Nelci Conceição Sales

**PREFEITURA DE SÃO PAULO (SP)**

Márcia Cordeiro Moreira  
Maria Cláudia Vieira Fernandes  
Rogério Ceron de Oliveira

**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
– ASSESSORIA ESPECIAL PR**

Selvino Heck  
Willber Severo

**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA – CASA CIVIL  
– CC/PR**

Danyela de Oliveira Felix  
Dilma Rousseff (Ministra-Chefe)  
Erick Brigante Del Porto  
Jurema Augusta Ribeiro Valença



Luna Bousada Flores Viana  
Míriam Belchior  
Paulo Roberto Paiva  
Rodrigo Augusto Rodrigues  
Tereza Campello  
Vinicius Teixeira Sucena

**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA – GABINETE  
DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL – GSI/PR**

João Roberto de Oliveira, Gen.  
Jorge Armando Félix, Gen. (Ministro-Chefe)

**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA – SECRETARIA  
DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS – SAE/PR**

Marcelo Bicalho Behar

**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA – SECRETARIA  
DE COMUNICAÇÃO SOCIAL – SECOM/PR**

Franklin de Souza Martins (Ministro-Chefe)  
Giovana Tiziani

**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA – SECRETARIA  
DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS – SUBCHEFIA DE  
ASSUNTOS FEDERATIVOS – SAF/SRI/PR**

Alexandre Padilha  
Gilmar Dominici  
Gustavo Ferreira Bechelany  
Margarida Munguba Cardoso

**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA – SECRETARIA  
DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS – SUBCHEFIA DE  
ASSUNTOS PARLAMENTARES – SUPAR/SRI/PR**

Alex Rabelo Machado  
Marcos de Castro Lima  
Neuri Luiz Mantovani  
Ricardo Zarattini Filho

**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA – SECRETARIA ESPECIAL  
DE PORTOS – SEP/PR**

José Di Bella Filho  
Pedro Brito do Nascimento (Secretário Especial)

**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA – SECRETARIA ESPECIAL  
DOS DIREITOS HUMANOS – SEDH/PR**

Jader José de Oliveira  
Pedro H. Pontual

**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA – SECRETARIA GERAL  
– SG/PR**

Adelmo Carneiro Leão  
Antonio Roberto Lambertucci  
Luiz Dulci (Ministro-Chefe)  
Wilnês Henrique

**RIOPREVIDÊNCIA**

Ana Beatriz M. Cabral  
Cássia Rodrigues

**SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO  
À DISTÂNCIA DO AMAPÁ – SEED/AP**

Luís Cláudio Lima Peleja

**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO  
DE SÃO PAULO**

Rita de Cassia Cardoso  
Rita de Cassia Vereda

**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO  
DO DISTRITO FEDERAL**

Kátia Amin

**SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA  
DA BAHIA**

Aécio Flávio Quintela dos Santos  
Antonio Expedito Santos de Miranda  
Eli Dantas de Souza Cruz  
Olegario Miguez Gonzalez

**SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA  
DE RORAIMA**

Cyntia Braun

**SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA  
DO PARÁ**

Denise Dacier Lobato Aymoré Santos  
Nilda Baptista

**SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO  
DE PERNAMBUCO**

Genilson Marinho  
Maria Dilma Marques Torres Novaes Goiana  
Stella Maria do Nascimento

**SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA  
DE SÃO PAULO**

Osvaldo Santos de Carvalho

**SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA  
DO DISTRITO FEDERAL**

Ana Lúcia Paz Magalhães  
André William Nardes Mendes  
Antônio Barbosa Júnior  
Claudelina A Campos  
Edna Cristina dos Santos  
Edson Nogueira Alves  
Elizabeth Maria Alves



Estêvão Caputo e Oliveira  
 Fabiola Cristina Venturini  
 Fayad Ferreira  
 Gustavo Shimoda Cupertino  
 Kleuber José de Aguiar Vieira  
 Leonardo Cesar Dorna Magalhães  
 Leonir Hellmanzick  
 Luiza Cerqueira de Paiva  
 Márcia Valéria Ayres Simi de Camargo  
 Maria Samara Aires de Alencar Lucas  
 Patrícia Ferreira Motta Café  
 Renato Coimbra Schmidt  
 Roberta Andrade de Barros  
 Rossini Dias de Souza

**SECRETARIA DE ESTADO  
 DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DO  
 DISTRITO FEDERAL**

Kenedy Amorim de Araújo  
 Paulo Magalhães

**SENADO FEDERAL**

Afonso Augusto de Moraes  
 Alberto Zouvi  
 Arthur Oscar Guimarães  
 Cristovam Buarque (Senador)  
 Dalmo Jorge Lima Palmeira  
 Garibaldi Alves Filho (Senador)  
 João Luís Homem de Carvalho  
 José Patrocínio da Silveira  
 Kariny Maria Santos Guedes  
 Kátia Abreu (Senadora)  
 Marcos Köhler  
 Roseana Sarney (Senadora)

**SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO  
 DO NORDESTE – SUDENE**

Paulo Sérgio de Noronha Fontana

**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO – TCU**

Adalberto Santos de Vasconcelos  
 Francisco Giuseppe Donato Martins  
 Juliana Cardoso Soares  
 Leonardo Lopes Garcia  
 Luciano dos Santos Danni  
 Marcelo Barros Gomes  
 Marcelo Bermerguy  
 Regina Cláudia Gondim Bezerra Farias  
 Sérgio Freitas de Almeida

**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO  
 DO RIO DE JANEIRO – TCE/RJ**

Paula Alexandra Nazareth  
 Rosa Maria Chaise

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB**

João Monlevade  
 José Luis da Costa Oreiro  
 Tania Moreira da Costa

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – USP**

Lúcio Kowarick  
 Ricardo Abramovay

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA – UFBA**

Luiz Edmundo Prado de Campos

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO  
 – UFMT**

Paulo Teixeira de Sousa Junior

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
 – UFMG**

Teresinha Rodrigues de Oliveira

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS-SP –  
 UFSCAR/SP**

Francisco José da Costa Alves

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE – UFS**

Silvana Aparecida Bretãs

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC – UFABC**

Helio Waldman

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ – UFPA**

Ari de Sousa Loureiro  
 Fernando Scaff  
 Karla Marques Pamplona

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
 – UFRJ**

Adilson de Oliveira  
 Luiz Pinguelli Rosa  
 Maria Clara Dias  
 Paulo Emílio Miranda

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE – UFF**

Vera Lúcia Sanches França e Leite

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
 – UFRRJ**

John Wilkinson



Conselho de Desenvolvimento  
Econômico e Social

Secretaria de  
Relações Institucionais

